



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

THIAGO LEIBANTE

**TRABALHO INFORMAL E CAPITALISMO:  
UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE  
RUA DE LONDRINA - PR**

---

Londrina  
2010

THIAGO LEIBANTE

**TRABALHO INFORMAL E CAPITALISMO:  
UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE  
RUA DE LONDRINA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Bertero

Londrina  
2010

THIAGO LEIBANTE

**TRABALHO INFORMAL E CAPITALISMO:  
UM ESTUDO SOBRE TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE RUA DE  
LONDRINA - PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação, em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. José Flávio Bertero  
orientador

---

Prof. Dr. Ariovaldo dos Santos  
Universidade Estadual De Londrina

---

Prof. Dr. Eliel Machado  
Universidade Estadual De Londrina(suplente)

---

Prof. Dr. Giovanni Alves  
UNESP- Campus Marília

---

Profa. Dra. Marisa G. Barbosa  
(Unisaesiano) - suplente

Londrina, 22 de março de 2010.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, o professor José Flávio Bertero, que, quando procurado por mim e questionado se poderia me orientar neste trabalho, não hesitou duas vezes: disse ter certeza da relevância do tema e aceitou me orientar nesta pesquisa. Sempre disposto e franco, expôs de modo aberto suas críticas e suas discordâncias sobre o que eu escrevi ao longo desse tempo, críticas essas que só ajudaram ao meu amadurecimento como pesquisador. Se hoje entrego essa dissertação, é por que tive seu auxílio. Obrigado Zé.

Gostaria também de deixar meu muito obrigado aos membros da banca. Primeiramente aos professores Ariovaldo de Oliveira e José Mário Angeli que estiveram presentes na banca de qualificação. Suas críticas e contribuições ajudaram bastante, e apesar de não ter conseguido aglutinar todas as informações sugeridas, creio que o trabalho melhorou significativamente graças às suas observações. Também sou muito grato ao professor Giovanni Alves, que se dispôs gentilmente a se deslocar até Londrina para compor a banca de defesa juntamente com o professor Ariovaldo de Oliveira. Agradeço também à coordenação do Programa na pessoa do Professor Eliel Machado, sempre disposto a resolver às pendências que apareceram ao longo do curso.

Também gostaria de expressar minha gratidão aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, pelas críticas, sugestões e pelo aprendizado durante esses anos de mestrado.

Aqui também vai meu agradecimento à Fundação Araucária pela bolsa de estudos que me foi concedida, auxílio esse importante e que deveria ser proporcionado a todo estudante.

Agradeço imensamente à todos os trabalhadores do comércio de rua de Londrina que nos cederam alguns minutos de seu tempo para responder nosso questionário, se não fosse tal atitude, a pesquisa não teria sido possível.

Não poderia deixar de agradecer meus amigos do mestrado, não só pelas conversas acadêmicas, mas pela amizade sincera construída durante o curso e que pretendo carregar para o resto da vida. Em especial meus agradecimentos as minhas grandes amigas Barbara Johas e Elaine Galvão e ao meu grande camarada Pedro Andrade. Além disso, quero agradecer ao meu camarada André Ferro pela ajuda na aplicação dos questionários e pelas críticas e sugestões à esta dissertação. Além do André, agradeço meus camaradas Rafael Kenji e Jean Carlo Rosa, pelas discussões sempre profícuas e pela amizade de tantos anos.

Também sou muito grato à todos os meus amigos do Grupo de Estudos Marxistas, que ao longo das reuniões contribuíram para meu crescimento intelectual não só em torno da sociedade capitalista como também acerca do problema da informalidade.

Agradeço imensamente a gentileza de minha amiga Livia pela ajuda com o Abstract e também a Sílvia, que mesmo em meio aos compromissos de fim de ano me ajudou com as correções ortográficas. Obrigado meninas!

Por fim, agradeço à toda minha família, que soube compreender a importância desse mestrado para minha vida acadêmica, pessoal e profissional, me apoiando incondicionalmente nesta empreitada. Sem vocês, nada disso teria sido possível.

LEIBANTE, Tiago. **Trabalho Informal e Capitalismo**: um estudo sobre trabalhadores do comércio de rua de Londrina – PR. 2010. 97 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina. 2010.

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo compreender o problema da informalidade do trabalho por meio de uma pesquisa junto à trabalhadores do comércio de rua da cidade de Londrina, conhecidos como ambulantes. À partir do levantamento de dados e análise de entrevistas, pretendemos demonstrar que o trabalho informal é parte constituinte da economia capitalista, desenvolvendo determinadas funções para esse sistema, principalmente na circulação de mercadorias. Além disso, é constatado que a opção pela informalidade por parte desses agentes é resultado da dificuldade de inserção em um emprego formal ou um modo de complementar a renda devido aos baixos salários pagos aos assalariados.

**Palavras-chave:** Informalidade do trabalho. Ambulantes. Trabalho informal. Economia capitalista.

LEIBANTE, Tiago. **Informal Work and Capitalism**: a study of workers in the business of street in London – Pr. 2010. 97 p. Dissertation (Master's in Social Sciences) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

This study has as purpose to understand the problem of informalities' work by a research done together with the workers from the street commerce in Londrina's city, known as "ambulantes". From the data-collecting and interview analysis, we intend to demonstrate that the informal work is part of capitalistic economies developing determined functions for this system, mainly in the circulation of merchandizes. Moreover, it has been contacted that the option for informalities by these agents is a result of the difficulties for insertion in a formal job or a way to complement the earns caused by the low salary paid to the workers.

**Keywords:** Informal employment. Hawkers. Informal labor. Capitalist economy.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>1 INFORMALIDADE: CONCEITOS, INTERPRETAÇÕES E CRÍTICAS</b> .....	12
1.1 O SETOR INFORMAL SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT) .....	14
1.1.1 Os Primeiros Trabalhos Sobre Informalidade no Brasil .....	15
1.1.1.1 Alguns estudos recentes .....	20
1.1.1.1.1 <i>Críticas da informalidade</i> .....	24
<b>2 TRABALHO “POR CONTA PRÓPIA” E CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO</b> .....	33
2.1 A ESTRUTURA DAS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO .....	33
2.2 FORMAS DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA OU EXERCÍCIO INDUSTRIAL DE RESERVA .....	38
2.3 O TRABALHADOR “AUTÔNOMO” NA SOCIEDADE CAPITALISTA .....	45
2.4 TRABALHO AUTÔNOMO? .....	48
<b>3 OS AMBULANTES DE LONDRINA</b> .....	51
3.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA PESQUISA DE CAMPO .....	53
3.2 DIVERSIDADE DOS AMBULANTES: TRABALHADORES “POR CONTA PRÓPIA” E TRABALHADORES ASSALARIADOS .....	56
3.3 BREVE PERFIL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE RUA EM LONDRINA .....	60
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	85
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	90
<b>ANEXO</b> .....	93
ANEXO A – Questionário de pesquisa de campo junto aos trabalhadores do comércio de rua de Londrina .....	94

## INTRODUÇÃO

O suposto de que se partiu nesta pesquisa é o de que os trabalhadores informais do comércio de rua de Londrina, por pertencerem à esfera da produção ou circulação de mercadorias, vinculam-se à divisão social do trabalho da qual os seus respectivos trabalhos são expressões concretas. Enquanto tais, eles se incluem na produção social, a cujas leis se submetem. São, por assim dizer, trabalhadores da sociedade, que nela e para ela trabalham. São partícipes da totalidade do trabalho social. É exatamente esse o objetivo desta pesquisa: investigar o modo pelo qual se dá a inserção dos trabalhadores do comércio de rua de Londrina no interior da sociedade burguesa, da qual fazem parte. Essa investigação permitirá entender a efetiva situação de classe desses sujeitos assim como as posições que ocupam no quadro da hierarquia social, desmistificando algumas idéias que imputam certa “autonomia” a esses agentes.

A preocupação com a questão do trabalho informal nasceu no final da graduação no curso de ciências sociais, ao verificar a existência de tantos indivíduos vendendo as mais diversas mercadorias nas ruas de Londrina. Brotava aí o desejo de entender a situação desses sujeitos. As inquietações aumentaram quando se verificou que a literatura que os estudava era escassa e não dava conta de maneira devida da realidade desses “ambulantes”. Por isso o desejo de tentar explicar essa situação social, que, no entanto, não pode ser analisada a não ser a partir das transformações por que passa a sociedade contemporânea da quais esses agentes são partícipes.

Este início de século XXI começou trazendo as marcas de fins do século passado no que se refere às condições de trabalho e de vida do proletariado, de outros assalariados do capital, dos assalariados do Estado e de outros grupos de trabalhadores.

As transformações no mercado de trabalho que se iniciaram em meados de 1970 – época em que eclode a crise econômica do capital que se prolonga até os dias atuais – se estendem e se aprofundam na contemporaneidade, provocando diversas transformações no que se convencionou chamar de “mundo do trabalho”.

As mudanças operadas na relação capital *versus* trabalho incluem alterações na organização do trabalho, com a predominância das técnicas toyotistas de produção, nas tecnologias com o advento da microeletrônica, nos direitos trabalhistas via “flexibilização dos contratos de trabalho” operada pelas políticas ditas neoliberais, dentre outros. Mas vai além disso. Os trabalhadores assalariados no Brasil (e, em geral, em todo o mundo capitalista) vivem “tempos mais duros”.

Um dos reflexos das mudanças do “mundo do trabalho” se refere ao objeto desta pesquisa: o trabalho informal. Cada vez mais indivíduos são “empurrados” para dentro da informalidade sem opção de escolha. O número de trabalhadores informais aumenta a cada dia, O Estado age de maneira contraditória em relação a isso e a questão se torna cada vez mais problemática. Como entender esse fenômeno?

A questão da informalidade sempre foi polêmica nas ciências sociais. Forjam-se conceitos e expressões na tentativa de explicar o que é, afinal, este tal de “informal”, mas o dissenso a este respeito continua. Em parte as tentativas fracassam por que tentam encontrar uma definição fixa, rígida, um tipo ideal de informalidade.

A informalidade é parte do movimento do real, e esse movimento consiste numa dialética de aparência e essência, na qual essas duas faces do mesmo movimento – o do real - não coincidem. Afinal, já disse Marx que “se aparência e essência se confundissem a ciência seria inútil”. Tem razão o autor de *O capital*. Assim, de pouco vale tentar entender a informalidade a partir de conceitos como o de “setor informal” ou “economia informal”, forjados puramente no pensamento. É no real que se deve buscar o conceito, transformando-o em concreto pensado.

As dificuldades em se entender cientificamente a informalidade persistem também porque a própria informalidade é parte constituinte de uma realidade muito maior, ou seja, do modo de produção capitalista. Querer apreender o fenômeno do trabalho informal sem levar em conta esta realidade maior – a sociedade capitalista e suas respectivas leis econômicas – é incorrer, nesse caso, em graves equívocos e prejuízos práticos e teóricos.

Além dos problemas já apontados, há outros que tornam maiores o desafio de quem se propõe compreender o trabalho informal hoje. Por exemplo, é cada vez mais presente na literatura da economia e sociologia do trabalho a idéia de

uma “nova informalidade”, resultante dos processos de terceirização e subcontratação do trabalho. Assim, amplia-se o leque da informalidade com os trabalhadores de cooperativas de trabalho, trabalhadores a domicílio, dentre outros.

Ou seja, o trabalhador informal não é mais apenas aquele indivíduo que trabalha para si próprio. Há uma ampliação da informalidade, dos trabalhos “atípicos”, enfim, dos trabalhos que não se enquadram na clássica definição de trabalho assalariado.

Por essas razões efetuar-se-á um estudo da informalidade no interior do modo de produção capitalista, ou, dito de outro modo, examinar o trabalho informal na sociedade capitalista. No entanto, não serão abrodadas todas as formas ou modalidades de trabalho informal existentes na contemporaneidade, mas, tão somente, o caso concreto dos trabalhadores do comércio de rua da cidade de Londrina – PR.

Através de uma pesquisa bibliográfica em torno da problemática da informalidade, percebeu-se que os estudos e pesquisas atuais concentram-se no que se convencionou chamar de “Nova Informalidade”, ou seja, nos trabalhadores que estão sendo postos na informalidade por meio da subcontratação e terceirização de processos produtivos, como já foi apontado acima. Não há dúvida de que tais estudos possuem enorme relevância, pois analisam como diversas formas de precarização do trabalho têm sido praticadas em prol da diminuição de custos do capital, causando com isso, imensos prejuízos para os trabalhadores assalariados, como falta de direitos sociais ligados ao trabalho e a instabilidade da relação laboral.

Contudo, percebe-se que a problemática do trabalhador “por conta própria” ou também chamado “autônomo” tem sido deixada de lado pelos estudiosos do trabalho. Em relação aos “ambulantes”, as pesquisas são ainda mais escassas, mesmo com tantos indivíduos perambulando pelas ruas e avenidas do país, vendendo as mais distintas mercadorias com o objetivo de auferir algum rendimento. Por isso o objeto dessa pesquisa é o trabalhador do comércio de rua e análise de como ele se insere na sociedade capitalista atual.

Tradicionalmente, o trabalhador “por conta própria” tem sido classificado como integrante do que se convencionou chamar “setor informal”. A idéia de um setor à parte da chamada economia formal foi desenvolvida por diversos autores que tentaram dar conta da especificidade das atividades econômicas

desenvolvidas por esses agentes, idéia essa que, como já apontamos, esse estudo se contrapõe.

No primeiro capítulo, serão resgatadas as concepções de Setor informal que tiveram maior aceitação no meio acadêmico e se tornaram referência aos estudiosos da questão. Será mostrado como se desenvolveu o debate no Brasil apresentando a tese de alguns autores que se destacaram neste debate, analisando desde a década de 70 até os dias atuais, expondo também algumas críticas contemporâneas de estudiosos da informalidade.

A configuração do trabalho “por conta própria” no interior da sociedade de classes burguesa é o tema do segundo capítulo, no qual será destacada a especificidade e natureza do trabalhador dito “autônomo”, demonstrando como ele se diferencia tanto do trabalhador assalariado como do capitalista. Será analisada a “autonomia” que muitas vezes lhe é outorgada, idéia questionável e aqui considerada ideológica. Para tanto serão resgatadas as noções de trabalho “autônomo” desenvolvidas por Marx e por outros autores que explicam as razões da existência desta atividade no interior da sociedade capitalista e como se dão os nexos desta categoria com a sociedade.

O caso dos trabalhadores do comércio de rua de Londrina será discutido no terceiro capítulo, no qual serão expostos os resultados da pesquisa de campo, abordando a heterogeneidade dos trabalhadores “ambulantes”, as distintas atividades que estes exercem assim como suas respectivas situações e posições de classe. Além disso, serão analisadas as condições de trabalho destes trabalhadores, os problemas enfrentados nas ruas, seus rendimentos e as percepções deles mesmos em relação à sua própria atividade.

No quarto e último capítulo, será retomado o que foi discutido e levantado nos outros tópicos, finalizando acerca do impacto da existência dos trabalhadores “por conta própria”, mostrando que mesmo enquanto pequenos burgueses ou capitalistas de si próprios, têm suas condições de vida muito mais próximas do grosso do proletariado e dos assalariados em geral do que da burguesia, o que faz com que sua luta política não seja pela manutenção da sociedade de classes, mas pelo contrário, pela sua supressão.

## 1 INFORMALIDADE: CONCEITOS, INTERPRETAÇÕES E CRÍTICAS.

A informalidade atualmente assume cada vez mais importância no interior da sociedade burguesa, sendo que o aumento do número de trabalhadores informais é visível inclusive nos países do capitalismo avançado. O Trabalho informal hoje é sem dúvida um fenômeno global<sup>1</sup>.

Em países de capitalismo periférico ou em desenvolvimento, como o Brasil, o trabalho informal assume dimensões ainda maiores. Segundo o sociólogo Francisco de Oliveira (2000, p. 13),

É na periferia que a informalização ganha velocidade e abrangência incomparáveis. No Brasil, depois de 60 anos de CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), menos da metade da População Economicamente Ativa (PEA) ocupada está regida por um contrato formal de trabalho, cerca de 48%. Descontando-se os empregos no setor público regidos pelos estatutos do serviço público, tem-se ainda que mais de 40% das ocupações no total nacional não têm qualquer forma de contrato. E esse processo está em crescimento, não apenas como uma forma de subemprego disfarçado, mas como a tendência central no mundo do trabalho no Brasil.

As atividades hoje conhecidas como “informais” não são novidades, grande parte delas sempre estiveram presentes na sociedade capitalista. Conforme Jakobsen *et al.* (2001, p. 11):

No debate sobre trabalho informal, convém lembrar que ele – como quer que o chamemos: subemprego, desemprego disfarçado, estratégia de sobrevivência – é algo relativamente antigo, datando dos primórdios da Revolução Industrial.

Considerando-se o caso específico do Brasil a situação não é muito diferente, visto o histórico de mercado de força de trabalho tão marcado pela

---

<sup>1</sup> Segundo Mike Davis (2006:209), “a classe trabalhadora informal global [...] tem quase um bilhão de pessoas, constituindo a classe social de crescimento mais rápido e mais sem precedentes da Terra”. Contudo, entendemos – ao contrário de Davis – que não se trata de uma classe trabalhadora informal, mas de trabalhadores pertencentes à classe dos assalariados e que estão na informalidade. Não é a informalidade que determina ou não o pertencimento à determinada classe social.

precariedade<sup>2</sup> e pela ausência de regulação por parte do Estado nas relações trabalhistas:

A informalização no mercado de trabalho tem sido uma constante e representa cerca de 54% da população economicamente ativa. O chamado subemprego enraizou-se e espalhou-se, em diversos setores, ao longo do tempo, através das mais diversas formas, constituído-se, na verdade, uma expressão de um tipo crônico de desemprego brasileiro. (SOUZA, 2001, p. 56).

Ainda segundo Souza, apesar das tentativas de formalização do mercado de trabalho brasileiro, realizadas nas décadas de 1930 e 1940, e depois nos anos de 1980 no bojo das campanhas salariais, não se conseguiu alterar a natureza do mercado de trabalho no país:

Há muito tempo, o mercado de trabalho é desestruturado e precarizado. Processa-se uma heterogeneização, que se compõe de diversas formas precárias de ocupação: trabalho temporário, subcontratado, autônomo, sem registro. A maioria da população economicamente ativa situa-se no mercado informal, onde já impera a completa flexibilidade, as leis são descumpridas, os direitos trabalhistas não existem. (SOUZA, 2001, p. 57, 58).

Para Pochmann (2008, p. 195) a informalidade do trabalho “é parte do processo histórico de formação e desenvolvimento de uma economia periférica que se industrializou tardiamente”, caracterizada por manter um elevado excedente populacional, oriundo tanto de imigrações estrangeiras - como na abolição da escravatura – como também do êxodo rural, como no caso do ciclo da industrialização brasileira (1930-1980).

Vê-se assim que a informalidade do trabalho é uma característica constante no mercado de trabalho no Brasil. Contudo, apesar de não serem novas, as atividades informais ganham cada vez mais destaque por seu crescimento e amplitude, assumindo, num contexto de acentuado desemprego e subemprego novas dimensões, ganhando inclusive destaque nos meios midiáticos, como jornais, internet e televisão.

Tal evidência fez ressurgir de certa forma o interesse pelo trabalho informal, visto que os pesquisadores se viram confrontados a analisar e explicar tal

---

<sup>2</sup> Uma das evidências dessa precariedade é o fato de em pleno século XXI ser estimado pela OIT que em torno de 25.000 pessoas são mantidas em condições análogas à escravidão no Brasil, condição essa chamada trabalho forçado. Informação disponível em [www.oitbrasil.org.br/trabalho\\_forcado](http://www.oitbrasil.org.br/trabalho_forcado)

fenômeno social, tão em voga atualmente. Malaguti (2000, p. 80) afirma inclusive que

[...]Qualquer estudo sério do mundo do trabalho não pode deixar de levar em consideração tanto a marginalização pelo desemprego estrutural, quanto as relações invisíveis, subterrâneas ou informais, assim como suas conseqüências teóricas e práticas.

Para tanto, é necessário retroagir às discussões que se estabeleceram em torno das atividades informais e que se deram em torno do conceito de setor informal, setor esses da qual estas atividades fariam parte e seriam constituintes. Vejamos.

### 1.1 O SETOR INFORMAL SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

A idéia de “Setor informal” é uma das mais controversas nas ciências sociais como um todo. Em geral, é utilizada para caracterizar uma gama muito grande de atividades, que vai desde o trabalho do “ambulante” até o trabalho terceirizado de cooperativas ou microempresas.

Muitas tentativas de se estabelecer um consenso em torno desta idéia de “informal” foram realizadas até hoje, mas, apesar de não haver esse “entendimento”, a concepção da OIT foi a que teve maior aceitação dentre os estudiosos da problemática da informalidade.

O conceito de “setor informal” obteve assim sua primeira formulação no início da década de 70 a partir de um estudo desenvolvido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o emprego no Quênia, pesquisa essa que também ficou conhecida como *Missão do Quênia*<sup>3</sup>. Conforme Tavares (2004, p. 31):

Trata-se de uma Missão de estudos, que analisou o problema do emprego urbano no Quênia, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para atenuação do desemprego e do subemprego naquela e em outras economias subdesenvolvidas. A noção de ‘setor informal’ foi utilizada pela primeira vez no relatório resultante dessa Missão.

---

<sup>3</sup> “Mas, deve-se ressaltar que Keith Hart já havia utilizado o adjetivo ‘informal’ num trabalho pioneiro sobre emprego e renda urbana em Gana, em 1971, embora o tenha aplicado a oportunidades de renda, e não a um setor. Assim, a concepção básica de “setor informal” foi estabelecida em *Employment, incomes and equality: a strategy for increasing productive employment em Kenya*, Genebra, 1972”. (TAVARES, 2004, p. 31).

De acordo com essa pesquisa, compreende o setor informal aquelas atividades que funcionam com baixo nível de organização, produção e capitalização, e onde não há uma separação nítida entre capital e trabalho, ou seja, são em geral pequenas unidades produtivas com base no trabalho familiar ou autônomo. (CACCIAMALLI, 2000; JAKOBSEN, 2004; FILGUEIRAS *et al*, 2004; SOUZA, 1980).

Assim, o conceito de setor informal se tornou conhecido por englobar as atividades consideradas atrasadas e obsoletas que funcionam como estratégia de sobrevivência dos segmentos mais pobres da população, não mantendo uma relação direta com as leis de desenvolvimento do capitalismo, visto que nas mesmas não há uma diferenciação entre gestão e execução do trabalho, tal como nas atividades especificamente capitalistas.

Esta abordagem foi criticada como dualista por entender o setor informal como atrasado e o setor formal como moderno, este último característico das atividades capitalistas propriamente ditas, não mantendo os dois setores uma ligação necessária, ou seja, seriam setores independentes um do outro, ainda que pudessem ter alguma articulação.

### 1.1.1 Os Primeiros Trabalhos Sobre a Informalidade No Brasil

Em fins dos anos 60 e início dos 70 no Brasil e na América Latina, a discussão sobre o que hoje se conhece como “trabalho informal” acontecia no interior de pesquisas sobre as formas de trabalho não especificamente capitalistas, mais propriamente em torno da chamada teoria da marginalidade ou dos grupos marginais, que buscava entender as atividades não capitalistas no contexto da dependência latino-americana.

Dentre as discussões da época, foi rico o debate estabelecido entre Fernando H. Cardoso (1971) e José Nun (1969) que girou em torno da polêmica sobre os conceitos marxistas de exército industrial de reserva e de superpopulação relativa.

Para Nun, os conceitos de exército de reserva e de superpopulação relativa são distintos, visto que, enquanto o primeiro diz respeito especificamente ao modo de produção capitalista, o segundo – o de superpopulação relativa – se refere

ao que o autor chama de teoria geral do materialismo histórico. Para defender seu argumento Nun se reporta em especial aos *Grundrisse* de Marx, e defende que a identificação desses distintos conceitos leva a uma análise equivocada:

A incorreta identificação entre as categorias superpopulação relativa e exército industrial de reserva têm levado a confundir, no estudo do capitalismo, os processos específicos que geram uma população excedente com os efeitos que esta provoca no sistema.

Nun conclui assim que nem toda superpopulação relativa constitui um exército de reserva, visto que para cumprir as funções deste último é preciso que haja uma relação funcional deste excedente com o conjunto do sistema (Nun, 1978:82). Assim, este autor cunha o conceito de “massa marginal” para se reportar à parte da superpopulação relativa que não é funcional ao capital no setor monopólico, enquanto o conceito de exército de reserva se refere ao excedente da população no setor competitivo, tal qual no caso analisado por Marx.

Contrariamente ao que afirma Nun, para Cardoso os dois conceitos são sinônimos. Este autor prioriza a análise de *O Capital* de Marx e crítica o uso dos *Grundrisse* por parte de Nun para defender sua tese, na medida em que estes são escritos que foram mais tarde aprimorados por Marx em *O capital*, razão pela qual Cardoso vê como importante a utilização da obra maior de Marx para elucidação dessa questão relativa aos conceitos de superpopulação relativa e exército de reserva.

Para Cardoso, a análise de Nun e seu conceito de “massa marginal” pecam ainda por se reportar não à acumulação, como seria correto, mas aos sistemas de produção, o que faz com que num mesmo conceito sejam incluídos indivíduos que se relacionam com o sistema produtivo de forma distinta.

Cardoso entende que o excedente populacional denominado “marginal” cumpre as funções clássicas do exército de reserva, a saber: de reserva de força de trabalho e de redutor dos salários reais; seus membros integram o proletariado, são proletários.

Ainda em torno da Teoria da marginalidade têm-se na década de 70 no Brasil o trabalho de Kowarick (1977), membro do Cebrap e que nesse momento se aproxima teoricamente das idéias de F.H.C e Paul Singer, os quais buscam

resgatar o conceito de exército de reserva criticado por José Nun e também por Anibal Quijano.

Kowarick foi um dos principais críticos da vertente modernizante/funcionalista da teoria da marginalidade, corrente esta que entendia as atividades não-capitalistas como resquícios do subdesenvolvimento e atraso ao progresso capitalista:

A teoria da Modernização caracteriza a marginalidade quanto falta de algo que existe no setor “evoluído” e onde a desmarginalização seria efetivada na medida em que as sociedades fossem transpondo as diversas etapas históricas já de antemão delineadas na própria trajetória dos países evoluídos. (KOWARICK, 1977, p. 59).

Para este autor, as atividades “autônomas” ou não especificamente capitalistas não são exteriores ou exógenas ao capital, como queriam (ou querem) os “modernizantes”. Pelo contrário, o autor entende que tais atividades são fruto do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista, que ao mesmo tempo em que destrói, cria e recria as atividades “marginais”. Assim, para este autor, trata-se de analisar como os denominados grupos ou trabalhadores “marginais” se articulam com o sistema econômico e quais os papéis que desempenham na criação de riquezas. Sendo assim, a marginalidade deve ser entendida não enquanto disfunção ou anomalia como quer a teoria modernizante/funcionalista, mas sim, enquanto produto da própria lógica da acumulação de capital.

No raciocínio deste autor, o próprio capitalismo na sua dinâmica origina mecanismos de marginalidade, ocasionando situações de subemprego, das quais são exemplos as ocupações autônomas do comércio de mercadorias, os pequenos serviços de reparação e manutenção, dentre outros. Cabe notar que Kowarick não adota a expressão informal, mas outras, tais como ocupações marginais, autônomas, subemprego e etc., próprias do debate que o autor travava naquele momento, e que são hoje as atividades designadas como informais.

Outro importante pesquisador brasileiro que se dedicou ao estudo do setor informal e das modalidades de trabalho não-capitalistas nas décadas de 70 e 80 foi o economista Paulo Renato Souza. Para ele, o setor formal e o setor informal mantêm uma relação de reciprocidade, na medida em que o excedente de mão-de-obra gerado no setor formal migra para o setor informal como meio de obter alguma

renda. Assim, a dinâmica de empregos dos dois setores é a mesma, ou seja, é a dinâmica do setor formal ou do mercado de trabalho organizado que será determinante do número de indivíduos ocupados nas atividades informais ou não tipicamente capitalistas.

Apesar de utilizar as conceituações oitocentista de setor formal e informal, Souza<sup>4</sup> (1980, p. 131) alega que tal uso não torna sua análise dualista, pois

[...] O fato de definir dois setores diferenciados dentro da economia urbana não significa que se adote um esquema analítico dualista. Pelo contrário, o marco de análise estabelecido distingue-se do dualismo devido às relações existentes entre os dois setores definidos e ao grau de homogeneidade que se encontra no seu interior.

No entendimento de Souza (1999, p. 103) são três as razões para se estudar o setor informal como unidade econômica separada: 1) alta porcentagem de força de trabalho urbana; 2) é onde se concentram os grupos populacionais mais afetados pela pobreza; 3) o setor fica fora do alcance das políticas de renda e proteção, necessitando de políticas especiais para ele.

Para este economista, as atividades não tipicamente capitalistas ou do setor informal abrangem um conjunto muito heterogêneo de situações, que podem ser reunidas em dois grupos: a) aquelas onde o assalariamento permanente não existe (podendo ocorrer o assalariamento eventual); b) as que podem ser caracterizadas como quase capitalistas, vale dizer, o assalariamento permanente existe, mas o trabalho familiar também é importante e/ou o “patrão” não está desvinculado das tarefas propriamente produtivas.

Apesar de não romper com a idéia de setor informal – e conseqüentemente com o dualismo de tal noção – é inegável que a análise de Souza avança muito em relação à da OIT, na medida em que o autor percebe o setor informal como determinado e subordinado pela lógica e funcionamento do setor formal ou capitalista. Para ele, essa subordinação admite vários graus, podendo o capital extrair ou não um excedente do setor informal. Assim, não se trata de conceber o setor informal como uma esfera ou um modo de produção à parte do capital, pelo contrário, [...]

---

<sup>4</sup>É importante frisar que Souza escreveu este artigo em parceria com Victor Tokman.

Estamos em presença de um modo de produção – o capitalista – no qual se articulam diferentes formas de organização que são sempre subordinadas ao capital (a idéia de vários modos de produção pareceria apontar no sentido da independência ou autarquia). (SOUZA, 1999, p. 140).

Contudo, enfatiza-se, a análise de Souza permanece refém do dualismo da teoria oitiana e das concepções de setor formal e informal, na medida em que não basta o autor considerar que há uma relação próxima e de subordinação entre os setores, sendo antes necessário considerá-los do ponto de vista da totalidade da economia capitalista, análise esta que não se apóia em qualquer idéia de setor, mas antes na unidade das formas de produção e processos de trabalho – inclusive os não especificamente capitalistas – que compõem o modo de produção capitalista como um todo.

Outra pesquisa sobre a informalidade que é preciso mencionar é a de Reginaldo Prandi intitulada *O trabalhador por conta própria sob o capital (1978)*. Neste trabalho, o autor busca apreender como se insere o trabalhador “autônomo” ou “independente” na estrutura de classes sociais da sociedade burguesa. Este autor define o trabalhador por conta própria como aquele “[...] que não tem qualquer vínculo empregatício, nem como empregador, nem como empregado” (PRANDI, 1978, p. 26).

Para Prandi, o trabalhador por conta própria é uma categoria que se encontra fora da oposição fundamental no capitalismo entre trabalho assalariado e capital, mas nem por isso descartável, visto que preenche um papel na divisão social do trabalho e tem sua condição e existência determinada pela dinâmica do modo de produção capitalista. O autor dá como exemplos de trabalhadores por conta própria os pequenos vendedores ambulantes, os artesãos, os ocupados em serviços de reparação, dentre outros.

Apesar de os exemplos de Prandi servirem para elucidar certas atividades por conta própria, não é a profissão que determina ou não esta modalidade de trabalho, visto que, por exemplo, existem ambulantes que não são “conta própria”, o mesmo ocorrendo com ocupados em serviços de reparação, que podem trabalhar para empresas ou terceiros e serem assim assalariados. O que deve ser verificado é o tipo de relação de trabalho que se estabelece. Apesar destes exemplos de Prandi serem conhecidamente praticados por “autônomos”, tais

atividades podem possuir outros vínculos, “escapando” a definição de trabalho por conta própria.

Prandi propõe ainda uma diferenciação do trabalhador autônomo irregular do trabalhador autônomo regular. No caso do primeiro, por ser uma situação de trabalho temporária e instável, o mesmo pode ser caracterizado para o autor enquanto membro do exército industrial de reserva. Sua condição de espera de um trabalho assalariado o torna muito próximo da classe trabalhadora.

O mesmo não ocorre com o trabalhador autônomo regular, visto que ele tende a se ver como independente, não mantendo assim uma identidade imediata de interesses com a classe dos trabalhadores assalariados, pelo contrário, a tendência é se identificar mais com os interesses da pequena burguesia.

Pensamos que no tocante a consciência de classe pode até ser que tenha sentido se falar em “autônomo regular” e “autônomo irregular” em relação à proximidade ideológica, seja dos assalariados, seja da burguesia, o que de fato ocorre. Contudo, em relação à situação econômica, é questionável se falar em regularidade ou estabilidade, ainda mais se tratando de trabalho por conta própria, em que muitas vezes é grande a fragilidade da atividade frente à concorrência ou mesmo frente à crises econômicas. A regularidade ou estabilidade da atividade neste caso não depende da vontade do “conta própria”, mas sim dos movimentos da economia capitalista.

#### 1.1.1.1 Alguns estudos recentes

Por abordar uma ampla gama de atividades, a noção de setor informal, apesar de ter se tornado conhecida, gerou e ainda gera uma série de discussões em torno da conceitualização das atividades ditas “informais”.

Segundo Lautier (1993, p. 59) a noção de setor informal é única nas ciências sociais, pois, “malgrado os milhares de textos que lhe são dedicados, ela jamais recebeu uma definição precisa o bastante para permitir um consenso mínimo”. Este autor vai propor que para se entender o fenômeno da informalidade faz-se necessário analisar as relações desta – a informalidade – com o Estado. De acordo com o autor, falar de economia informal é se reportar obrigatoriamente ao

Estado, na medida em que “é a concepção da relação entre o Estado e a atividade econômica que determina a definição da economia informal”. (LAUTIER, 1999, p. 65).

Conforme este autor, duas abordagens se destacam na análise da economia informal e sua relação com o Estado: a primeira que considera a economia informal enquanto ausência de controle estatal sobre as atividades informais e outra oposta que vê a informalidade como resposta ao excesso de intervenção estatal, no que diz respeito tanto às regras de funcionamento dos atores econômicos como às pressões fiscais. Para o autor, não é correto afirmar a idéia de fraco controle do Estado sobre certas atividades econômicas, “uma vez que o custo do controle fiscal, em particular os salários dos fiscais, é sempre inferior ao montante de impostos recolhidos” (LAUTIER, 1999, p. 67).

O argumento em favor do excesso de regulamentações do estado – que ficou amplamente conhecido por meio do livro do economista peruano Hernando de Soto, intitulado *Economia subterrânea (1987)* – também não se sustenta para Lautier visto que as razões para o ingresso na informalidade são várias e complexas e não podem ser reduzidas simplesmente à recusa ou aceitação das normas e regulamentações impostas pelo Estado. Lautier se reporta a uma pesquisa realizada no México onde os custos da legalização como razão da entrada na informalidade aparecem em apenas em torno de 9% das respostas dos informais.

Contudo, mais relevante que a análise de Soto é para Lautier sua proposta política. O autor peruano propõe uma drástica desregulamentação das normas e regimentos que devem ser seguidos pelas empresas, tornando mínimas as obrigações dos empresários para com as leis e o Estado, operando assim uma espécie de “formalização” da informalidade.

Para Lautier, as causas da tolerância do Estado para com a informalidade são várias, indo desde as práticas de clientelismo e corrupção praticadas entre os informais e os fiscais das prefeituras até uma possível força política dos informais que lhes garanta a manutenção de suas atividades por meio de negociação coletiva com o poder público local. Contudo, o que se costuma

perceber é uma força e pressão políticas não dos informais, mas dos comerciantes legalizados para que se reprima o comércio e as atividades informais<sup>5</sup>.

Segundo o autor em pauta, a informalidade do trabalho é também uma questão de (falta de) cidadania, na medida em que os atores da economia informal em sua maioria estão excluídos dos sistemas de seguridade social ligados ao trabalho. Assim, caberia saber se o Estado é capaz de restaurar sua capacidade de regulação da economia forjando uma nova cidadania que pudesse unir num mesmo estatuto de direitos-deveres tanto os “formais” quanto os “informais”.

Cacciamali (2000) é uma das pesquisadoras que mais tem se dedicado ao estudo do setor informal no Brasil. A autora concorda que a heterogeneidade de situações que podem ser abarcadas pelo setor informal é muito grande, o que pode conduzir a distintos objetos de estudo<sup>6</sup>.

Para melhor caracterizar as distintas situações de informalidade, esta autora (p.164) desenvolveu o conceito de *Processo de informalidade*, definido como

[...] Um processo de mudanças estruturais em andamento na sociedade e na economia que incide na redefinição das relações de produção, das formas de inserção dos trabalhadores na produção, dos processos de trabalho e de instituições. (CACCIAMALI, 2000, p. 163).

Conforme a autora decorre desse processo de informalidade dois fenômenos específicos. O primeiro fenômeno se refere à reorganização do trabalho assalariado no interior do mercado de trabalho do setor formal, levando a uma reformatação das relações de trabalho, que passam a corresponder a formas de trabalho assalariado não registradas legalmente, temporárias, etc., enfim, por meio da dissimulação do trabalho assalariado sob formas de trabalho autônomo. Tais modalidades de trabalho têm como característica comum a vulnerabilidade e a insegurança da relação de trabalho e da renda do trabalhador.

O segundo fenômeno se reporta ao auto-emprego, caracterizado como estratégia de sobrevivência das pessoas que não conseguem o ingresso ou

---

<sup>5</sup>Para Lautier (1997:79), “as ações empreendidas contra os comerciantes de rua na América Latina, via de regra, são organizadas sob pressão dos comerciantes “fixos”, legalmente instalados, que formam um poderoso lobby eleitoral”.

<sup>6</sup> “Isto, entretanto, não pode obscurecer o fato de que parcela expressiva dos trabalhadores mais pobres, em praticamente todos os países do globo, inserem-se numa plêiade de situações que podem ser representadas por meio de diferentes inserções no setor informal”. (CACCIAMALI, 2000, p. 154).

reingresso no mercado de trabalho ou que por opção decidem trabalhar por conta própria.

Esses dois fenômenos que resultam do *Processo de Informalidade* são entendidos pela autora como produto de transformações de grande alcance:

No momento contemporâneo, tendo em vista as transformações estruturais na produção e nas instituições que estão se manifestando no âmbito global, nas regiões e localidades, o Processo de Informalidade deve ser associado às diferentes formas de inserção do trabalho que se originam dos processos de reformatação das economias mundial, nacionais e locais. (CACCIAMALI, 2000,p. 164).

Pamplona (2001) analisa a reemergência do auto-emprego urbano no Brasil no contexto das transformações contemporâneas do mercado de trabalho. Para este autor, partindo de definições de vários estudos analisados, o auto-emprego é definido da seguinte forma:

É consenso entre os autores que o auto-empregado deva ter independência, autonomia e controle sobre seu trabalho e seus meios de produção. Isto caracterizaria de forma genérica o auto-empregado. Uma caracterização mais específica deveria levar em conta que o auto-emprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente controla seu processo de trabalho (atividade em si, matérias-primas, meios de trabalho); fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; sua renda não é previamente definida, pois dependerá de seu trabalho, de seu capital, e da demanda direta do mercado de bens e de serviços; seu objetivo primordial é prover seu próprio emprego (meios de subsistência) e não valorizar seu capital (acumulação de capital). (PAMPLONA, 2001, p. 78).

Compõem também o núcleo dos auto-empregados os trabalhadores autônomos ou conta própria além dos pequenos empregadores. Pamplona lembra que é difícil delimitar as situações de auto-emprego em apenas uma definição, dadas as diversidades desta categoria:

São ocupações que variam do pequeno artesão (costureira, alfaiate, sapateiro, marceneiro, etc.), do vendedor ambulante, dos prestadores de serviços pessoais e domiciliares (cabelereiro, manicure, babysitter, faxineira, jardineiro, etc.) aos profissionais liberais (arquitetos, médicos, advogados, etc.) e aos proprietários-gerentes de pequenos estabelecimentos comerciais e industriais.

É reconhecido ainda por este pesquisador que as situações de auto-emprego variam muito no que tange ao rendimento, à autonomia e controle do processo de trabalho, ao montante de capital, dentre outros, ou seja, há uma enorme diversidade de situações que podem caracterizar o auto-emprego, o que de certo modo explica as controvérsias e debates em torno deste conceito.

Como se vê acima, uma das definições do auto-emprego para Pamplona é a garantia dos meios de subsistência e não a valorização do capital. Ora, será essa uma escolha livre e consciente do auto-empregado? Será que ele faz a opção por não acumular? A princípio, a resposta nesse caso parece ser negativa.

Se o auto-empregado na maior parte dos casos não acumula capital, não é por que esse não seja seu objetivo, mas sim por que a grandeza de seu capital e de seus meios de produção não lhe permite valorizar capital. Isso por que dada a concorrência no mercado, o auto-empregado se coloca como uma espécie de “capitalista desqualificado”, visto que seu capital não lhe permite nem ao menos explorar trabalho alheio, somente explorar a si próprio, é um capital pífio.

Não se trata de entender que o auto-empregado ou “autônomo” tenha como objetivo auferir renda ou lucro, mas antes de perceber as razões que o fazem ou não valorizar seu capital, ainda que este funcione como capital somente num sentido ideal, como em muitos casos.

#### 1.1.1.1.1 *Críticas da informalidade*

Após um breve exame de alguns autores que se dedicaram ao estudo do setor informal e/ou da informalidade, serão analisadas algumas idéias de estudiosos contemporâneos que efetuam a crítica às noções de setor informal e de informalidade.

Para Malaguti (2000, p. 13), a idéia de informalidade “[...] é uma dimensão atemporal da sociedade do capital. Sempre presente, mas ao mesmo tempo fugidia” (MALAGUTI, 2000, p.13). Isto porque o autor entende que há conexões muito íntimas entre o “formal” e o “informal”, considerando que “o setor informal está no setor formal e que as relações salariais mais transparentes contém informalidades mais ou menos latentes” (MALAGUTI, 2000, p.14).

Segundo este autor os conceitos de informalidade e de setor informal não são equivalentes, na medida em que a “informalidade é um conceito muito mais amplo do que o de setor informal”. Esta distinção estabelecida entre os dois conceitos se deve ao fato de que [...]

Numerosos casos de informalidade podem ser observados nos setores chamados, impropriamente, de formais: o funcionário público que durante o expediente vende peças de roupas, perfumes e sabonetes; o assalariado de uma empresa multinacional que faz horas extras sem recebê-las; o mestre-de-obras de uma grande empreiteira que trabalha sem utensílios de proteção etc. Mesmo possuindo carteira de trabalho assinada, estes trabalhadores não estariam vivenciando situações de informalidade? Parece-nos que sim. (MALAGUTI, 2000, p. 99).

Malaguti (2000, p.100) oferece como exemplo dessa imbricação do “formal com o informal” o caso de uma funcionária pública que é casada com um ambulante, em que é o contracheque da esposa e a estabilidade laboral da mesma que garantem ao marido crédito e financiamento das compras junto aos fornecedores, ou seja, é o salário formal da esposa que garante a sobrevivência da atividade informal do marido.

Assim, o autor vai considerar inapropriado falar em setor informal na medida em que “a formalidade e a informalidade coexistem, subsidiam-se, interpenetram-se e são indissociáveis” (MALAGUTI, 2000, p.101). Malaguti defende a idéia de que o formal nutre-se do informal e vice-versa, deduzindo que dessa forma que a noção de setor acaba sendo “gelatinosa, podendo, no fundo, abarcar toda e qualquer realidade” (MALAGUTI, 2000, p.102).

Um ponto considerado bastante questionável na obra de Malaguti aparece logo no começo de seu trabalho, no qual o autor diz que dada a conflitualidade constante existente entre trabalho informal e a dinâmica do capital, “sabemos que a sociedade está doente quando a informalidade (anticorpo) prolifera *além de certos limites* (MALAGUTI, 2000, p.14). Fazendo uma analogia com o corpo humano, Malaguti (2000, p. 14) afirma que “hoje, o progressivo aumento da informalidade reflete uma infecção generalizada, cujo combate eficaz (a manutenção dos anticorpos em níveis normais) é necessário para evitar a morte do corpo social”.

Ora, a linha de pensamento adotada nessa pesquisa entende que tratar a informalidade (mesmo que por analogia) enquanto doença ou infecção em nada ajuda na compreensão do problema, pois assim, bastariam os “remédios

certos” para a “cura” desta “doença”. Também não se percebe como a ausência de um combate a informalidade poderia conduzir a morte do corpo social. Este tipo de pensamento – que enxerga a sociedade enquanto um organismo social que tende ao “equilíbrio” - é muito próximo do positivismo e do funcionalismo, correntes teóricas muito distintas do marxismo, ao qual o autor em outros momentos parece se filiar.

Além disso, percebe-se que, o autor, ao identificar *situações de informalidade* no interior de atividades “formais” confunde diferentes formas de inserção dos sujeitos com “imbricação” do “formal” e do “informal”. O fato do mestre-de-obras (exemplo usado pelo autor) não utilizar os devidos utensílios de proteção nada tem a ver com a suposta relação entre formalidade e informalidade em nosso entendimento. O que deve ser percebido é como se dá a relação do mestre-de-obras com o capital do ponto de vista produtivo. Se ele utiliza ou não os devidos utensílios de segurança isto é um problema de irregularidades da empresa no que tange à segurança dos trabalhadores, mas nada tem a ver com situação de informalidade.

O mesmo vale para o exemplo do ambulante que garante à compra de suas mercadorias por meio do salário formal da esposa. A forma como adquire suas mercadorias não é o fundamental, seja por meio da esposa, seja por meio de empréstimo em alguma financeira ou mesmo pela venda de seu automóvel, por exemplo. O que interessa saber é como ele se relaciona com o conjunto da economia capitalista do ponto de vista da acumulação de capital.

A crítica de Malaguti à idéia de setor é válida e importante, mas nos parece que é feita de modo problemático, visto que a relação entre o “formal” e o “informal” deve ser analisada do ponto de vista da teoria do valor, fundamentalmente, o que não faz o autor, tornando sua crítica no mínimo limitada.

Outra autora que critica a idéia de setor informal é Tavares (2004). Para ela, apesar de o termo “setor informal” ter sido amplamente aceito tanto nos meios políticos quanto nos acadêmicos, “é praticamente impossível traduzir numa palavra um universo tão diversificado”. Segundo ela, “é mais fácil descrevê-lo do que tentar defini-lo (TAVARES, 2004, p. 33).

Tavares critica a dualidade da divisão em setores formal e informal estabelecida pela OIT. Para ela, falta também à análise da OIT um marco conceitual de definição do setor informal. Tavares (2004, p. 31) aponta sete características

essenciais da definição oitiana de setor informal: facilidade de acesso à atividade; utilização de recursos locais; propriedade familiar; escala de atividade reduzida; uso de tecnologia que privilegia o recurso à mão-de-obra; qualificação adquirida fora do sistema oficial de formação; mercados concorrenciais e sem regulamentação. Dado que são muitas as características mostra a dificuldade de encontrarmos todos estes atributos coexistindo em uma mesma atividade.

Para esta autora, além do que foi dito, a impropriedade da idéia de setor informal está no fato de que a OIT se ocupou fundamentalmente das atividades ditas de sobrevivência, o que demonstra que tal concepção já estaria superada, na medida em que muitas atividades informais hoje são postas a serviço da valorização do capital.

O foco de análise de Tavares são as relações de subcontratação e terceirização – e, portanto de exploração – que se dão sob o véu da informalidade, muitas vezes ocultando relações de assalariamento e subordinação ao capital.

Contudo, Tavares tece também algumas breves considerações sobre a atividade do ambulante, presente hoje por toda parte:

Nos campos de futebol, nas portas dos cinemas, nas praias, nas praças públicas, nas ruas mais movimentadas; enfim, em qualquer lugar onde oportunamente se reúnam muitas pessoas, com o que se cria a possibilidade de revender as mercadorias que foram compradas, às vezes, no comércio local. (TAVARES, 2004,p. 152).

Para esta autora tal atividade, apesar de ser uma das mais degradantes, não possui relação direta com o capital:

Estamos tratando de indivíduos que só têm a força de trabalho para vender. Mas para sobreviver não a estão vendendo ao capital. O fato de estarem no circuito do mercado não significa que são trabalhadores do capital. Assim, não sendo produtivos nem improdutivos ao capital, em princípio, não interessam diretamente ao fim capitalista. (TAVARES, 2004,p. 153).

Voltar-se-á a esta questão mais adiante, mas cabe assinalar aqui que a análise de Tavares homogeniza a atividade do ambulante, que não necessariamente é proprietário dos meios de produção e pode sim ser explorado pelo capital e, ainda que não o seja, está “preso” ao sistema de auto-exploração, sua única alternativa. Além disso, a atividade ambulante é essencial para o escoamento

de mercadorias, fundamentalmente daquelas falsificadas, popularmente chamadas “piratas”. Sobre a questão de esta atividade ser produtiva ou improdutiva, a autora toma apenas uma passagem de Marx para corroborar sua afirmação, quando há questão é na verdade mais complexa quando se toma, por exemplo, outros textos desse autor. Contudo, isso será discutido mais adiante.

Outro trabalho de relevância e que vai efetuar uma dura crítica às concepções de setor informal e informalidade é o de Leslie Beloque Intitulado “*A cor do trabalho informal*” (2007), tese de doutoramento desta pesquisadora. Tal estudo será objeto de maior atenção, uma vez que as questões e apontamentos levantados pela autora são complexos e de grande relevância, merecendo assim, uma análise mais atenta.

Beloque primeiramente critica o trabalho de Souza e Tokman pelo fato deles imputarem as qualidades de formal e informal ao mercado de trabalho e não as relações que ocorrem no processo produtivo, o que os leva autores a incorrerem em uma

[...]Incoerência ao evocarem como qualidades destes “setores do mercado de trabalho” atributos que pertencem à produção, às formas de organização da produção, pois, para os autores, é formal o setor do mercado de trabalho que ‘concentra as atividades econômicas organizadas’ e é informal o setor que ‘concentra os ocupados que, em geral, não exercem atividades nas empresas organizadas’. (BELOQUE, 2007, p. 24).

Outra incoerência para a autora está na própria noção de mercado de trabalho, visto que o que o trabalhador vende no mercado para o capital não é seu trabalho, mas sua força de trabalho, sua capacidade de trabalho:

Para que se constituísse um ‘mercado de trabalho’, o trabalho precisaria ‘ser vendido no mercado como uma mercadoria’, e, para tanto, ter existência antes da venda, isto é, o trabalho teria que ter materialidade fora do corpo do trabalhador. (BELOQUE, 2007, p. 25).

Como o trabalhador não pode ter uma existência independente de seu trabalho, e assim, só pode vender sua capacidade de trabalho, temos que [...]

O que de fato existe é um **mercado de força de trabalho** e não um ‘mercado de trabalho’. E força de trabalho, ainda que ‘qualificada e com maior experiência’ não é formal, nem informal, é apenas

capacidade potencial de trabalho. Quando o trabalhador oferta a sua força de trabalho no mercado é porque, geralmente, está desocupado e destituído de meios de produção. Nestas condições, a sua força de trabalho é apenas capacidade potencial de trabalho; então, como atribuir a esse mercado de capacidade potencial de trabalho as qualidades de formal e informal? (BELOQUE, 2007, 25, *grifos da autora*).

Esta autora aponta também como equivocado o fato de Souza e Tokman definirem o setor informal como conjunto de formas de organização que ocupam um lugar intersticial na economia, ou seja, “operam ‘juntas’ com as formas propriamente capitalistas, mas não fazem parte delas” (p. 28). Para Beloque, tal idéia - que também está presente nos estudos de Cacciamali - conduz ao entendimento de que as atividades informais estão fora da “estrutura econômica”, fazendo com que os estudos se detenham nas formas de inserção das atividades informais à produção capitalista. Nas palavras da autora:

Diversos analistas são levados a considerar que as atividades ‘informais’ não estão combinadas, mescladas com as ‘atividades tipicamente capitalistas’ e nem que fazem parte delas, mas que o chamado setor informal na esfera produtiva, como água e óleo, só podem manter uma convivência de ‘tipo intersticial’ com a produção capitalista e que são atividades econômicas segregadas ‘nas franjas do mercado não ocupadas pela produção capitalista’. Até podem estar ‘juntas’ da produção capitalista, mas sempre convivendo, ‘ocupando espaços de mercado perfeitamente delimitados’ pela produção capitalista [...] (BELOQUE, 2007, p. 32, 33).

Continuando no raciocínio de Beloque, foi selecionada uma crítica que a autora efetua tanto a Cacciamali quanto à Pamplona, no que se refere à idéia desses dois autores de que o trabalhador informal que geralmente opera sozinho pode ser considerado um indivíduo que emprega a si mesmo, ou seja, que é simultaneamente patrão e empregado. Segundo Beloque (2007, p. 52):

O conceito de auto-emprego é [...] uma contradição no próprio termo. Em primeiro lugar, a relação de emprego, pelo simples fato de ser uma relação, supõe o envolvimento de, no mínimo, dois sujeitos. Em segundo lugar, a natureza peculiar dessa relação de trabalho supõe, de um lado, o trabalhador que realiza sua atividade produtiva em troca de um salário e executa tais atividades de forma subordinada ao proprietário das condições de realização de seu trabalho, e, de outro lado, supõe o empregador [...] a relação de emprego pressupõe a existência de sujeitos com atributos contrários que não podem ser reunidos em apenas um dos pólos da relação; por essas razões, ninguém pode praticar o auto-emprego.

Beloque lembra que os autores que defendem a noção de auto-emprego em geral se reportam à trechos do *Capítulo VI Inédito* onde Marx afirmaria<sup>7</sup> que o trabalhador independente autoemprega-se como assalariado. Para ela, a idéia de auto-emprego é equivocada, e lhe parece estranho que tal idéia apareça justamente na obra de Marx: “é surpreendente tal afirmação, pois se há uma teoria que a negue peremptoriamente é exatamente a de Marx” (BELOQUE, 2007, p. 53).

Contrariamente, é possível perceber por meio de uma análise mais apurada que não há nada na idéia do trabalhador “por conta própria” como patrão de si mesmo que negue a teoria de Marx. O que se pode alegar é que na relação de emprego fique implícito a figura de pelo menos dois agentes, e que o trabalho por conta própria seja assim não uma relação de emprego propriamente dita, mas de trabalho “independente” ou de auto-exploração, o que tornaria contraditório o conceito de auto-emprego. Mas isso não invalida as considerações do capítulo sexto inédito, nem das teorias da mais-valia e muito menos as d’*O Capital* (cap. L) onde aparecem as citações de Marx a esse respeito, visto que Marx fala a todo o momento que, por não ser nem um trabalhador assalariado e nem um capitalista, o trabalhador “autônomo”, exerce, mesmo que idealmente, as duas funções. Marx ali não distingue *trabalho* de *emprego*<sup>8</sup>, mas quer apenas acentuar a relação de auto-exploração própria do trabalho aparentemente “autônomo”, específica dessa categoria social.

É claro que a teoria de Marx em geral é uma teoria das classes sociais e desta forma trata especificamente da burguesia e da classe dos trabalhadores assalariados, pois Marx, especificamente em *O Capital*, vai buscar explicar os fundamentos deste modo de produção, as relações mais importantes e o desenvolvimento das classes sociais fundamentais, dentre as quais não está a categoria dos trabalhadores por conta própria. Por isso mesmo, não há longas considerações de Marx sobre esse agente em específico, mas nas vezes em que Marx aborda o assunto, como já foi mencionado, o considera como uma categoria ambígua que exerce ao mesmo tempo as duas funções – a de capitalista e a de

---

<sup>7</sup> A autora parece duvidar que tal idéia seja mesmo a de Marx, mas não aponta nenhum indício ou informação que possa colocar alguma dúvida de que o capítulo sexto inédito – ou trechos deste - não tenha sido escrito por Marx.

<sup>8</sup> Beloque corretamente (2007:54) esclarece que o trabalho ou o processo de trabalho é caracterizado fundamentalmente pela apropriação de elementos da natureza e sua transformação para satisfação das necessidades humanas, é uma necessidade natural do homem presente em todas as formas de sociedade, ao passo que a relação de emprego é caracterizada pela relação de subordinação do assalariado ao capitalista, relação essa específica da sociedade capitalista.

assalariado – mesmo que idealmente ou por analogia. Sendo assim, apesar das considerações de Belouque, entende-se que esta concepção de Marx é a mais correta para se compreender o chamado trabalhador “por conta própria” ou “autônomo” na sociedade capitalista, e isso não por que a idéia seja de Marx, mas sim por que é a que melhor explica no plano do pensamento esta situação concreta do real.

Procurou-se explorar até aqui as principais explicações e análises sobre o trabalho informal, apontando os avanços e os problemas de tais interpretações. Em torno do que foi colocado, é preciso enfatizar alguns pontos para que a presente análise da informalidade tenha um delineamento claro.

- 1) O desenvolvimento do capitalismo não significa que haja um desaparecimento de todas as formas de trabalho e produção não especificamente capitalistas, mas sim que estas modalidades são criadas, recriadas e às vezes eliminadas pelo capital.
- 2) A existência destas formas de trabalho não significa que existam outros modos de produção convivendo com o capitalismo, pois o conceito de modo de produção é muito mais amplo, englobando inclusive estas formas de trabalho não capitalistas que se subordinam ao capital pelo mecanismo da troca.
- 3) Por tais razões, não há porquê se falar em setores formal e informal da economia, como querem muitos teóricos da informalidade, visto que a lógica tanto das atividades formais como das informais é a mesma, é a lógica do capital, com suas respectivas leis econômicas e suas formas de funcionamento. Se as atividades informais em muitos casos não conseguem acumular capital é porquê seu montante de capital e de meios de produção são ínfimos, não permitindo acumulação, já que sucumbem diante da concorrência.
- 4) Justamente por não conseguirem acumular capital é que os sujeitos que atuam na esfera da informalidade praticam a autoexploração, visto que, se não acumulam, também não tem condições de empregar e explorar força de trabalho alheia, pelo contrário, utilizam de sua própria força de trabalho ou de membros da família não assalariados.
- 5) Tal relação de trabalho, em que não há separação nítida entre capital e trabalho, não é a forma típica de trabalho assumida no capitalismo, que no

caso é o trabalho assalariado. É justamente por não ser típica que tal modalidade de trabalho – chamada popularmente trabalho por conta própria - coloca certas dificuldades aos pesquisadores que buscam analisar tais casos. Para tanto, serão analisadas as especificidades desta forma de trabalho diante do modo de produção capitalista e de suas respectivas classes sociais.

## 2 TRABALHO “POR CONTA PRÓPRIA” E CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO

Antes de se proceder à análise da especificidade do trabalho “por conta própria” no interior da sociedade de classes burguesa, é preciso delinear alguns elementos que possibilitem pensar como se estrutura o próprio capitalismo. Assim, faz-se necessário analisar a questão da estrutura das classes sociais modernas sob o modo de produção capitalista. Feita tal exposição, é possível adentrar com mais segurança à questão do trabalho “por conta própria”.

### 2.1 A ESTRUTURA DAS CLASSES SOCIAIS NO CAPITALISMO

A questão das classes sociais é uma das mais polêmicas no interior do marxismo. Apesar de Marx n’*O capital* se reportar em diversos momentos à categoria classe social, o capítulo reservado para tal discussão ficou inacabado, o que suscitou – e ainda suscita – inúmeras polêmicas em torno do conceito de classe. Não obstante as discussões em torno deste conceito não constituírem o núcleo teórico de discussão desse trabalho, é necessário proceder-se ao menos a uma breve explanação sobre a questão com o intuito de que se compreenda como se insere o trabalhador “por conta própria” nesta estrutura de classes.

A fim de que se analise com maior segurança a questão das classes sociais no capitalismo, faz-se necessário verificar como a questão aparece n’*O capital*, obra máxima deste pensador alemão. No capítulo LII desta obra, Marx (1986, p. 317) define da seguinte forma as classes sociais básicas do capitalismo:

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários da terra, cujas respectivas fontes de rendimentos são o salário, o lucro e a renda fundiária, portanto, assalariados, capitalistas e proprietários da terra, constituem as três grandes classes da sociedade moderna, que se baseia no modo de produção capitalista.

É importante precisar que Marx tem em mente a realidade inglesa, onde naquele momento o capitalismo estava mais desenvolvido. Apesar de reconhecer que tal configuração de classes não existe de modo puro, nem mesmo no caso inglês – visto que há estágios intermediários e de transição – Marx defende a existência de uma tendência de polarização das classes sociais, ou seja, as camadas intermediárias tendem a “desaguar” em uma das classes sociais fundamentais. Além disso, também os proprietários de terra tendem a se transformar em capitalistas agrários, polarizando a sociedade cada vez mais em assalariados e capitalistas:

A tendência constante e a lei do desenvolvimento do modo de produção capitalista é separar cada vez mais do trabalho os meios de produção e concentrar cada vez mais em grandes grupos os meios de produção dispersos, portanto transformar o trabalho em trabalho assalariado e os meios de produção em capital. E a essa tendência corresponde por outro lado a separação autônoma da propriedade fundiária do capital e do trabalho ou a transformação de toda a propriedade na forma de propriedade fundiária correspondente ao modo de produção capitalista. (MARX, 1986, p. 317).

Para se entender de modo efetivo as relações que estas três classes sociais apontadas acima por Marx estabelecem entre si na sociedade burguesa, é importante antes apreender a natureza específica desta estrutura de classes e o que a diferencia das sociedades pré-capitalistas.

Diferentemente de outros modos de produção, como por exemplo, o escravismo e o feudalismo, nos quais os indivíduos eram propriedades de um senhor (escravismo) ou propriedades da terra (feudalismo), respectivamente, sob o capitalismo os indivíduos são livres, ou seja, não são propriedades de nada e nem de ninguém. Com isso poder-se-ia afirmar que a sociedade capitalista libertou o homem dos laços que possuía, e o tornou assim um ser “nu”, totalmente despossuído.

Contudo, se no escravismo e no feudalismo o homem não era um ser livre, mas propriedade de outrem, pelo menos tinha sua sobrevivência garantida, ou seja, lhe era concedido o mínimo necessário para que se mantivesse vivo<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Isso não significa que era uma situação “melhor” ou “superior” que a do capitalismo, pelo contrário, o desenvolvimento do modo de produção capitalista foi um inegável avanço histórico.

Com o advento do capitalismo, isso não mais vigora, na medida em que sendo “livre”, cabe ao indivíduo, e unicamente a ele, garantir o seu sustento e de sua família. Para Marx (1985, p. 262), essa “libertação” dos homens dos seus antigos laços próprios dos modos de produção pré-capitalistas tornou os agora trabalhadores assalariados em seres sociais duplamente livres:

Trabalhadores livres no duplo sentido, porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles.

Sem ter os meios de produção que garantam o seu sustento, os homens são levados a vender o único “bem” que possuem: a sua força de trabalho<sup>10</sup>, por um determinado tempo ou período. Tal condição se impõe para que o homem por meio da venda de sua força de trabalho receba por ela um determinado salário, que lhe garanta no mínimo a satisfação de suas necessidades mais essenciais.

Tal condição é uma necessidade desse sistema, na medida em que o capital, plenamente constituído em modo de produção especificamente capitalista, não precisa coagir ou forçar o trabalhador ao labor, visto que não há na sociedade burguesa a necessidade de coação extra-econômica para que os indivíduos vendam sua força de trabalho ao capital, diferentemente do que ocorreu nos primórdios deste modo de produção, período caracterizado como acumulação primitiva<sup>11</sup>.

Assim, pode parecer uma contradição dizer que o capital libertou o homem de suas amarras, já que o indivíduo despossuído não tem outra opção a não ser vender sua força de trabalho ao capital. Contudo, esta é uma contradição real,

---

<sup>10</sup> É importante frisar que o que o trabalhador vende é um dispêndio de tempo determinado de força de trabalho e não seu trabalho. Braverman (1981:56) explica essa questão da seguinte forma: o trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano. Músculos e cérebros não podem ser separados de pessoas que os possuem; não se pode dotar alguém com sua própria capacidade para o trabalho, seja a que preço for, assim como não se pode comer, dormir ou ter relações sexuais em lugar de outra pessoa. Deste modo, na troca, o trabalhador não entrega ao capitalista a sua capacidade para o trabalho. O trabalhador a retém, e o capitalista só pode obter vantagem na barganha se fixar o trabalhador no trabalho. Compreende-se claramente que os efeitos valiosos ou produtos do trabalho pertencem ao capitalista. O que o trabalhador vende e que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo.

<sup>11</sup> É importante lembrar que na passagem da sociedade feudal para a capitalista, processo analisado por Marx no capítulo XXIV de *O Capital* intitulado *A assim chamada acumulação primitiva*, fica evidente que na transição para o modo de produção capitalista houve uma série de eventos que forçaram os antigos camponeses ou servos a se tornarem trabalhadores assalariados. Aqueles que rejeitavam a se assalariar eram julgados como vagabundos e obrigados a prestar inclusive trabalhos forçados às pessoas que os denunciavam ao Estado. Ou seja, foi preciso o estabelecimento do modo de produção especificamente capitalista para que o capital se tornasse “senhor de seu próprio processo” e estabelecesse uma população de trabalhadores assalariados adequada às suas necessidades, sem ter que fazer uso da coerção e força do Estado para tal.

na medida em que o homem libertado de seus antigos laços escravistas ou senhoriais agora pode “livremente” vender sua força de trabalho e inclusive, dependendo da conjuntura, negociar o valor pela qual venderá. Note-se bem que, apesar de poder “escolher” quem será seu explorador, o indivíduo despossuído não tem outra opção a não ser se sujeitar ao capital.

Harry Braverman no clássico *Trabalho e capital monopolista* (1981) ao analisar os fundamentos do processo de produção social capitalista enumera três condições básicas na sociedade capitalista que vão tornar a força de trabalho mercadoria e assim diferenciar a produção social burguesa das pré-capitalistas:

Em primeiro lugar, os trabalhadores são separados dos meios com os quais a produção é realizada, e só podem ter acesso a eles vendendo sua força de trabalho a outros. Em segundo, os trabalhadores estão livres de constringências legais, tais como a servidão ou escravidão, que os impeçam de dispor de sua força de trabalho. Em terceiro, o propósito do emprego do trabalhador torna-se a expansão de uma unidade de capital pertencente ao empregador, que está assim atuando como um capitalista. (BRAVERMAN, 1981, p. 54, 55).

Temos, assim, a configuração fundamental da sociedade capitalista. O trabalhador, despossuído de meios de produção que garantam sua subsistência, e “livre” de restrições de caráter jurídico ou político-religioso, vende sua força de trabalho ao capital, de modo a valorizá-lo, recebendo por isso um salário que ao menos lhe garantirá suprir suas necessidades mais essenciais e recompor suas energias para que possa vender continuamente sua força de trabalho.

Ocorre que desde os primórdios do capitalismo, sempre houve um número de indivíduos que não conseguiu vender sua força de trabalho ao capital, por razões diversas, inclusive pela resistência dos produtores recém expulsos do campo ao sistema de assalariamento. Além disso, não é de interesse do capital empregar toda a força de trabalho disponível, mas manter uma reserva desta força de trabalho, um excedente populacional relativo. Mas relativo a quê? Às necessidades imediatas de valorização do capital, que em determinado momento podem necessitar de maior ou menor número de trabalhadores no interior da produção social:

[...]a acumulação capitalista produz constantemente - e isso em proporção à sua energia e às suas dimensões - uma população trabalhadora adicional relativamente supérflua ou subsidiária, ao menos no concernente às necessidades de aproveitamento por parte do capital. (MARX, 1985, p. 199).

Esse excedente é produto da própria dinâmica da acumulação capitalista, visto que o capital, ao elevar sua composição orgânica, aumenta os investimentos em capital constante (máquinas, tecnologia) em detrimento dos investimentos em capital variável (força de trabalho, salários). Isto não quer dizer que se deixe de empregar força de trabalho humana na produção social, pois o capital, ao avançar em todos os ramos da produção social (seja no meio rural, nos serviços, ou outros) necessita da força de trabalho que ainda não está sob seu jugo, ou seja, precisa transformar tais indivíduos em força de trabalho para a valorização do capital. Nas palavras de Marx (1985, p. 188)

A reprodução da força de trabalho, que incessantemente precisa se incorporar ao capital como meio de valorização, não podendo livrar-se dele e cuja subordinação ao capital só é velada pela mudança dos capitalistas individuais a que se vende, constitui de fato um momento da própria reprodução do capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado.

Ocorre que esta multiplicação tende a ser cada vez menor, dado o crescimento da produtividade social do trabalho, o que não significa que o capital deixe de investir em força de trabalho (capital variável), como já foi dito, mas que tal investimento continua acontecendo, só que em proporções cada vez menores, visto que cada vez menos homens produzem uma maior quantidade de mercadorias e serviços. Para Marx (1985, p. 200) “com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria abundância relativa”.

Por meio de tal dinâmica, o capital possui a liberdade de não depender do crescimento natural da população, visto que ele próprio cria a população de braços assalariados da qual necessita.

É preciso, contudo, não cair em visões catastróficas que imaginem que seja possível ao capital abrir mão de toda força de trabalho no processo produtivo. Esta é uma contradição do próprio capital, pois ao mesmo tempo em que

reduz o número de trabalhadores na produção - e com isso aumenta a superpopulação relativa - não pode abrir mão deles, pois somente o trabalho produz valor.

Sendo assim, tanto a população de trabalhadores ativos como a superpopulação relativa, não só são resultado da dinâmica capitalista, mas antes um pressuposto da mesma:

[...] o específico do modo de produção capitalista é sua forma de gerar valor a partir da apropriação do trabalho não retribuído, isto é, da mais-valia. A valorização do valor, conteúdo fundamental da produção capitalista, é o processo dessa apropriação do trabalho não retribuído e ao mesmo tempo seu resultado. Ora, esse processo tem como pressuposto fundamental a existência e a reprodução ampliada de uma população para o capital. (OLIVEIRA, 1977, p. 137).

Contudo, a população que atende as necessidades do capital não é abstrata ou geral, mas específica: “esta população para o capital é a força de trabalho”. (OLIVEIRA, 1977, p. 137). É essa população que vai se dividir em exército ativo e exército de reserva de força de trabalho.

## 2.2 FORMAS DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA OU EXÉRCITO INDUSTRIAL DE RESERVA

É no capítulo XXIII d’O *Capital* intitulado *As leis gerais da acumulação capitalista* que Marx vai tratar especificamente dos conceitos de superpopulação relativa ou exército industrial de reserva, assim como das diferentes formas de existência desse exército de reserva sob o capital.

Viu-se que com o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o progressivo desenvolvimento das forças produtivas a ele correspondente temos uma mudança na composição orgânica do capital, que passa a crescer em capital constante (máquinas, tecnologia) em detrimento do capital variável (força de trabalho, salários). Com isso, o capital transforma progressivamente “parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados” (MARX, 1985, p. 201).

Esse movimento de liberação de uma parte da população trabalhadora da produção social operado pela acumulação capitalista tem como uma das conseqüências uma pressão do exército de reserva sobre o exército ativo dos trabalhadores, fazendo com que esses tenham de se submeter a uma maior taxa de exploração do trabalho por razão da concorrência com os que estão fora da produção. Além disso, essa pressão do exército de reserva sobre os trabalhadores ativos faz com que o capital mantenha os salários em um nível mais baixo, que varia conforme a expansão e a contração do exército de reserva.

Segundo Marx, todo trabalhador em algum momento vai compor a superpopulação relativa, seja quando estiver inteiramente desocupado ou apenas parcialmente. Essa superpopulação assume três formas específicas na sociedade capitalista: líquida ou fluente, latente e estagnada.

A primeira forma de existência assumida pela superpopulação relativa é a *líquida ou fluente*, produto das mudanças na indústria moderna que acontecem nos grandes centros urbanos, em que ora trabalhadores são atraídos, ora repelidos. Com o desenvolvimento da maquinaria e da divisão do trabalho, os trabalhadores continuam a ser consumidos pelo capital, mas em proporção sempre decrescente em relação à escala de produção.

Já a segunda forma assumida pela superpopulação relativa segundo Marx é a *latente*, produto do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas no meio rural, que faz com que a demanda de população trabalhadora no campo decresça de modo absoluto. Essa população sobrando fica na encruzilhada de decidir entre migrar para os centros urbanos em busca de uma situação favorável em que possa vender sua força de trabalho – mas correndo o risco de não conseguir vendê-la - ou continuar no campo numa situação social e econômica amplamente desfavorável. Segundo Marx (1985, p. 208), “o trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo”.

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, é a que mais nos interessa, pois diferente das outras, constitui parte do exército ativo dos trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular, proporcionando assim ao capital “um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”. (MARX, 1985p, 208). Para Marx, por vender de forma irregular sua força de trabalho, a

superpopulação estagnada tem uma condição de vida inferior ao nível normal da classe trabalhadora.

É possível perceber que uma grande parte dos trabalhadores que são denominados de “autônomos” parecem compor a camada estagnada do exército de reserva, na medida em que, devido à irregularidade de sua ocupação, podem retornar a vender sua força de trabalho de modo contínuo ao capital.

Contudo, se o trabalhador autônomo pode ser entendido enquanto integrante do exército de reserva, ou ao menos, cumprir a função deste, não são todos os “autônomos” que cumprem tal papel. Por isso, é preciso diferenciar os “autônomos regulares” dos “autônomos irregulares”.

Para Prandi (1978, p. 32):

Quando o trabalho autônomo é vivido por seu agente como situação temporária, irregular, a alternância com o assalariamento pode contribuir para o aumento da taxa de trabalho não retribuído através do mecanismo do exército industrial de reserva, nesse caso, o nível de exploração do trabalho assalariado recai sobre o trabalhador por conta própria como consequência de sua própria condição de concorrente imediato do trabalhador assalariado.

Assim, para este autor, o trabalhador “autônomo” irregular está muito próximo dos assalariados, seja por viver situações de assalariamento eventual, ou mesmo por sua condição de espera e expectativa de voltar a estar assalariado. Contudo, essa concorrência que há entre os “autônomos” irregulares e os assalariados para Prandi se transfigura em identidade, na medida em que tanto a condição de exploração do assalariado quanto à situação de instabilidade e precariedade do “autônomo” irregular são condicionadas pelos movimentos do capital. Assim, “a competição que entre eles se estabelece não é capaz de anular a identidade que os mantém e os remete sempre à condição de classes expropriadas”. (PRANDI, 1978, 33).

Diferente é a situação do trabalhador “autônomo” ou por conta própria regular, que dada sua situação de estabilidade, “tende a enxergar-se como grupo independente dos interesses dos trabalhadores assalariados”. (Prandi, 1978:33). Esse grupo dos “autônomos” regulares tende a se aproximar dos interesses da pequena burguesia e a crer nos ideais de independência e autonomia,

“como se fosse a ‘classe’ dos autônomos dona de seu próprio nariz”. (PRANDI, 1978, p. 33).

Por ter estabilidade em sua atividade, esse trabalhador “autônomo” regular não tende a retornar ao assalariamento, o que impede que o identifiquemos ao exército de reserva, diferente do “autônomo” irregular que parece cumprir as funções da superpopulação relativa estagnada.

Contudo, quem determina a situação de regularidade ou irregularidade do trabalho “por conta própria” não é o indivíduo que vive tal situação econômica, mas sim as leis econômicas que regem o modo de produção capitalista, que determinarão se esse indivíduo conseguirá manter-se ou não na atividade. Se o indivíduo irá manter-se na atividade ou retornar ao assalariamento, não depende de uma escolha individual, mas trata-se antes de uma imposição do capital.

É importante demonstrar que a questão do exército de reserva é bastante polêmica no interior das ciências sociais, sendo que muitos autores tem questionado a validade do conceito nos dias atuais.

Com as várias transformações pelas quais vem passando a sociedade capitalista atual, muitos conceitos forjados para compreender esta sociedade tem sido colocados em xeque ou considerados obsoletos. É alegado pelos defensores de tal idéia que estes conceitos podem ter sido úteis para compreender o capitalismo em algum passado mais ou menos remoto, mas que, hoje, não mais ajudariam no entendimento da sociedade contemporânea.

Um desses conceitos que tem sido postos em xeque é o de Exército Industrial de Reserva, que chamaremos aqui somente Exército de Reserva. Tal conceito foi cunhado, como vimos, por Karl Marx em sua obra maior, *O Capital*.

A idéia fundamental do conceito de Exército de Reserva é a de que o capital produz por meio de sua dinâmica de acumulação de capital uma população ativa e uma população excedente ou de reserva. Esta última serviria fundamentalmente para atender as demandas de aumento da produção industrial em determinados períodos ou conjunturas, para garantir ao capital uma maior liberdade de substituição da força de trabalho, que teria como resultado uma pressão sobre os trabalhadores ativos para que estes se sujeitassem a maiores jornadas de trabalho e a salários mais baixos, visto que, caso não aceitassem, o exército de reserva poderia substituí-los assim que fosse necessário ao capital.

Ocorre que com o aumento do desemprego e com o atual perfil do mercado de força de trabalho<sup>12</sup>, muitos autores vêm defendendo que o conceito marxiano em questão não mais tem validade no capitalismo contemporâneo, visto que a reserva de força de trabalho seria de tal monta que haveria uma impossibilidade de ser reaproveitada pelo capital, dado o avanço das forças produtivas que cada vez mais expulsa os trabalhadores da produção ao invés de incorporá-los.

O outro argumento é o de que grande parte dos desempregados não mais pode ser reaproveitada pelo capital visto que não se enquadram no perfil de trabalhadores necessário ao capital. São em geral jovens sem experiência profissional, pessoas com uma idade em geral superior a 40 anos, que estariam “velhas” demais para o labor, e pessoas sem qualificação profissional, que é considerada hoje quase uma obrigação para aqueles que procuram emprego.

Dentre os autores que alegam não ser mais vigente na contemporaneidade se falar em exército de reserva está o polêmico e importante pensador André Gorz.

Em seu conhecido “Adeus ao Proletariado” Gorz (1987), pautado em suas observações sobre a revolução tecnológica em curso e pelo incrível desenvolvimento das forças produtivas afirma categoricamente a impossibilidade de uma retomada do pleno emprego:

Keynes está morto: no contexto da crise e da revolução tecnológica atuais, é rigorosamente impossível restabelecer o pleno emprego por um crescimento econômico quantitativo. (GORZ, 1987, p. 11)

O autor vai defender a idéia segundo a qual se instaura cada vez mais uma massa de indivíduos que não mais tem condições objetivas de serem reabsorvidos pela produção capitalista por meio de empregos estáveis:

A sociedade do desemprego é a que vem progressivamente se instalando sob nossos olhos: de um lado, uma massa crescente de desempregados permanentes; de outro, uma aristocracia de trabalhadores protegidos; entre os dois, um proletariado de trabalhadores precários, que cumprem as tarefas menos qualificadas e mais ingratas. (GORZ, 1987. p. 12).

---

<sup>12</sup> Falamos aqui em mercado de força de trabalho visto que o que é vendido pelo trabalhador assalariado é sua força de trabalho por um determinado período, e não seu trabalho. Ver Beloque e Braverman.

Esta sociedade do desemprego evidencia que para Gorz à questão fundamental não está em se garantir um emprego, mas sim está na abolição do trabalho, visto a impossibilidade de retorno ao emprego de grande massa dos desempregados permanentes.

Também para Offe (1989) há cada vez menor capacidade de reabsorção de força de trabalho por parte da economia capitalista, formando assim cada vez mais uma parcela marginalizada da atividade remunerada.

Para este autor (1989, p. 32), a crescente diferenciação/heterogeneização do trabalho, somados ao desemprego e subemprego maciços conduzem a uma diminuição de pretensões relativas ao trabalho, seja em conquistas salariais, seja na conquista de um emprego, o que evidencia que o mecanismo do exército de reserva “perdeu sua eficácia genérica, entre outros motivos por causa do caráter crescentemente heterogêneo do trabalho social”.

De um modo diferente, Davis (2006, p. 211) questiona não a validade do exército de reserva, mas o entendimento dos informais enquanto reserva de força de trabalho ao capital. Segundo o autor,

[...] se o proletariado informal não é a menorzinha das pequenas burguesias, também não é um “exército de reserva de mão-de-obra” nem um “lupemproletariado”, em nenhum dos sentidos obsoletos do século XIX. Parte dele, é verdade, é uma força de trabalho invisível da economia formal [...]

Já para Francisco de Oliveira, a idéia de exército de reserva permanece válida, mas deve ser entendida sob a ótica da sociedade contemporânea:

Teoricamente, o esquema de Marx do “exército industrial” parece ser mais atual do que nunca, mas sua compreensão requer uma nova interpretação. A ampliação do assalariamento operou uma fusão entre as frações intermitente e latente do exército industrial: praticamente todos os trabalhadores converteram-se em membros intermitentes/latentes pela permanente desqualificação e pela informalização.

Chesnais, assim como Oliveira, vê a categoria exército de reserva como atual, buscando compreender suas novas determinações. Para o autor francês, o exército de reserva, assim como o capital, se mundializou, graças às

liberalizações econômicas e desregulamentações financeiras. Como a liderança das economias está cada vez mais nas mãos dos grandes oligopólios transnacionais, para Chesnais se estabelece uma verdadeira concorrência em escala mundial entre os assalariados dos vários cantos do planeta, sendo esse um dos aspectos decisivos da mundialização do exército de reserva.

Em nosso entendimento Gorz e Offe se equivocam ao defenderem a perda de importância do trabalho na sociedade capitalista. Para Bertero (2009) há ao contrário uma ampliação do trabalho assalariado e não o seu desaparecimento como querem os autores acima. Para este autor, a extensão do assalariamento ao campo e aos serviços demonstra a crescente extensão e ampliação das relações sociais capitalistas e conseqüentemente do assalariamento à setores que antes não funcionavam de modo empresarial propriamente ditos.

Gorz e Offe se equivocam também quando pensam que pela razão de não mais serem aproveitados a massa de desempregados da sociedade deixaria de cumprir a função de exército de reserva. Cumprem sim, pois pressionam os que estão empregados, acirrando a concorrência por empregos, rebaixando os salários e dificultando a luta econômica e política dos assalariados.

Não se discorda do entendimento de Davis referente ao fato de serem os informais força de trabalho invisível da chamada economia formal, mas entende-se que a condição de informalidade, caracterizada pela precariedade e a instabilidade da atividade, muitas vezes não passa de um refúgio do desemprego, fazendo destes informais parte do exército de reserva na sua fração ativa, como já foi frisado anteriormente.

Verifica-se assim que o conceito de exército de reserva permanece válido para o entendimento da sociedade atual, devendo ser pensado, ressalte-se, de acordo com as características que assume o capitalismo na contemporaneidade, tal como fazem François Chesnais e Francisco de Oliveira.

Na seqüência será analisada a especificidade do trabalhador “autônomo” no capitalismo.

### 2.3 O TRABALHADOR “AUTÔNOMO” NA SOCIEDADE CAPITALISTA

O trabalhador “autônomo” ou por conta própria não constitui nenhuma categoria homogênea ou mesmo próxima disso. Pelo contrário, abarca uma gama de indivíduos que atuam nos mais diversos ramos, com condições de trabalho e ganhos diferenciados. No entanto, esse tipo de trabalho possui como característica básica o fato de não explorar diretamente trabalho assalariado alheio e nem ser explorado diretamente pelo capital. Para Marx (1978, p. 74),

[...] o trabalhador autônomo é seu próprio assalariado; seus meios de produção se lhe representam como capital. Na condição de capitalista de si mesmo, auto-emprega-se como assalariado.

No texto das teorias da mais-valia intitulado *Os artesãos e camponeses na sociedade capitalista*, Marx vai analisar o papel dessas duas categorias sociais no interior do capitalismo frente às classes sociais fundamentais, o que possibilita compreender também a situação do trabalhador por conta própria nas sociedades regidas pelo capital. Pode-se perceber nesse texto das *teorias* uma similitude com a análise do trabalho autônomo exposta por Marx no *capítulo VI inédito*. Esta é uma questão complexa porque a priori o dito trabalhador autônomo – assim como o camponês e o artesão de que trata Marx – não se enquadra na definição clássica de trabalhador assalariado e nem na de capitalista; é como se exercesse e não exercesse ao mesmo tempo as duas funções – a de assalariado e a de capitalista. Esta é uma contradição não do pensamento de Marx, mas do próprio real:

Como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo. Como capitalista paga o salário de si mesmo e extrai o lucro de seu capital, isto é, explora a si mesmo como assalariado e se paga, com a mais-valia, o tributo que o trabalho deve ao capital. (MARX, 1987, p. 401, 402).

É possível observar assim que não se pode simplesmente classificar o trabalhador “por conta própria” ou “autônomo” como assalariado já que ele trabalha com os meios de produção próprios, por mais precários que sejam, e a não posse de meios de produção é uma das condições básicas para a conceituação dos assalariados.

Por outro lado também não se pode classificá-lo apenas como capitalista, pois o mesmo, apesar de possuir os meios de produção – por mais precários que sejam - não exerce a função de capital por que não utiliza seus meios de produção para explorar diretamente trabalho assalariado alheio, o que nos impede de classificá-lo como capitalista, no sentido estrito do termo. Marx (1987, p. 402) nos mostra que a propriedade dos meios de produção é uma das condições para que o indivíduo se torne um capitalista, mas somente tal propriedade não basta:

Os meios de produção só se tornam capital, ao ficarem independentes, como força autônoma em face do trabalho. No caso referido, o produtor – o trabalhador – é possuidor, proprietário dos meios de produção. Esses meios não são capital, nem o produtor perante eles é assalariado. Não obstante são considerados capital, e o produtor se biparte e, desse modo, como capitalista emprega a si mesmo como assalariado.

É no capítulo L de O capital, contudo, onde Marx melhor esclarece qual a situação do trabalhador independente na sociedade capitalista. Neste capítulo, Marx analisa as três formas de rendimento da sociedade burguesa, que são o salário, o lucro (e o juro) e a renda da terra, respectivamente. É no final do capítulo que Marx explica como o trabalhador independente se apropria dos rendimentos produzidos pelo conjunto da sociedade. Vejamos este trecho:

Se um trabalhador independente - consideremos um pequeno camponês, pois aqui podem ser aplicadas todas as três formas de rendimento – trabalha para si mesmo e vende seu próprio produto, então ele é considerado como seu próprio empregador (capitalista), que emprega a si mesmo como trabalhador e como seu próprio proprietário da terra, que emprega a si mesmo como seu arrendatário. Como trabalhador assalariado, ele se paga salário, como capitalista, reivindica lucro para si, como proprietário da terra se paga renda. Pressupondo o modo de produção capitalista e as correspondentes relações como base social geral, essa analogia é correta na medida em que não é graças a seu trabalho, mas à posse dos meios de produção – que aqui assumiram de modo geral a forma de capital –, que ele esteja em condições de se apropriar de sua própria mais-valia. (MARX, 1986, p. 310).

Têm-se assim que o dito trabalhador independente pode ser considerado um capitalista de si mesmo, na medida em que se apropria dos rendimentos sob a forma de lucro, como o capital em geral, podendo inclusive ser

entendido nesse sentido enquanto pequeno capitalista. Seus meios de produção, por mais escassos e precários que sejam, funcionam como capital ao permitirem à apropriação de parte do rendimento social sob a forma de lucro.

É importante ter em mente que apesar de haver uma tendência de polarização das classes sociais no interior do modo de produção capitalista<sup>13</sup>, não se pode pensar que esse processo seja totalizador e transforme a todos em capitalistas ou assalariados. A existência dos trabalhadores “por conta própria”, entendidos aqui enquanto assalariados ou capitalistas de si mesmos, em pleno século XXI é uma prova disso.

O fato dos trabalhadores por conta própria estarem à meio do termo do capital e do trabalho não significa que sejam simplesmente descartáveis para o capital. O fato de se ocuparem da própria força de trabalho em alguma atividade faz com que ao menos possam auferir um rendimento, diminuindo assim, ainda que de maneira velada, o número de desempregados.

Pode-se perceber assim que o trabalho “autônomo” não somente exerce funções econômicas como também funções políticas de grande importância à manutenção da sociedade de classes capitalista na medida em que impede que um grande contingente populacional se veja imerso no desemprego<sup>14</sup>, evitando o agravamento dos problemas sociais decorrentes da falta de uma ocupação e de um rendimento.

Além disso, o fato de trabalhar para si próprio não invalida sua posição na divisão social do trabalho, seja enquanto produtor de mercadorias e serviços, seja como um agente da circulação de mercadorias, contribuindo para o escoamento da produção social.

Esses elementos nos levam a constatar a impropriedade em se dizer que os trabalhadores “por conta própria” ou “autônomos” operam em um modo de produção à parte ou não-capitalista. Em nosso entendimento, não há modos de produção diferentes convivendo entre si. O que há é um único modo de produção, o

---

<sup>13</sup> “Sobre a função do capitalista e do trabalhador – é pois lei que o desenvolvimento econômico reparta essas funções por pessoas diferentes; e o artesão ou camponês, que produz com os próprios meios de produção, ou se transformará pouco a pouco num pequeno capitalista, que também explora trabalho alheio, ou perderá seus meios de produção [...] e se converterá em trabalhador assalariado. Esta é a tendência na forma de sociedade onde predomina o modo de produção capitalista. (Marx, 1980: 403).

<sup>14</sup> “Boa parte da população que poderia estar desempregada, sem meio algum de garantir a satisfação de suas necessidades mínimas, dissolve, na aparência imediata da autonomia do trabalho, o conflito possível das classes sociais”. (Prandi, s/d:37).

capitalista, que articula tanto as formas de trabalho e produção especificamente capitalistas com as não tipicamente capitalistas. Vejamos com mais atenção.

#### 2.4 TRABALHO AUTÔNOMO?

Como foi dito anteriormente, é no mínimo questionável o atributo de “autônomo” que é concedido ao chamado capitalista de si mesmo.

Mesmo se for considerado que há alguma “autonomia”, esta é apenas relativa, pelo fato de não haver uma dependência direta a um patrão e às regras de uma empresa, por exemplo. Contudo, este suposto trabalhador “autônomo”, na medida em que atua na esfera do mercado, está conectado a troca e conseqüentemente à produção social e às leis que regem este modo de produção e, portanto, tem sua existência determinada em última instância pela dinâmica do capital. É na troca, fundamentalmente, que se estabelece a sociabilidade capitalista, da qual os trabalhadores supostamente “autônomos” fazem parte.

Sob o capitalismo qualquer suposta autonomia no plano econômico deve se remeter à lei do valor, lei essa que regula a sociabilidade deste modo de produção e a relação dos agentes econômicos entre si. Se não há autonomia perante o capital e perante a lei do valor, não há autonomia.

Supor que os trabalhadores “autônomos” não produzem ou não operam sob formas especificamente capitalistas não significa que pertençam a outros modos de produção, que conviveriam com o capital. Parece-nos que o mais correto é afirmar que algumas modalidades de trabalho não tipicamente capitalistas são criadas e recriadas na sociedade e continuam existindo sob o capitalismo. A existência dessas formas de trabalho não significa que elas formem um modo de produção à parte do capitalismo.

Como nos ensina Giannotti (1985, p. 51) o modo de produção capitalista, na sua circularidade, incorpora formas anteriores de produção que passam a se efetivar graças ao capital, ainda que tais formas não gerem mais-valia para o capital:

Repondo-se a todo instante, individualizando-se graças a seu próprio movimento circular, além de fagocitar modos periféricos, além de instaurar uma história universal por meio da destruição das histórias particulares, o capital está pois criando formas de organização do trabalho que não se efetivam sob as estritas condições de extração da mais-valia.

Giannotti (1985, p. 52) reconhece a existência de formas de produção ou organização do trabalho não tipicamente capitalistas no interior da sociedade burguesa, mas acertadamente questiona:

[...] a circularidade do capital se perfaz configurando um círculo de círculos. Até quando estamos autorizados a chamar cada um desses círculos um modo de produção?

No seu clássico *Trabalho e Reflexão* (1985, p. 268) Giannotti demonstra em uma importante passagem os equívocos deste tipo de pensamento que entende a sociedade como uma soma de modos de produção diversos:

Nada mais comum hoje em dia do que tratar o modo de produção como um conceito, como uma espécie de tipo ideal que, ao ser aplicado a uma sociedade concreta, se mostraria incapaz de capturar todas as formas de relações econômicas vigentes. Desse modo, a categoria de modo capitalista de produção precisaria ser complementada por outros modos, conforme a análise se adentre numa formação social concreta. O real, então, sempre consistiria numa trama de sistemas produtivos diversos, em que pese à dominância de um deles. Essa concepção, que não esclarece devidamente este conceito de dominância, incorre no engano de separar, de um lado, o conceito, em suma o capitalismo como conceito, de outro, a sociedade capitalista, como formação social já *constituída*. No fundo, surge o ponto de vista da Sociologia que toma a realidade social como um dado. Ora, numa perspectiva dialética, que suspenda esse dado para focalizar o modo numa sociedade constituir-se como um dar-se, a tarefa consiste em apontar como uma parte abstrata da própria realidade, no caso, o modo capitalista de produção, se efetua à medida que surjam outras relações sociais de produção, que não podem, no imediato, ser identificadas como capitalistas; em suma, como o capital em geral gera seu próprio outro. Observemos que esta maneira de pensar uma formação social como a imbricação de vários modos corre o risco de ver a história numa perspectiva historicista tomando as formas produtivas dominadas como resquícios de modos anteriores ou como premonições de modos futuros, quando cabe mostrar como o passado perdura e o futuro se anuncia graças às injeções que neles aplicam as formas presentes.

Á partir do exposto pode-se concluir que reconhecer a existência de modalidades de trabalho não especificamente capitalistas não significa defender a

existência de vários modos de produção, mas unicamente reconhecer que o capitalismo não destruiu as modalidades de trabalho anteriores a ele, mas antes, delas se apropria, algumas vezes as destrói, outras as recria e as transforma, de acordo sempre com suas necessidades imediatas de valorização.

O fato de haver comerciantes ambulantes que trabalhem sozinhos, ou seja, que não são nem assalariados e nem capitalistas, no sentido estrito do termo, evidencia a existência dessa relação de auto-exploração que não é capitalista no sentido literal do termo, dado que não existe a separação entre capital e trabalho. Contudo, são comerciantes da sociedade capitalista, que participam desta sociedade e às suas leis se submetem, o que impede qualquer identificação destes indivíduos à outros modos de produção que não o modo de produção capitalista.

### 3 OS “AMBULANTES” DE LONDRINA

“A maior parte dos ‘supérfluos’ dedica-se ao comércio ambulante. Especialmente nos sábados à noite, quando toda a população operária sai à rua, podem-se ver aqueles que vivem dessa atividade. Fitas, rendas, galões, laranjas, guloseimas, todos os artigos imagináveis, são oferecidos por homens, mulheres e crianças. Mas também nos outros dias da semana vêm-se circular ou parar nas ruas esses vendedores de laranjas, doces, Ginger Beer ou Nettle Beer. Fósforos e coisas do gênero, cera, aparelhos para acender o fogo etc. são igualmente artigos à venda.” (ENGELS, F. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra, 2008, p. 127).

Londrina é uma cidade de médio porte localizada no norte do estado do Paraná. o município de londrina é constituído pelo distrito sede e pelos distritos do espírito santo, Guaravera, irerê, Lerroville, Maravilha, Paiquere, São Luiz e Warta.

Fundada em 1934, a cidade recebeu o nome Londrina – que significa “Pequena Londres” – em homenagem prestada à capital inglesa pelo Dr. João Domingues Sampaio, um dos primeiros diretores da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), empresa subsidiária da *Paraná Plantations*, de origem inglesa. A CTNP foi a grande responsável pela colonização de Londrina e pelo desenvolvimento econômico da região na época. Durante muito tempo a cidade chegou ser considerada um Eldorado, ou seja, uma cidade muito promissora economicamente, dada a enorme fertilidade de sua “terra roxa”. Na década de 50 sua população chegou a saltar de 20.000 habitantes para 75.000.

Atualmente a cidade conta com uma população de aproximadamente 510.707 habitantes, segundo o último censo do IBGE de 2009<sup>15</sup>. A população economicamente ativa em 2006 era de 240.641 pessoas, o que correspondia naquele ano a 48,54% da população total do município, ou seja, o equivalente a praticamente a metade da população<sup>16</sup>.

Apesar de uma forte vocação agrícola, que inclusive tornou a cidade conhecida como a “Capital mundial do Café”, Londrina hoje se destaca pelo grande

---

<sup>15</sup> Se somarmos as cidades que compõem a chamada região metropolitana de Londrina (Bela Vista do Paraíso, Cambé, Ibiporã, Jataizinho, Londrina, Rolândia, Sertãozinho e Tamarana), o número de habitantes sobe para em torno de 741.928 habitantes.

<sup>16</sup> Esses dados são do Perfil 2008 (ano base 2007) do Município de Londrina e estão disponíveis no site <http://www.londrina.pr.gov.br>

crescimento de seu comércio e de seu setor de serviços, sendo que a imensa maioria da população economicamente ativa é urbana, cerca de 97% em 2000, número que deve ser ainda maior hoje se considerado o êxodo rural.

O desenvolvimento do capitalismo em Londrina nos últimos anos e seus respectivos efeitos tem provocado grande crescimento das atividades ditas informais, principalmente as localizadas no centro da cidade e na região norte de Londrina, conhecida como Cinco Conjuntos. Além dos vários “shoppings populares” – também chamados de “camelódromos” – instalados na cidade, é possível visualizar diversos indivíduos trabalhando como vendedores de mercadorias e serviços nas principais ruas e avenidas de Londrina. Assim noticiou o principal jornal da cidade a respeito dos “ambulantes”:

O centro de Londrina está literalmente ocupado pelos ambulantes e outras categorias de trabalhadores informais [...] em alguns trechos, os ambulantes ocupam os dois lados da calçada, dificultando o trânsito de pedestres, a maioria apressada. O movimento dos ambulantes se espalha pelas ruas e praças próximas, chegando ao terminal central de ônibus urbano. (ARÁUJO, 14/06/2007, p. 3).

Assim, apesar de não ser uma grande metrópole, é possível visualizar diversos problemas em Londrina decorrentes de seu desenvolvimento econômico, sendo que o aumento do número de “ambulantes” pelas ruas já é um fato incontestável.

É óbvio que não é preciso ir há a um grande centro econômico para visualizar a atuação de trabalhadores ambulantes, visto que os mesmos estão presentes até nos mais remotos vilarejos. Contudo, em cidades de médio (como Londrina) e grande porte (como São Paulo e Rio de Janeiro) o número de indivíduos ocupados nestas atividades é bem maior.

O ambulante ou também conhecido como camelô é aquele indivíduo que trabalha no comércio ou prestação de serviços realizados em geral em locais públicos, como ruas, praças, etc.

A escolha do centro da cidade como espaço de atuação dos “ambulantes” não é feita por acaso: é onde resulta a maior aglomeração de pessoas, visto que além de ser próximo do terminal central de ônibus urbano, é onde se localizam as principais lojas de comércio e ofertas de serviços da cidade, ou seja, esses comerciantes de rua se situam em uma área da cidade considerada nobre e

economicamente vantajosa. Já a escolha do espaço ocupado por ambulantes na feira livre dos Cinco Conjuntos se refere à intensa movimentação de consumidores, visto que milhares de pessoas transitam aos domingos nesta feira.

Para Costa (1989) o comércio ambulante “rompe” com as regras da cidade e se estabelece onde estiverem seus possíveis consumidores:

[...] o comércio ambulante atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio oficial ou a qualquer evento que resulte em aglomeração; cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade. (COSTA, 1989, p. 29).

É justamente o que ocorre em Londrina, visto que os trabalhadores do comércio de rua se estabelecem nas áreas comerciais mais nobres de Londrina, onde estão as principais lojas e prédios e onde o comércio da cidade é mais vigoroso.

### 3.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA PESQUISA DE CAMPO

Nossa pesquisa de campo abrangeu duas regiões da cidade de Londrina. Primeiro ocorreu no calçadão da cidade, localizado na Rua Hugo Cabral, até o seu fim, na Rua Maranhão. Contudo, também efetuamos entrevistas nas ruas paralelas e próximas ao calçadão, como por exemplo, nas ruas Sergipe, João Cândido, Avenida São Paulo, Avenida Rio de Janeiro, enfim, as principais ruas e avenidas centrais onde se encontram esses trabalhadores “ambulantes”.

Num segundo momento a pesquisa se deu na região norte de Londrina conhecida como Cinco Conjuntos, mais especificamente na Avenida Saul Elkind, principal avenida desta região, e conhecida por seu comércio de grande movimento. Diariamente transitam muitos ambulantes por essa avenida, mas o número aumenta aos domingos, quando esses comerciantes informais ocupam espaços na feira livre em meio aos feirantes legalizados.

Decidimos entrevistar os diversos tipos de “ambulantes” que encontramos em atividade nestas duas regiões, pois, assim, ao invés de nos

determos a uma categoria, poderíamos abarcar melhor a diversidade e heterogeneidade dessas formas de ocupação e atividades informais.

A percepção da heterogeneidade da atividade ambulante foi registrada por Costa (1989, p. 28) da seguinte forma:

O comércio ambulante se manifesta de inúmeras maneiras: repassa mercadorias refugadas das indústrias ou fabricadas em oficinas de “fundo de quintal”, oferece artigos produzidos artesanalmente ou simplesmente constitui uma rede de distribuição de produtos industrializados.

Por isso, para abarcar essa gama de possibilidades de comércio ambulante existente nas ruas de Londrina realizamos entrevistas com vendedores de caldo de cana e côco gelado, artesãos, vendedores de Cds e Dvds “piratas”<sup>17</sup>, vendedores de doces, de pimentas, de alho, dentre outros. Percebe-se que são atividades diferentes em que alguns casos há a produção de mercadorias, como por exemplo, no caso do caldo de cana e do artesanato, e em outros há apenas a circulação de mercadorias, como, por exemplo, na venda de Cds e Dvds “piratas”.

Uma de nossas grandes dificuldades em conseguir as entrevistas foi que em muitos casos os indivíduos entrevistados tiveram receio de nos fornecer as informações por pensarem que talvez fôssemos fiscais da prefeitura. Esse receio foi maior dentre os vendedores de mercadorias chamadas “piratas” como, por exemplo, Cds e Dvds, pois estes sujeitos não possuem autorização da prefeitura para trabalhar na rua, e, se abordados pelos fiscais, podem inclusive ter suas mercadorias apreendidas, o que significa alto prejuízo para esses comerciantes.

Diferente é a situação dos comerciantes de produtos alimentícios, como salgados ou caldo de cana, por exemplo, pois estes geralmente possuem registro e autorização dos órgãos competentes para trabalhar no centro da cidade. Contudo, sua situação não é totalmente estável, visto que o alvará pode ser cassado pela prefeitura a qualquer momento se entendido que o estabelecimento naquele local atrapalha de alguma forma a livre circulação dos pedestres<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> São produtos falsificados trazidos em geral de São Paulo e do Paraguai ou também produzidos na própria cidade, visto que o processo de fabricação é bastante simples, bastando ter um disco virgem e um computador com gravador. Leitão (2006:57), à partir de dados da revista *Veja*, traça uma rota da indústria de falsificação de Cds e Dvds demonstrando que tal prática se inicia muito longe daqui com a fabricação dos discos virgens, o que ocorre em lugares como Pequim, Taiwan e Xangai.

<sup>18</sup> Quando estávamos finalizando nosso estudo, ocorreu justamente esse fato que levantamos como possibilidade. A prefeitura, a pedido do ministério público, interdito a atividade dos comerciantes que vendiam lanches ao lado do terminal de ônibus urbano.

A respeito do medo dos ambulantes em terem suas mercadorias apreendidas pelos fiscais da prefeitura, o mesmo jornal local em reportagem sobre o assunto constatou que [...]

Os ambulantes trabalham sob forte tensão. Eles ficam o tempo todo de 'antenas' ligadas contando com a possibilidade de aparecer um fiscal da prefeitura. E quando isto acontece, é correria na certa. (ARÁUJO, 14/06/2007, p. 3).

Tal fato revela uma contradição nas ações do poder público frente ao problema da informalidade. De um lado, muitos desses trabalhadores estão trabalhando nas ruas por não terem um emprego, e por isso, é problemático punir tal atividade sem a contrapartida de outra atividade laboral ou opção de renda para estes indivíduos. De certa forma, a situação de trabalho na rua acaba sendo uma válvula de escape para que esses indivíduos não sejam inseridos no chamado "mundo do crime".

De outro lado, existe a pressão dos comerciantes legalizados para que a prefeitura haja com mais rigor frente a esse comércio informal, sob a alegação de que há uma concorrência desleal, visto que os empresários pagam todos os devidos impostos, o que não ocorre no caso dos ambulantes.

Em 2007, o então presidente da ACIL (Associação Comercial e Industrial de Londrina), Sr. Rubens Benedito Augusto, se pronunciou da seguinte forma à respeito do comércio ambulante em Londrina em entrevista ao jornal Folha de Londrina:

O presidente da Associação Comercial e Industrial de Londrina [...] diz que a 'entidade toda vida se posicionou contra as irregularidades no comércio' [...] O empresário classifica o comércio ambulante como 'concorrência desleal por trabalhar com produtos pirateados e contrabandeados', especialmente CDs e DVDs [...]. Augusto faz questão de afirmar que 'o comércio ambulante é ruim para o comércio (formal) e a economia da cidade como um todo' porque reduz a arrecadação de impostos e aumenta o desemprego [...]. O presidente da ACIL lamenta que em Londrina 'o comércio ambulante está livre, enquanto outras cidades tomam providências contra este tipo de atividade'. (ARÁUJO, 14/06/2007, p. 3)

Fica evidente assim a contradição que a prefeitura e o poder público em geral se vêem imersos no caso do comércio ambulante, ou melhor, fica evidenciado o que Lautier chama de "os amores tumultuados entre o Estado e a

economia informal”. Na entrevista acima, é possível perceber uma insatisfação do então representante do empresariado do comércio londrinense frente às ações da prefeitura para combater o comércio “informal”, ainda que tais ações existam como relatou a reportagem da Folha de Londrina sobre o receio dos ambulantes em terem suas mercadorias apreendidas pela fiscalização. Também nos ficou evidenciado tal temor quando muitos vendedores não quiseram nos conceder entrevistas, ou mesmo quando conseguimos realizar as entrevistas somente depois de explicarmos que não éramos fiscais da prefeitura. Voltaremos a esta questão da repressão da fiscalização sobre os vendedores ambulantes mais adiante.

Retornando às dificuldades da pesquisa, não tivemos somente percalços em tentar entrevistar os ambulantes ilegais, visto que mesmo alguns dos comerciantes de produtos alimentícios legalizados e cadastrados junto à prefeitura se mostraram receosos em nos responder às perguntas sobre a atividade, não sabemos exatamente as razões, mas percebemos que alguns deles simplesmente não queriam ser “incomodados”.

### 3.2 DIVERSIDADE DOS AMBULANTES: TRABALHADORES “POR CONTA PRÓPRIA” E TRABALHADORES ASSALARIADOS

Uma primeira constatação que fizemos é que neste espaço estudado há basicamente duas categorias de trabalhadores: os trabalhadores “por conta própria”, que utilizam apenas sua própria força de trabalho ou que contam com auxílio da força de trabalho de pessoas da família não assalariadas (filho, esposa, etc.) e os trabalhadores assalariados informais, ou seja, aqueles que trabalham com mercadorias de terceiros e recebem um determinado pagamento pelo serviço, sem registro na carteira de trabalho.

Assim, podemos perceber desde já que os trabalhadores “ambulantes” não são apenas “conta própria” ou “autônomos”, como a priori se poderia pensar, mas também trabalhadores assalariados, o que evidencia que nessa modalidade de trabalho informal também se faz presente o domínio do capital sobre o trabalho. Além disso, tal relação possui como agravante o fato desses trabalhadores assalariados não terem carteira de trabalho assinada e, portanto não

poderem contar com direitos sociais tais como férias, 13º salário, seguro-desemprego, seguro-maternidade, dentre outros. Por isso os designamos aqui como trabalhadores assalariados informais.

Todos os trabalhadores assalariados informais entrevistados têm como atividade a venda ou comercialização de CDs e DVDs ditos “piratas”, e os mesmos relataram que recebem o pagamento por unidades vendidas dessas mercadorias, ou seja, trata-se de uma forma de pagamento por comissão. Tal modalidade de pagamento remonta aos primórdios do capitalismo, sendo uma das mais degradantes, pois leva o trabalhador a aumentar a carga e a intensidade de seu trabalho, com o objetivo de assim poder receber maiores rendimentos.

Por meio de tal prática, os trabalhadores elevam ao máximo possível sua jornada de trabalho, visto que parte deles recebe o pagamento referente às unidades de CDs e DVDs vendidos por dia ou semanalmente, ou seja, se não venderem nada, correm o risco de ir pra casa de “mãos vazias”. Aos capitalistas que os “empregam” tal forma de pagamento parece bastante vantajosa, pois o próprio trabalhador se encarrega de aumentar a exploração do trabalho, sem necessidades de vigilância do trabalho por parte do capitalista. O trabalhador é seu próprio “vigia”.

É importante lembrar que esse tipo de trabalho assalariado informal – pelo menos no caso dos vendedores de CDs e DVDs – não gera mais-valia para o capital, visto que se situa na esfera da circulação de mercadorias, caracterizando-se por isso como trabalho improdutivo, visto que da perspectiva marxista só é produtivo o trabalho que produz mais-valia:

Como o fim imediato e (o) produto por excelência da produção capitalista é a mais-valia, temos que só é produtivo aquele trabalho – é só o trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital. (MARX, 1978, p. 70).

Contudo, isso não significa que tal trabalho não seja importante para o capital, pelo contrário, tais trabalhadores improdutivos exercem a função de escoamento das mercadorias e realização da mais-valia que é gerada na produção, pela via do comércio. Por isso, apesar de não serem trabalhadores produtivos do ponto de vista do capital, ou seja, não valorizarem diretamente o capital, são fundamentais para o processo global da produção capitalista entendido enquanto

uma totalidade. Sendo assim, podemos caracterizar esses trabalhadores como assalariados informais improdutivos.

Já no caso dos trabalhadores “por conta própria”, é mais complicada saber se esses trabalhadores são produtivos ou improdutivos, visto que não há a separação nítida entre capital e trabalho. Marx (1978, p. 72), para definir a natureza produtiva do trabalho sob o capitalismo, esclarece que uma das determinações essenciais é que o trabalhador se defronte no mercado como vendedor de força de trabalho, e não de mercadorias. A segunda determinação é que ele valorize diretamente o capital. Quando há apenas o primeiro momento, o trabalhador é um assalariado, mas não é produtivo. Ora, no caso dos trabalhadores “por conta própria”, estes agentes se defrontam no mercado como vendedores não de força de trabalho, mas de mercadorias, o que impossibilita, a priori, a identificação enquanto trabalhadores produtivos, e, por conseguinte, enquanto proletários, pois [...]

Por “proletário” só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza “capital” e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de “Monsieur Capital”, como Pecqueur chama a esse personagem. (MARX, 1985, p. 188).

No texto *o trabalho dos artesãos e camponeses na sociedade capitalista*<sup>19</sup> Marx discute a noção de trabalho produtivo e improdutivo nestas duas categorias. Apesar de não discutir neste texto a questão do trabalhador “autônomo” em si, a análise de Marx nos interessa pois ele discute a situação do artesão e do camponês do mesmo ponto de vista que discute a questão do trabalhador “autônomo” no *capítulo sexto inédito*, ou seja, de agentes que se colocam ao mesmo tempo como capitalistas e assalariados. Acerca da produtividade e improdutividade desses sujeitos diz Marx (1987, p. 401):

Mas que sucede então aos artesãos e camponeses independentes que não empregam trabalhadores e por isso não produzem na qualidade de capitalistas? Nessa relação confrontam-se como vendedores de mercadorias e não de trabalho, e tal relação, portanto, nada tem a ver com troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital. Por isso, não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo, embora sejam eles produtores de mercadorias. Mas sua produção não está subsumida ao modo de produção capitalista

---

<sup>19</sup> Texto presente no Tomo I das Teorias da Mais-valia, Ed. Difel.

Contudo, no mesmo texto, Marx se remete à possibilidade desses produtores produzirem mais-valia:

É possível que esses produtores que trabalham com meios de produção próprios reproduzam sua própria força de trabalho e, além disso, criem mais-valia, permitindo-lhes sua posição se apropriarem do próprio trabalho excedente ou de parte dele (desde que lhes tomem parte na forma de impostos etc.). (MARX, 1987, p. 401).

É interessante notar que se num primeiro momento Marx diz que a denominação de trabalhador produtivo e trabalhador improdutivo não é adequada para analisar o artesão e o camponês – e acrescenta-se aqui, também o trabalhador “autônomo” – num segundo momento, Marx reconhece que o trabalhador pode extrair lucro de seu próprio capital:

Como possuidor dos meios de produção é capitalista, como trabalhador é assalariado de si mesmo. Como capitalista paga o salário a si mesmo e extrai o lucro de seu capital, isto é, explora a si mesmo como assalariado e se paga, com a mais-valia, o tributo que o trabalho deve ao capital. (MARX, 1987, p. 401, 402).

Note-se bem que a denominação de capitalistas de si mesmos aos chamados trabalhadores “autônomos” ou “por conta própria” se deve a propriedade dos meios de produção por parte desses agentes, ainda que tais meios de produção sejam precários e funcionem como capital apenas num sentido ideal ou por analogia, como aponta Marx, e também pelo modo como se apropriam do rendimento social, que se dá sob a forma do lucro, por meio da venda de mercadorias e do salário que pagam a si mesmos.

Isso não significa que tais indivíduos gozem de uma posição econômica e social privilegiada no interior da sociedade, ou seja, que sua condição de capitalistas de si mesmos lhes conceda subir na hierarquia social. Aliás, no caso analisado ocorre exatamente o inverso, ou seja, tais indivíduos na grande maioria auferem baixíssimos rendimentos, menores inclusive dos que auferem em geral a classe dos trabalhadores assalariados. Sua situação social e econômica é em geral precária, beirando o pauperismo.

Tal fato revela que a condição de classe não depende de uma quantia determinada de dinheiro auferida ao final do mês, mas sim da forma com

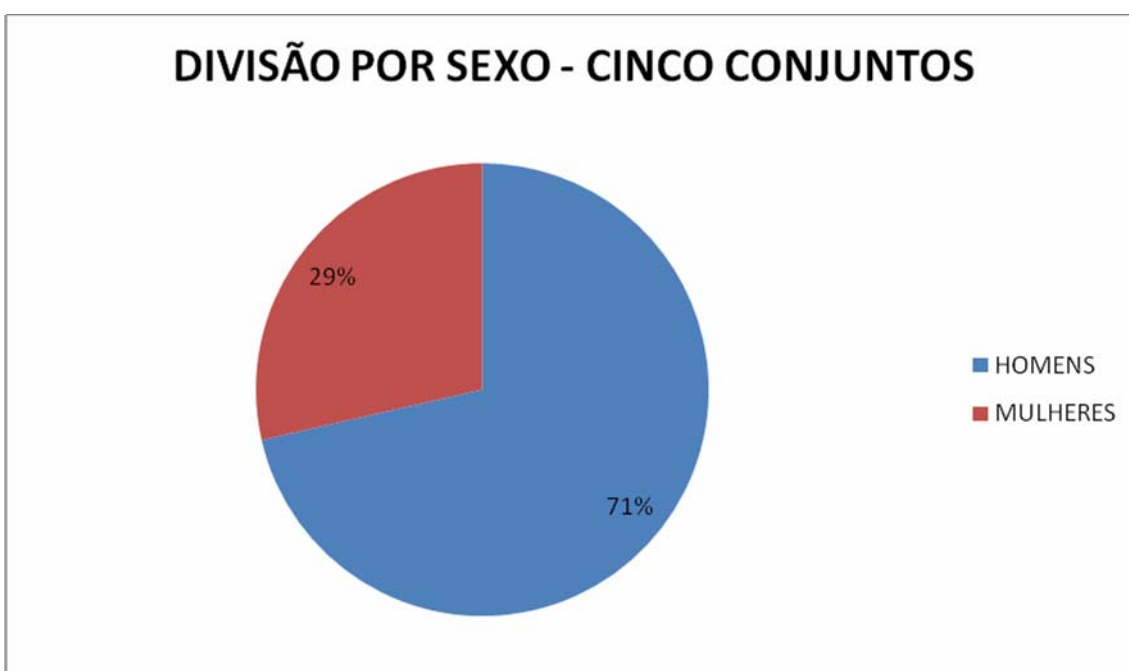
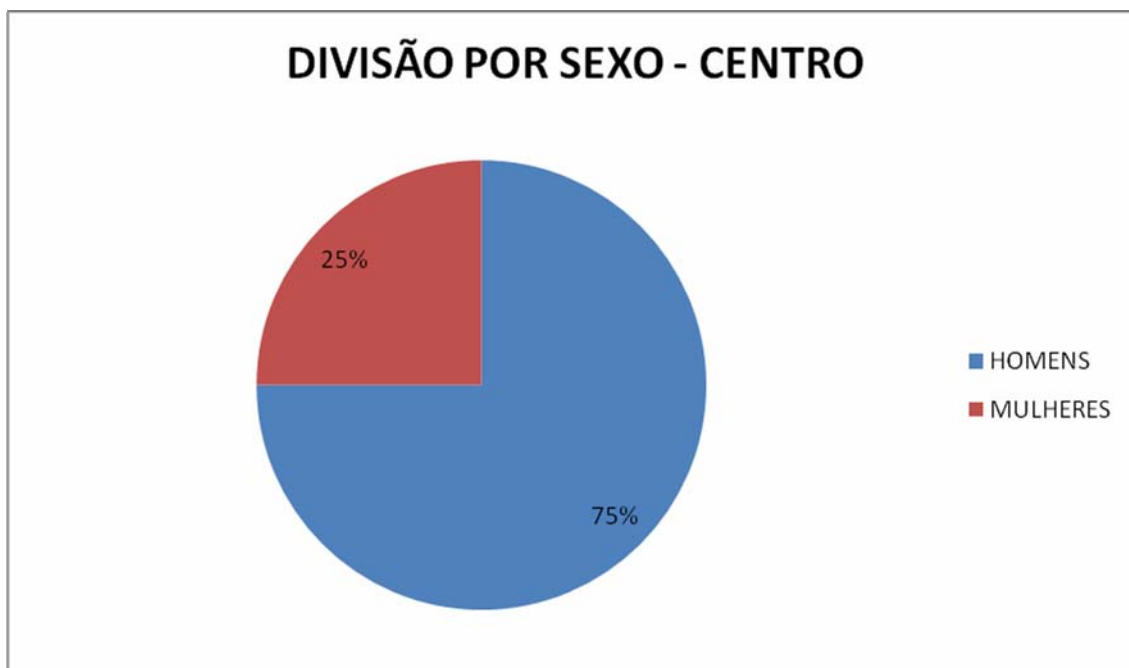
que se dá a inserção na produção social e o modo pelo qual se dá a apropriação do produto social gerado.

O fato de tais indivíduos não conseguirem auferir altos rendimentos e por isso não obterem uma posição econômico-social privilegiada – apesar da condição de capitalistas de si mesmos – se deve ao fato de não se apropriarem de parcela nenhuma da mais-valia social, ou quando se apropriam, tal montante é muito baixo ou mesmo irrisório, sendo suficiente apenas para a manutenção (precária) da atividade, ou seja, esses sujeitos não conseguem acumular capital. Vejamos os dados coletados.

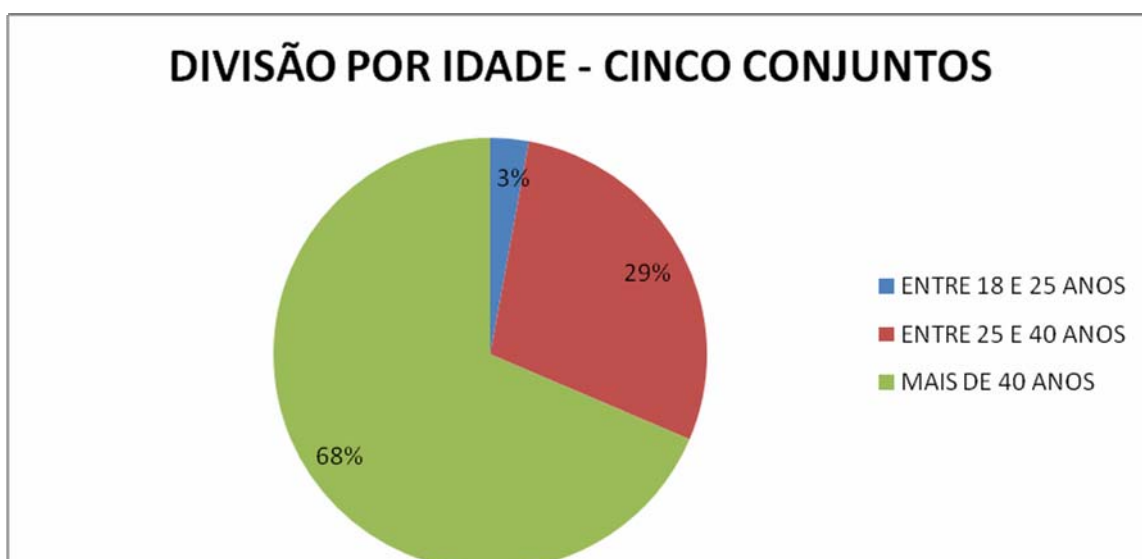
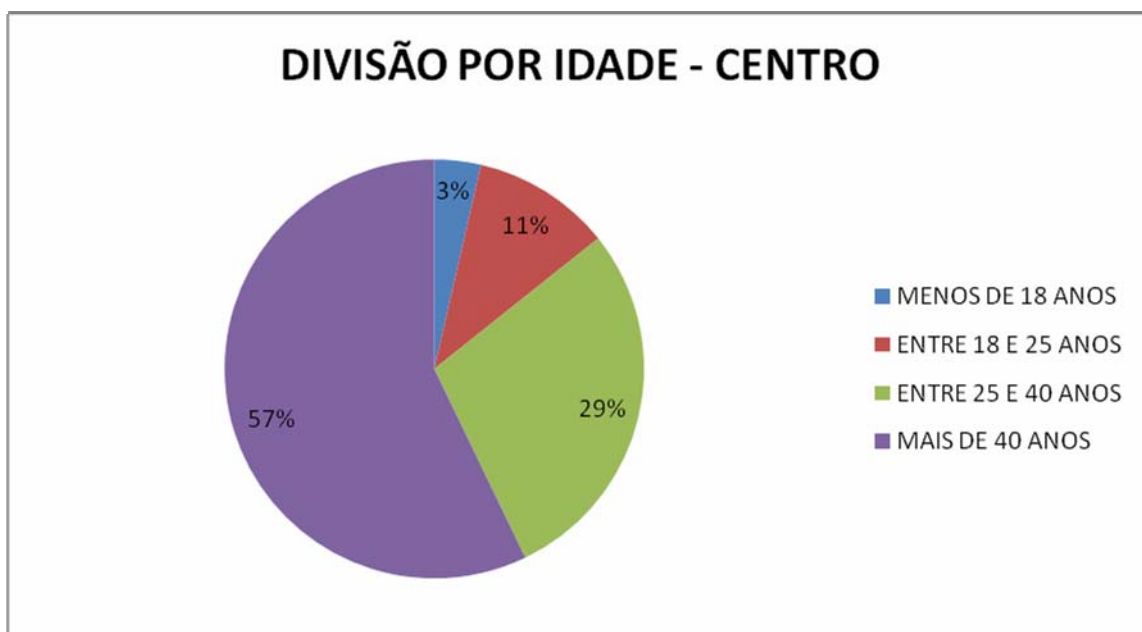
### 3.3 BREVE PERFIL DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE RUA DE LONDRINA

Na análise dos dados, fizemos a opção de separar os dados referente aos ambulantes da região central e dos cinco conjuntos, pois constatamos que muitos dos ambulantes da região dos cinco conjuntos trabalham apenas aos domingos, e por isso, tem rendas e jornadas de trabalho diferenciadas dos da região central. Sendo assim, se juntássemos os dados, com certeza teríamos um viés muito grande na pesquisa, razão pela qual optamos por analisar em separado o material coletado. Começaremos pelos ambulantes da região central da cidade.

Em nossa pesquisa do centro entrevistamos um total de 28 trabalhadores do comércio de rua de Londrina enquanto nos cinco conjuntos um total de 35 ambulantes, sendo que a maioria dos entrevistados foi do sexo masculino nos dois lugares.



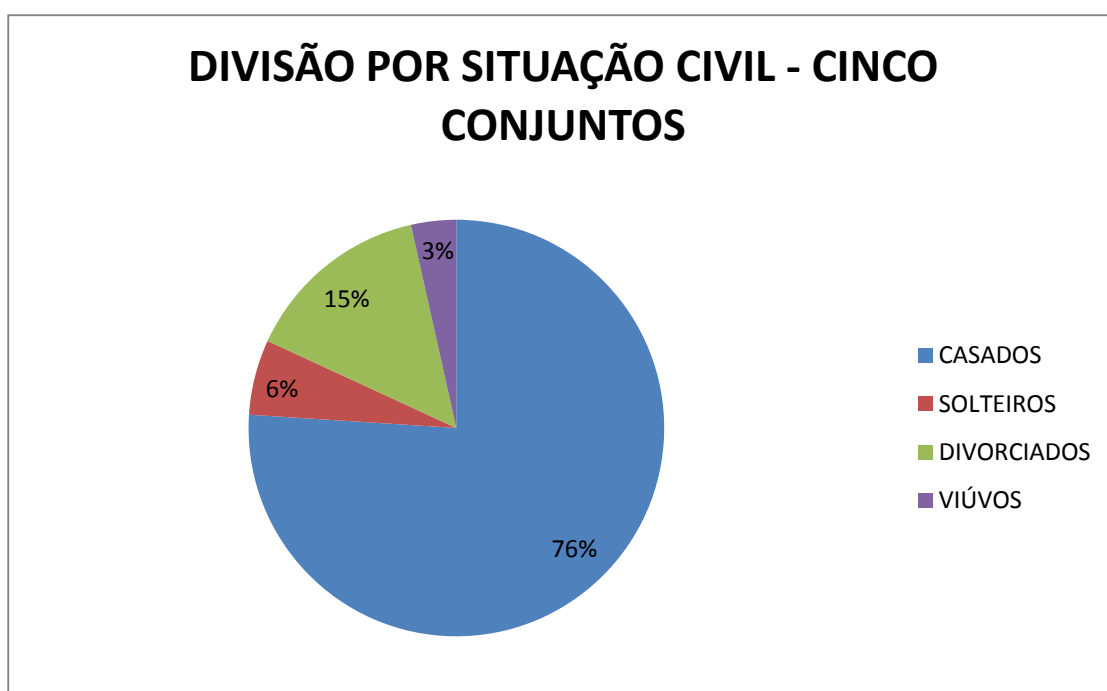
Em relação à faixa etária dos entrevistados, a maior parte deles relatou ter 40 anos ou mais de idade, sendo que apenas 1 dos entrevistados confirmou ser menor de 18 anos. Nos cinco conjuntos nenhum dos entrevistados relatou ser menor de idade.



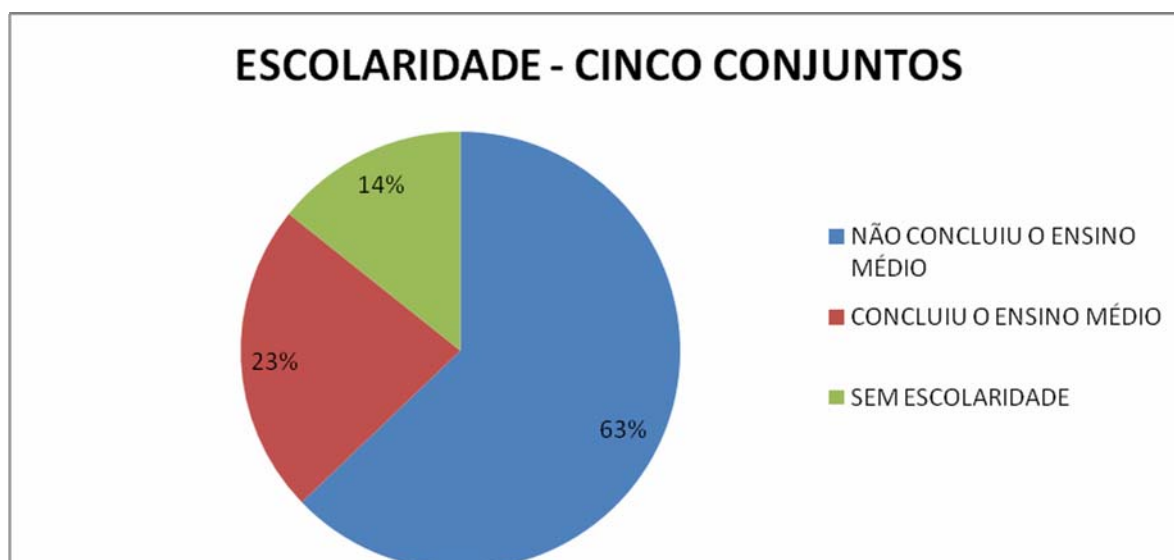
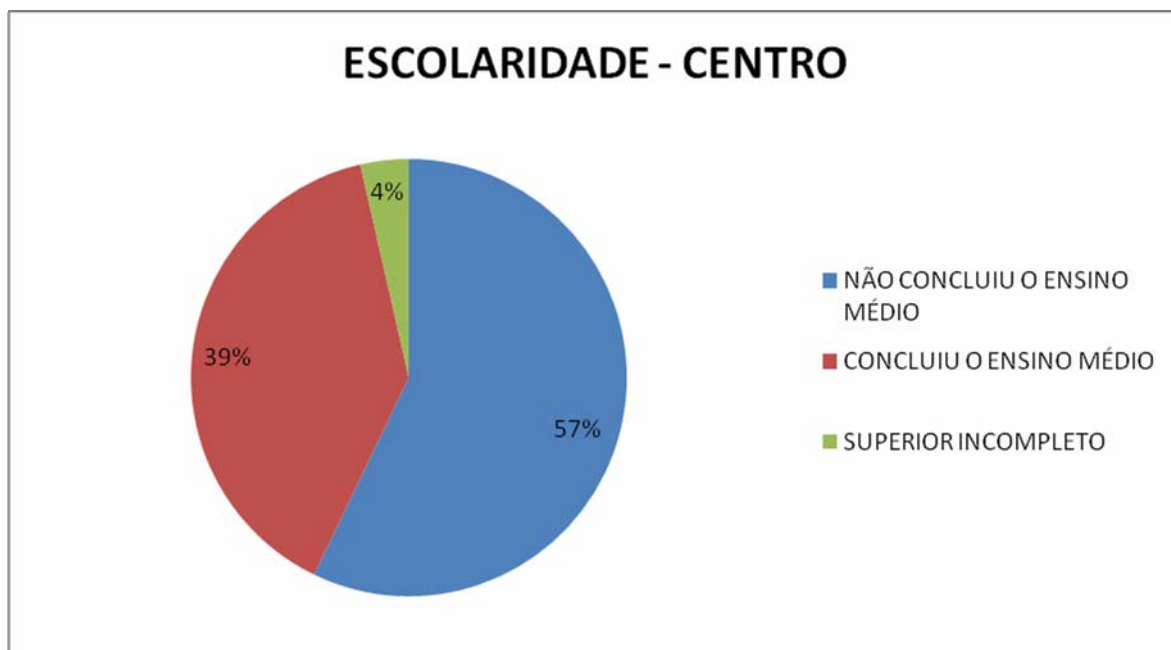
É interessante notar a grande diferença numérica dos maiores de 40 anos em relação às outras idades, visto que esta faixa etária sofre muitos preconceitos e dificuldades em se manter no mercado de trabalho ou mesmo em retornar ao assalariamento, mesmo muitos tendo plena capacidade e disposição para o trabalho.

Em relação a situação civil deve ser observado é que a grande maioria dos entrevistados são casados, isso em ambos os casos. A diferença é que no centro o número de solteiros é maior que o de divorciados, o que não ocorre nos

cinco conjuntos, sendo que na região norte também houve entrevistados que são viúvos, o que não encontramos no centro da cidade.

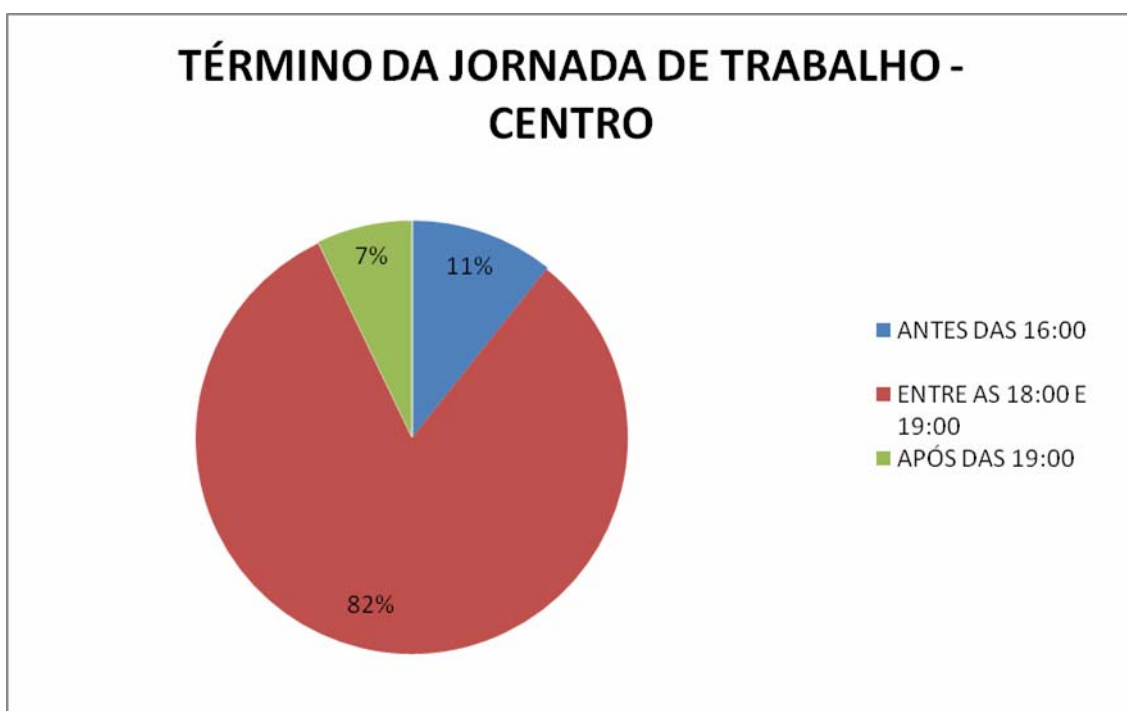
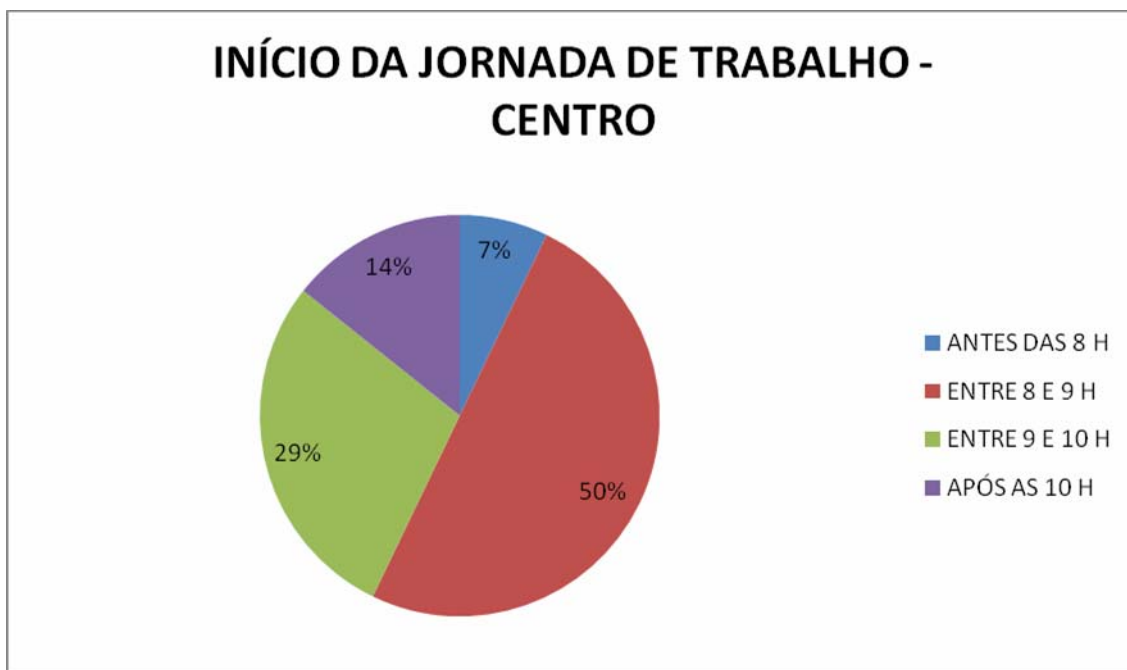


No quesito escolaridade, pode-se perceber que um grande número dos ambulantes não terminou o ensino médio, o que, de certa forma, justifica, como veremos adiante, a visão dos entrevistados acerca da falta de ensino e qualificação e a implicação deste fato na dificuldade de conquistar uma possível vaga no mercado de trabalho. Além disso, a pesquisa dos cinco conjuntos revelou a existência de trabalhadores ambulantes sem nenhuma escolaridade.



Até aqui os dados apresentados foram muito parecidos se compararmos as duas regiões pesquisadas, visto que as questões se referiam mais ao perfil pessoal dos entrevistados. A partir de agora será possível notar uma diferença maior em relação à atividade informal dos ambulantes do centro e os dos cinco conjuntos, tanto na questão da jornada de trabalho e renda quanto em relação aos motivos de “opção” pela informalidade.

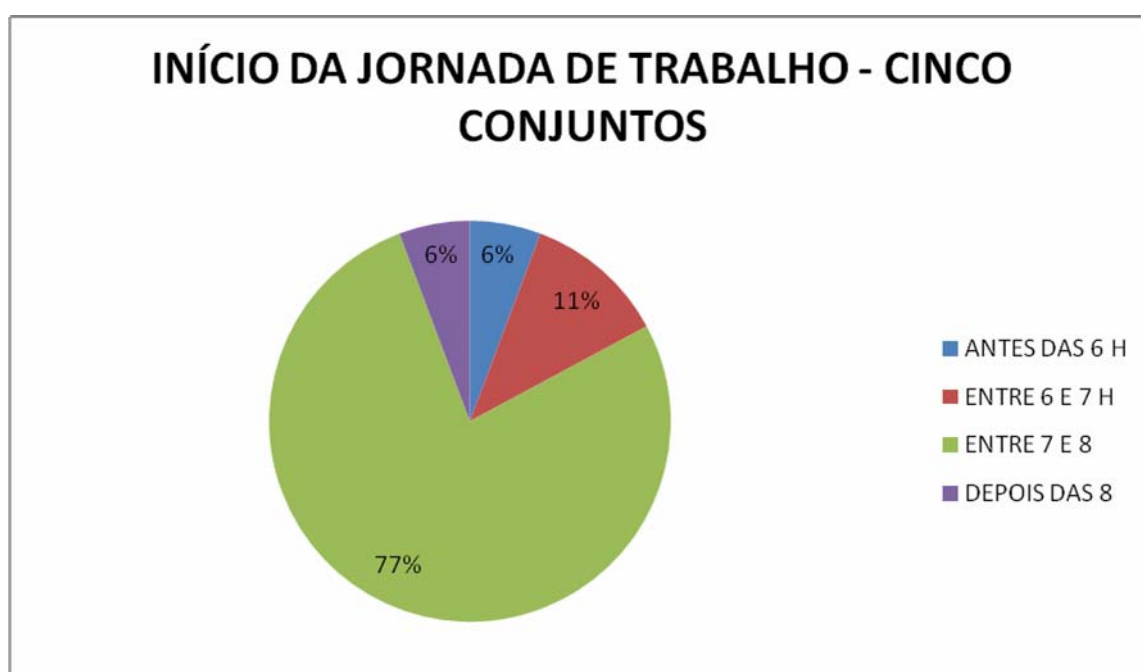
Em relação à jornada de trabalho, ficou evidente na pesquisa que trabalhar “por conta própria” ou como “autônomo” não garante qualquer autonomia ou carga de trabalho inferior à dos assalariados em geral.



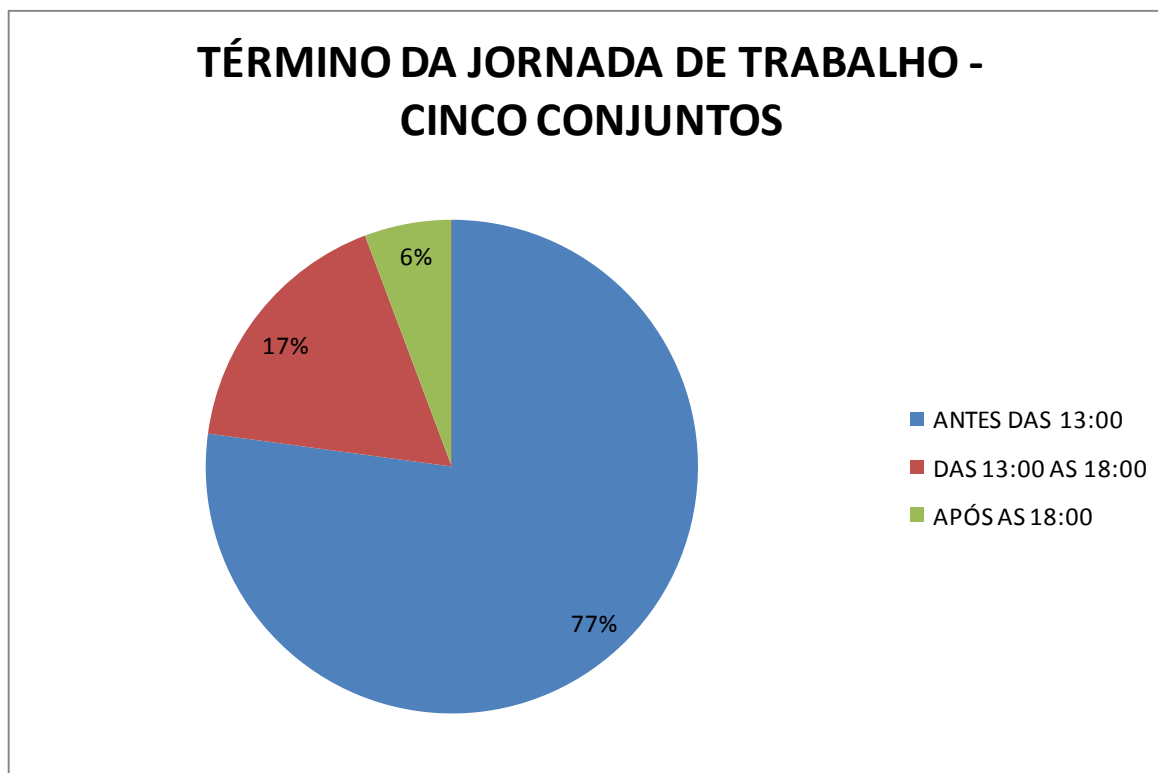
Os dados deixam claro que a maioria dos entrevistados da região central tem uma jornada de trabalho semelhante à dos assalariados do comércio formal londrinense, que oficialmente funciona das 08:30 às 18:00 hrs, horário que coincide com o da grande maioria dos entrevistados conforme se pode observar no gráfico.

Pode-se dizer que a idéia de autonomia do horário de trabalho, muito exaltada quando o assunto é o trabalho “por conta própria” ou “autônomo”, neste caso não passa de uma ideologia<sup>20</sup>, na medida em que a jornada de trabalho dos ambulantes é muito semelhante à dos assalariados do comércio, ou seja, apesar desses indivíduos não precisarem “bater cartão”, precisam “seguir” uma determinada jornada de trabalho para conseguir auferir um determinado rendimento ao fim do mês.

Já ao se observar a jornada de trabalho dos ambulantes dos Cinco Conjuntos é possível constatar diferenças significativas em relação à jornada dos ambulantes do centro.

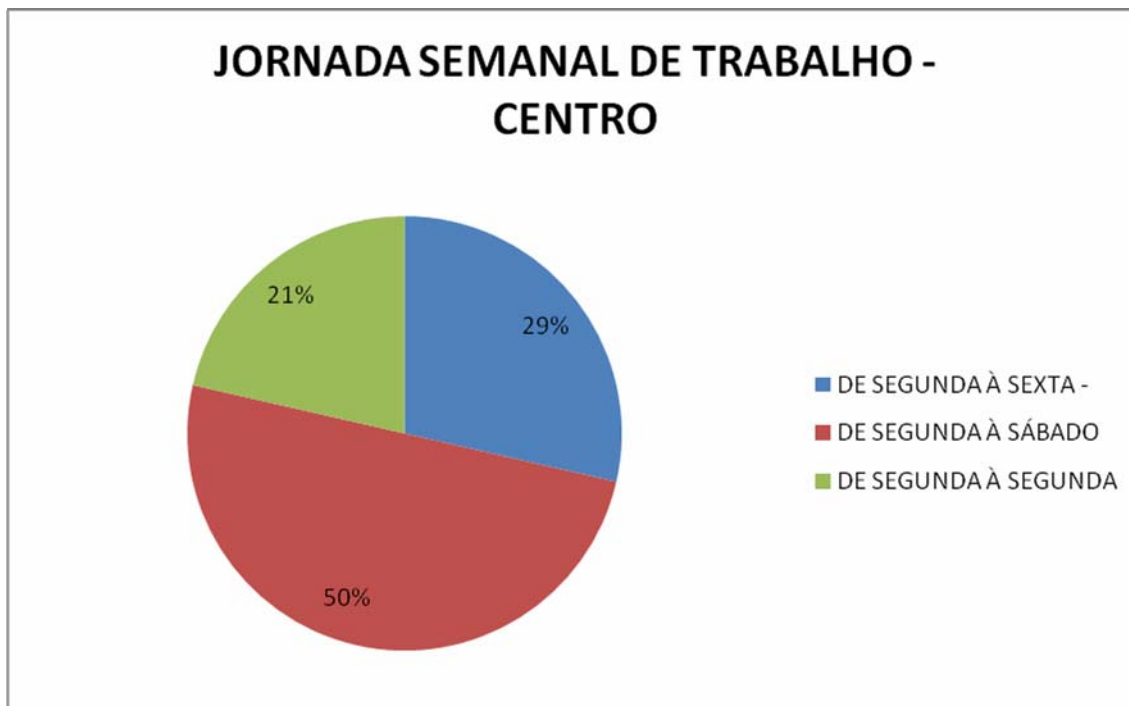


<sup>20</sup> Pensamos aqui ideologia no sentido de falseamento ou mistificação do real, tal como presente na obra A ideologia Alemã, de Marx e Engels.



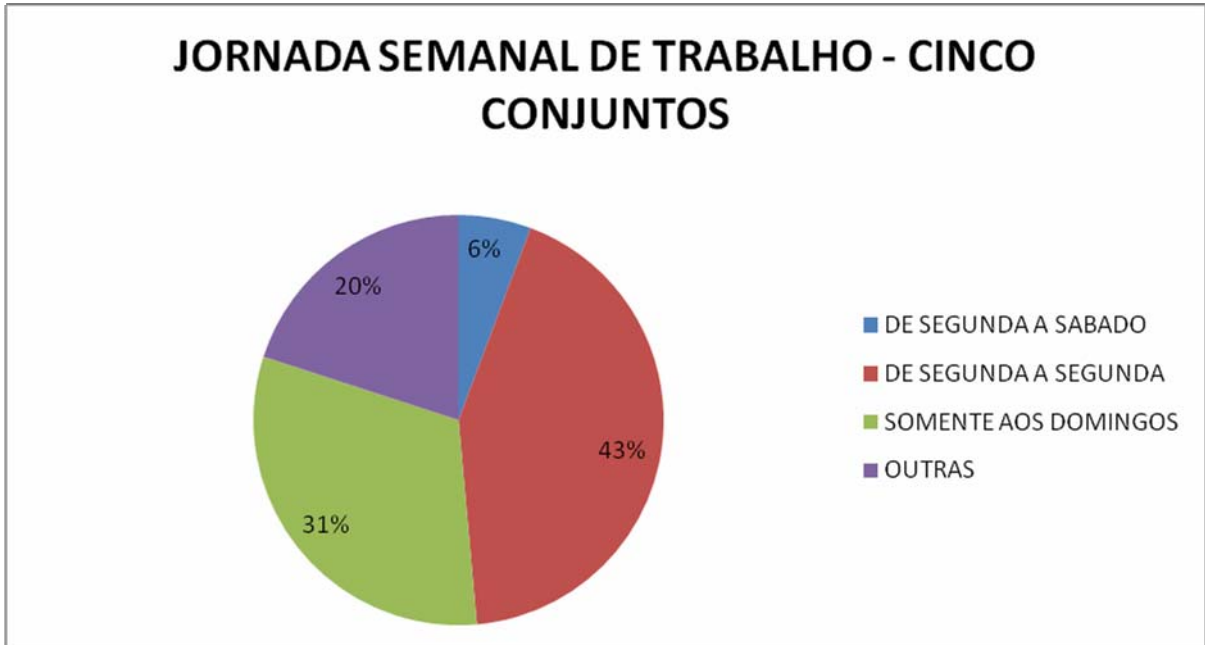
A maioria dos ambulantes dos Cinco Conjuntos inicia a jornada de trabalho às 7:00 terminando às 13:00, horário bem diferente dos ambulantes que atuam no centro, por uma razão bem simples: é o horário de funcionamento da feira livre na qual esses indivíduos vendem suas mercadorias e serviços. Assim como os ambulantes do centro na sua maioria tem uma jornada de trabalho semelhante à dos trabalhadores do comércio formal, os ambulantes dos cinco conjuntos acompanham à jornada de trabalho dos feirantes, visto que é o horário de maior concentração de consumidores.

Demonstrou-se que a jornada diária dos ambulantes do centro não difere no geral da jornada dos assalariados do comércio “formal” de Londrina. Também não é diferente a jornada semanal dos “informais”, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



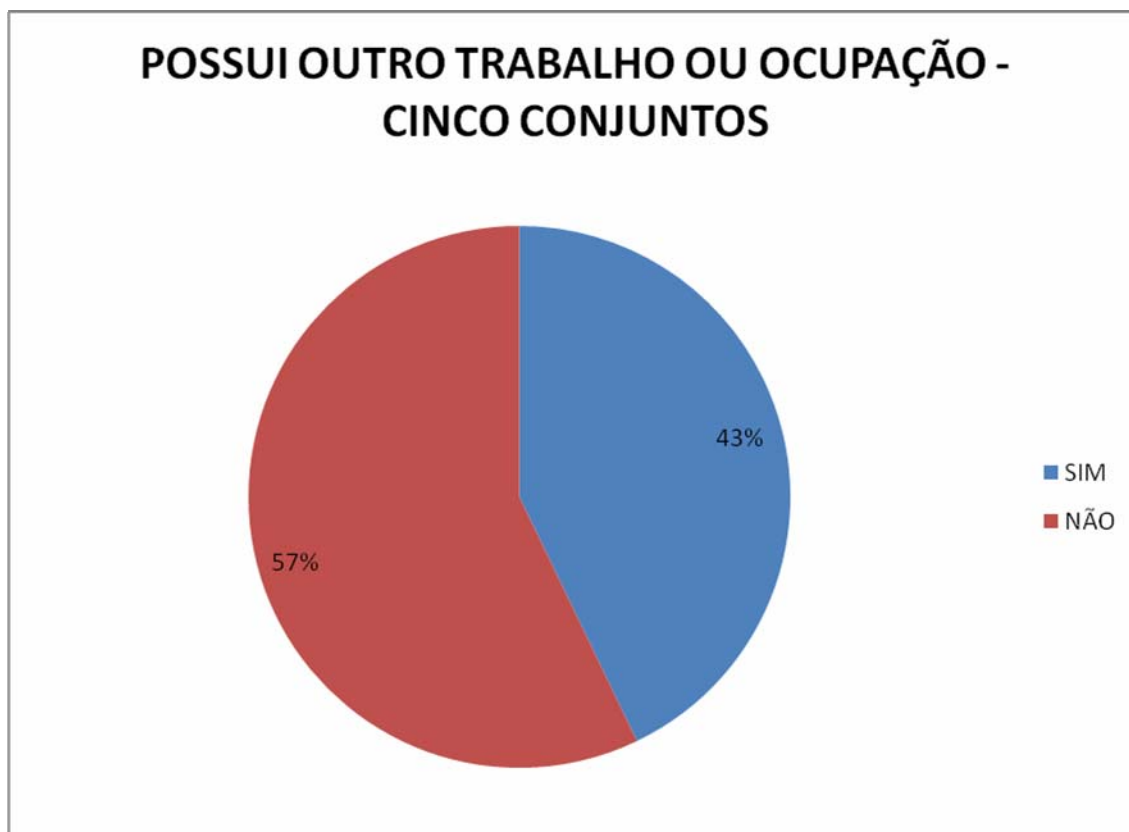
A maioria dos ambulantes do centro trabalha de segunda a sábado, assim como os trabalhadores do comércio formal de Londrina, o que evidencia mais uma semelhança entre as atividades formais e informais. O que poderíamos destacar como agravante no caso dos ambulantes em relação à jornada de trabalho é a informação segundo a qual 6 (21%) dos entrevistados disseram trabalhar de segunda a segunda, ou seja, todos os dias, sem descanso semanal, o que demonstra que a necessidade de auferir maiores rendimentos leva esses trabalhadores a intensificar sua jornada de trabalho o máximo possível e põe abaixo argumentos do tipo “o trabalhador autônomo faz seu próprio horário”.

Já os ambulantes dos Cinco Conjuntos tem uma jornada de trabalho diferenciada dos ambulantes do centro, visto que muitos deles trabalham apenas aos domingos como ambulantes.



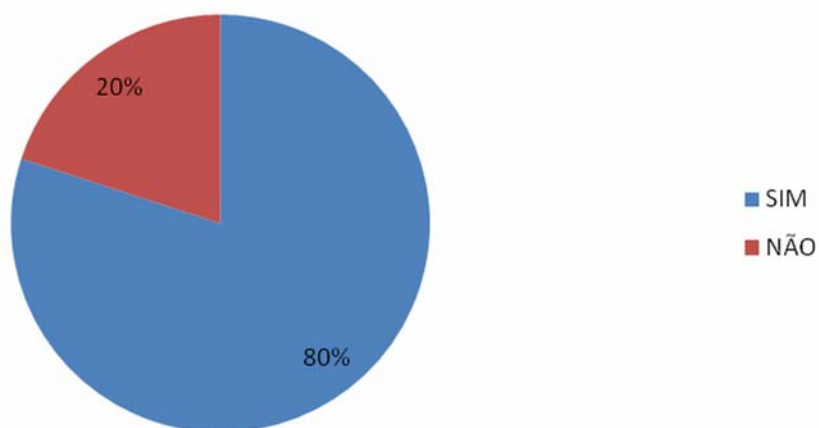
O fato de tantos indivíduos dos Cinco Conjuntos trabalharem como ambulantes apenas aos domingos não é por acaso, visto que é nesta região que houve o maior número de casos de ambulantes que possuem outro trabalho ou ocupação, porcentagem bem superior à dos ambulantes do Centro.



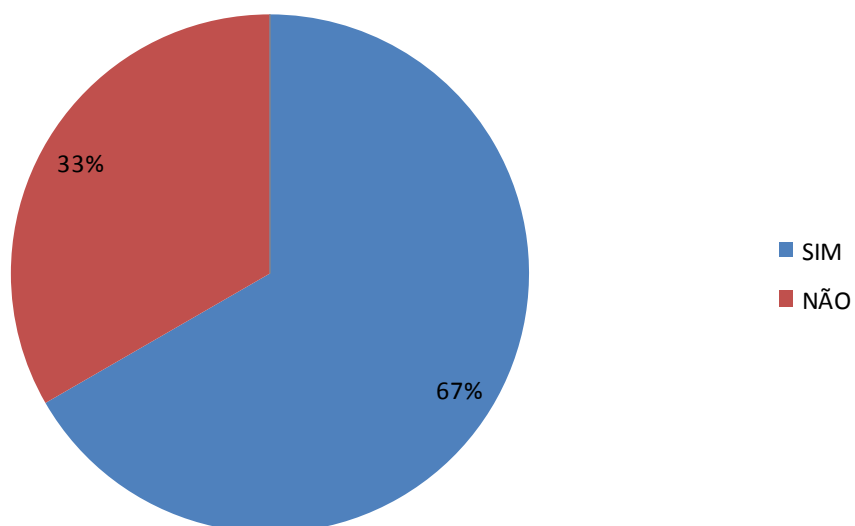


Assim, percebe-se que muitos dos ambulantes entrevistados possuem ainda outro trabalho ou atividade além da ocupação como comerciante de rua, o que evidencia a necessidade de tais indivíduos de ter um maior rendimento por meio de uma segunda atividade. Esta incidência do comércio de rua como segunda atividade ficou mais evidente nos cinco conjuntos, onde muitos indivíduos revelaram que a atividade como ambulante apenas aos domingos não é a principal fonte de renda, funciona para eles como um complemento da renda auferida em outra atividade, seja ela formal ou informal, como veremos agora.

**SE POSSUI OUTRO TRABALHO, ESSE  
TAMBÉM É INFORMAL? -CENTRO**

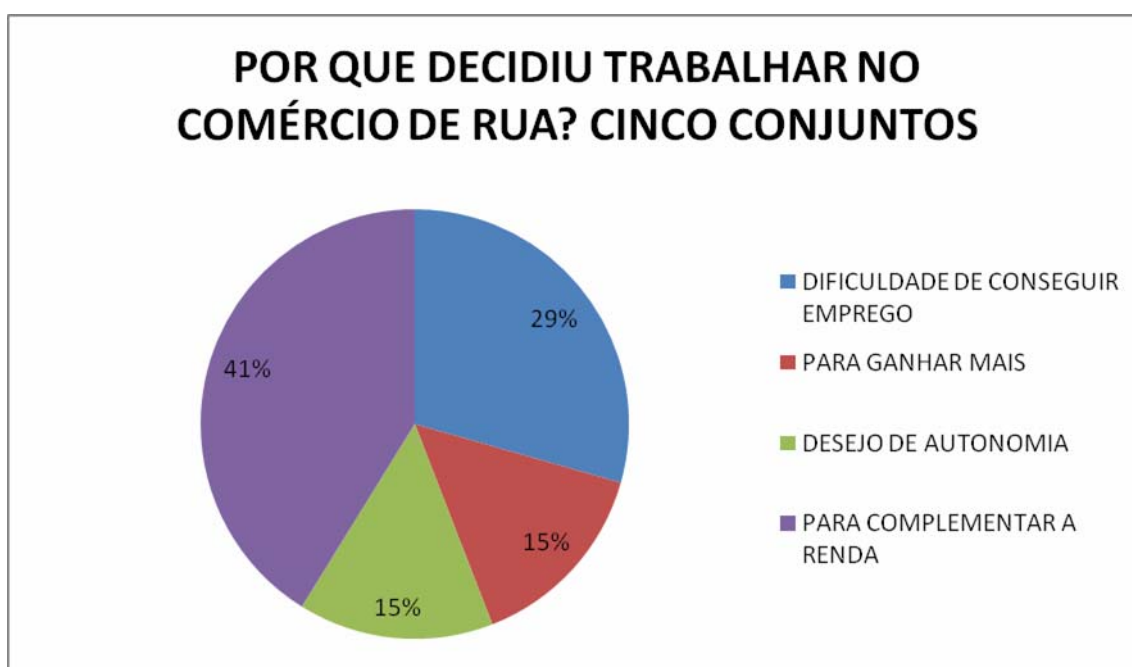
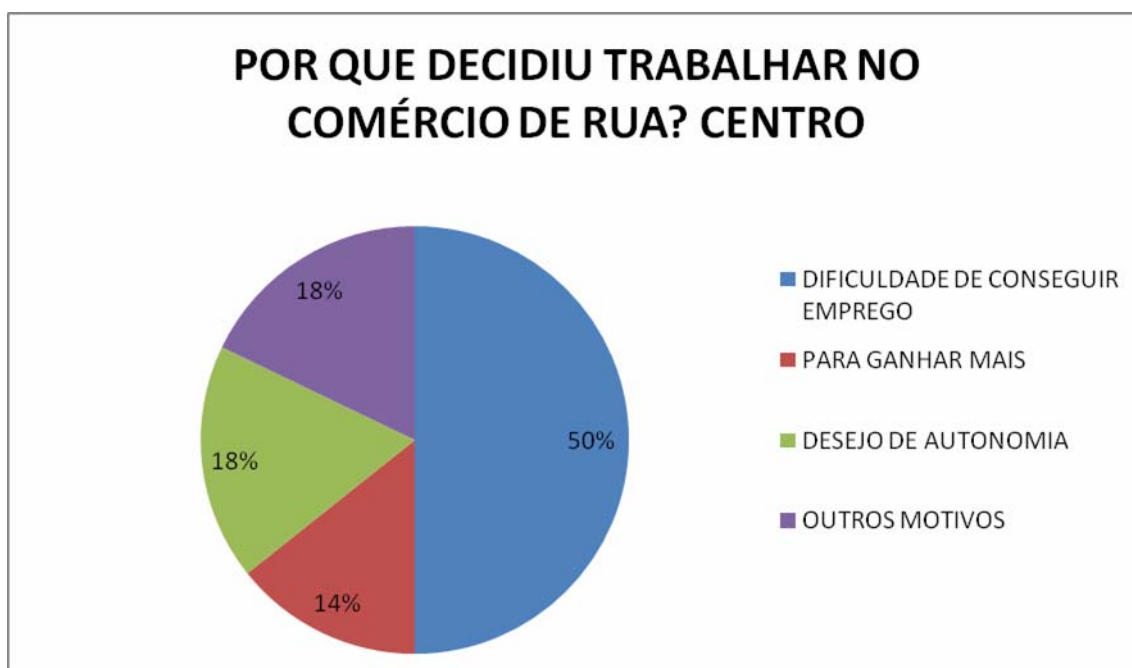


**SE POSSUI OUTRO TRABALHO, ESSE TAMBÉM É  
INFORMAL? - CINCO CONJUNTOS**



Aqui existem duas situações a serem percebidas. Dentre os que possuem mais de uma ocupação, temos aqueles em que as duas ocupações são informais, e aqueles que possuem um emprego formal, com carteira registrada e direitos assegurados, e que optam por trabalhar esporadicamente como

comerciantes informais de rua para poder aumentar sua renda mensal. Tal fato – necessidade de auferir maiores rendimentos – foi um dos fatores mais apontados pelos entrevistados quando perguntados sobre o que os levou a trabalharem no comércio de rua, principalmente dentre os comerciantes dos Cinco Conjuntos.

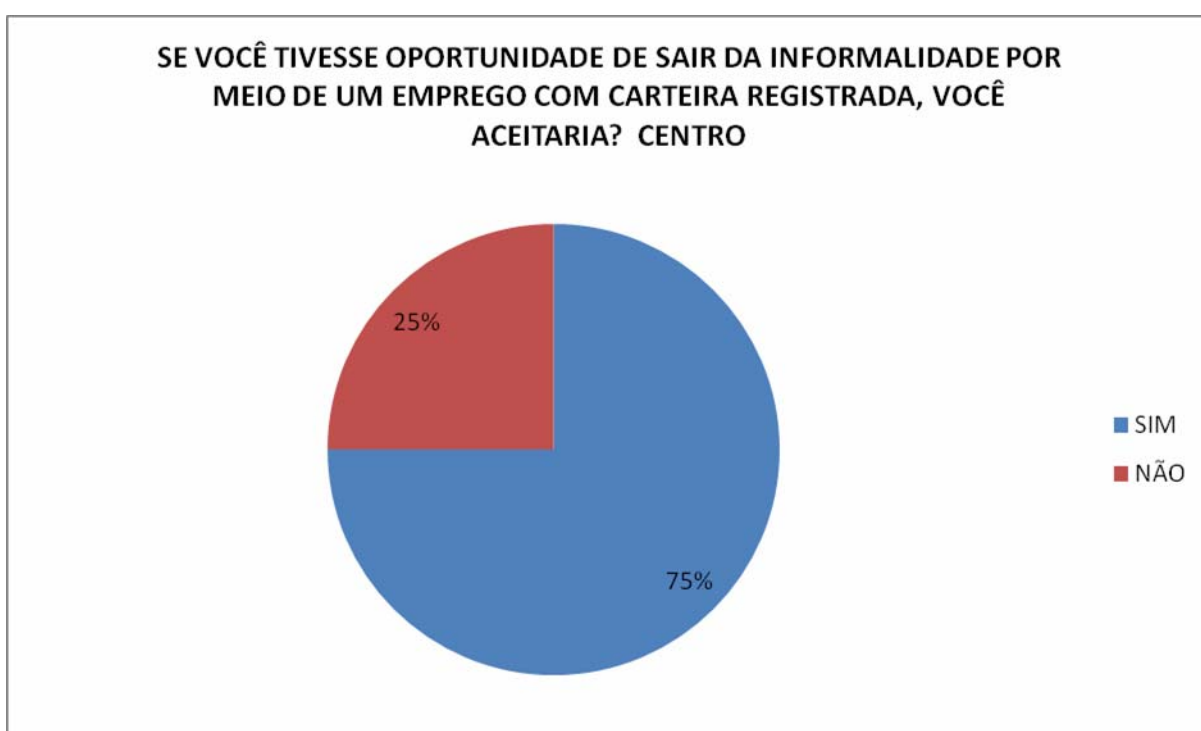


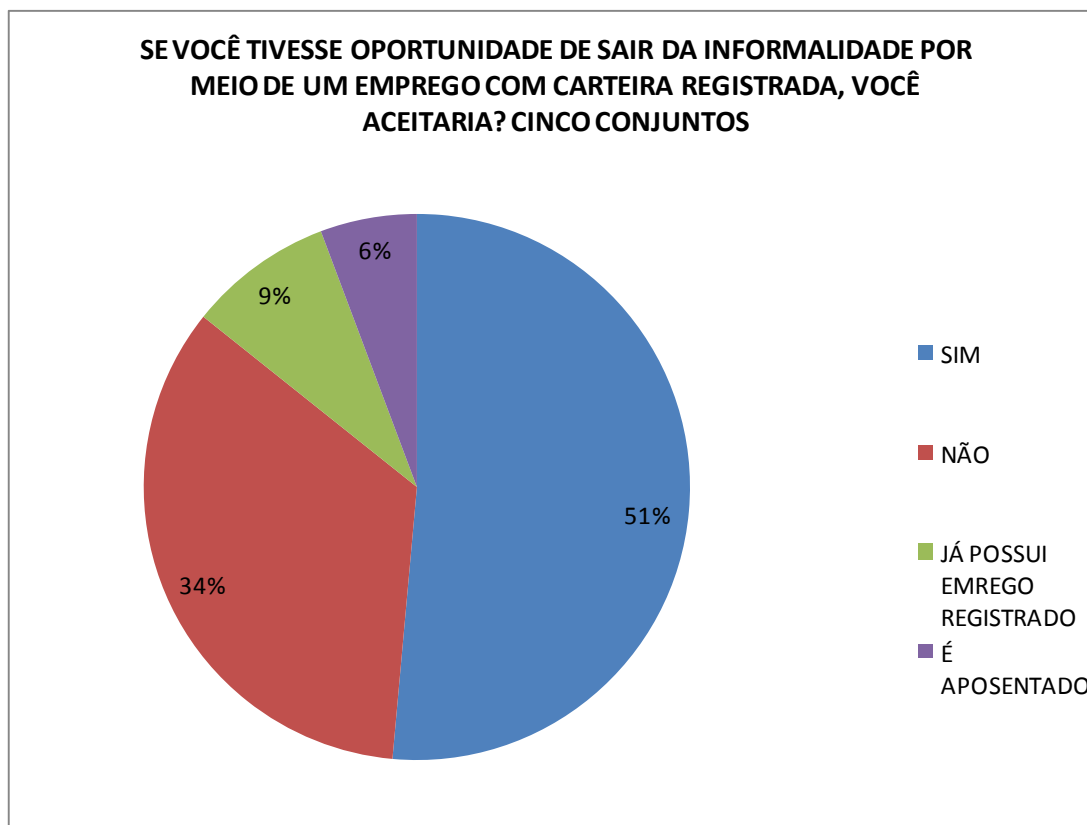
Os gráficos mostram que enquanto os ambulantes do Centro optaram em sua maioria pelo comércio informal de rua pela razão de não

conseguirem um emprego registrado, nos Cinco Conjuntos o principal motivo foi a necessidade de complementar a renda por meio da atividade informal. O desejo de autonomia, ainda que não tenha sido a principal razão que os levou a se inserirem na informalidade, se mostra presente nas respostas e, ainda que se trate de uma ideologia, faz parte do ideário de boa parte dos entrevistados.

Contudo, pode-se perceber que não foi o desejo de se tornarem pequenos empresários que conduziu a maior parte desses trabalhadores à atividade de “ambulante”, mas fundamentalmente o desemprego em conjunto com os baixos salários pagos nas atividades ditas “formais”, o que evidencia mais uma vez que a dinâmica da atividade informal é determinada sobretudo pela lei do valor, pela dinâmica da acumulação capitalista, que determina tanto os baixos salários quanto o desemprego, o que leva a maioria destes trabalhadores à buscar o seu sustento “por conta própria”.

Uma constatação também importante e que confirma a hipótese levantada no capítulo 2 segundo a qual uma parte desses “ambulantes” poderia ser entendida enquanto integrantes do que Marx denomina Exército de reserva é que grande parte dos entrevistados revelaram o desejo de retornar ao assalariamento formal se as condições forem propícias.



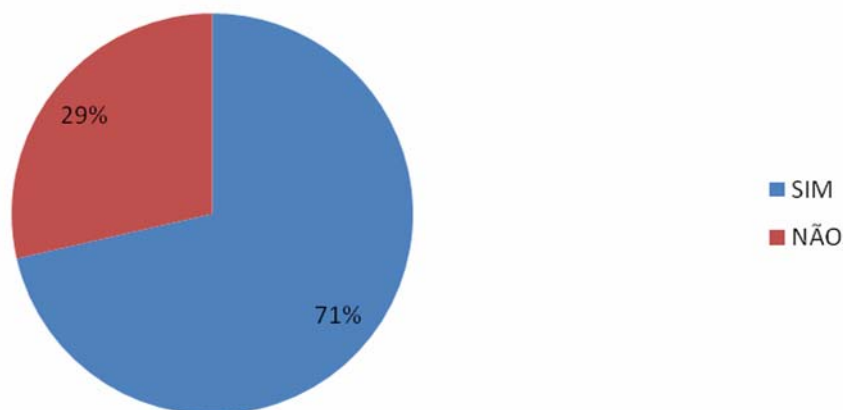


Cabe notar que todos os entrevistados que disseram que abandonariam a atividade informal por um emprego formal fizeram questão de ressaltar que o fariam desde que com salário igual ou superior ao rendimento que eles auferem em suas atividades. Dentre os principais motivos apontados pelos entrevistados para quererem retornar ao assalariamento estão a estabilidade do emprego e o salário fixo, o que revela que a irregularidade e a instabilidade de ganhos em suas atividades é um fato visto como bastante prejudicial por esses indivíduos.

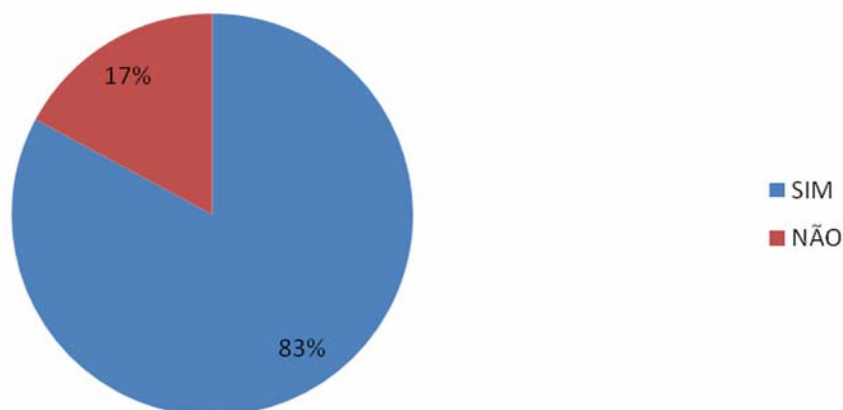
É preciso destacar também que muitos ambulantes disseram não desejar abandonar a informalidade por um emprego com carteira registrada, fato que revela uma rejeição pelo assalariamento, ainda que as condições de informalidade sejam precárias, como apontam os dados.

Outro dado que chama a atenção é o fato de alguns dos entrevistados nunca terem tido um emprego com carteira registrada, fato esse constatado não só entre jovens, o que poderia justificar tal informação devido a pouca idade, mas também entre pessoas de faixa etária superior.

### JÁ POSSUIU EMPREGO COM CARTEIRA REGISTRADA? CENTRO

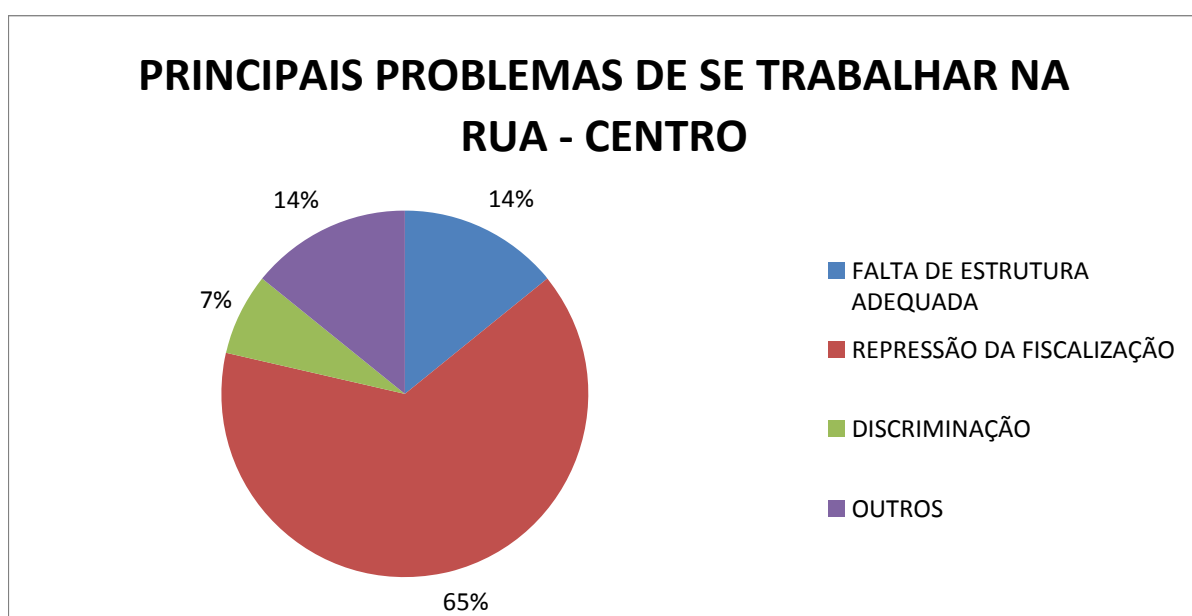


### JÁ POSSUIU EMPREGO COM CARTEIRA REGISTRADA? CINCO CONJUNTOS

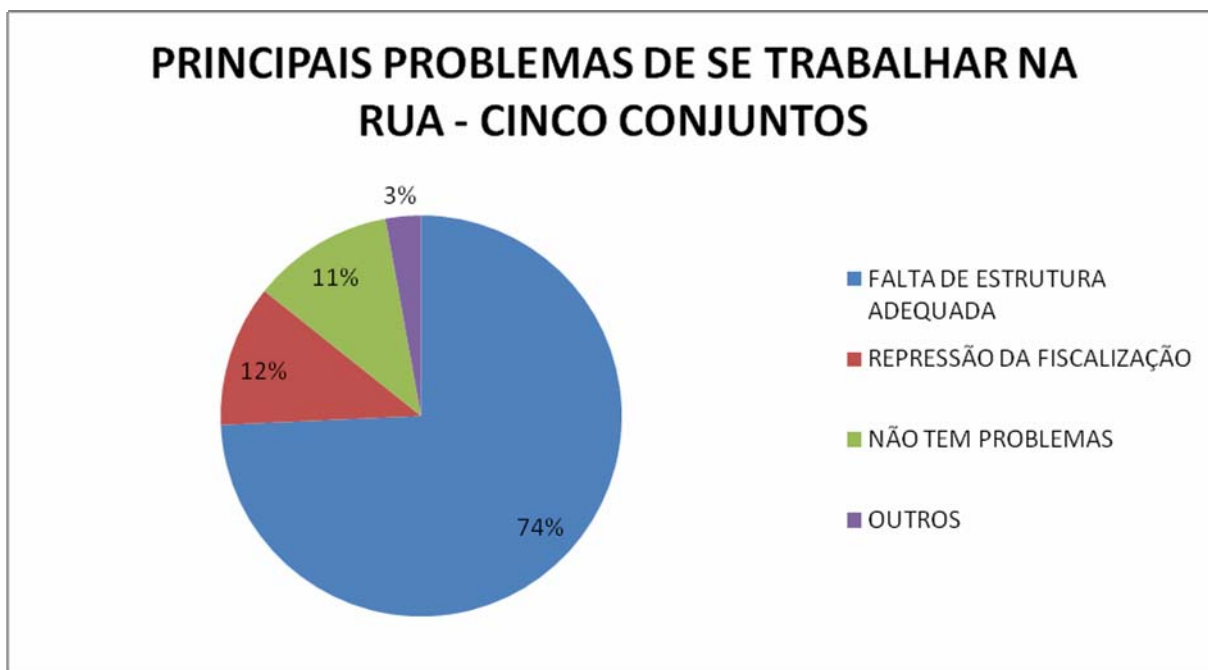


É de se notar, apesar de tudo, que a maioria dos entrevistados já possuiu um emprego com registro em carteira de trabalho, o que possibilita pensar que eles têm consciência das vantagens e direitos garantidos pelo sistema de seguridade social. Contudo, ainda “optaram” por uma ocupação que se encontra fora desse sistema jurídico.

Em relação aos principais problemas em se trabalhar nas ruas e calçadas de Londrina, uma situação que a priori acreditava-se que seria bastante citada é a questão da discriminação, que, no entanto, foi relatada por um número muito pequeno de entrevistados. Principalmente no centro, o que mais incomoda é a fiscalização dos fiscais da prefeitura, que pode significar apreensão das mercadorias e prejuízo aos comerciantes.



Já nos cinco conjuntos, o principal problema apontado foi a falta de estrutura, sendo que os entrevistados apontam como bastante prejudicial a falta de banheiros e também a exposição às mudanças climáticas, visto que quando chove, esse tipo de comércio de mercadorias fica bastante prejudicado.



É interessante notar que apesar dos ataques de parte da imprensa londrinense aos ambulantes, como foi mostrado no início desse capítulo, a grande maioria deles não se sente discriminado pela população ou não entende que esse seja o principal problema de se trabalhar na rua. É possível que tal situação seja explicada pelo fato de grande parte da população ser consumidora dos produtos e mercadorias oferecidas por esses comerciantes, visto que são mercadorias vendidas a baixos preços pela razão de grande parte delas serem falsificadas ou “piratas”. Conforme Rocha Júnior (2006, p. 15):

A chamada “indústria da falsificação” cumpre uma função social específica no estágio contemporâneo do capitalismo, quer seja: a função de incluir segmentos da população que possuem um menor poder aquisitivo no consumo de determinadas mercadorias, mediante a criação de um novo tipo de consumidor, que consome “mercadorias de 2ª ordem” – precisamente aquelas que, com aparência de “mercadorias legais, de 1ª ordem”, são, de fato, inferiores em qualidade e, sobretudo, têm condições de serem vendidas a baixo preço também em função das condições jurídicas em que são produzidas (a “ilegalidade”, a “ilicitude”).

Para este autor, em um país com alto nível de desigualdade social em que quase 50 milhões de brasileiros vivem na miséria, as mercadorias falsificadas se constituem numa possibilidade real de consumo para essa camada desfavorecida da população:

A produção de mercadorias falsificadas/pirateadas se constitui como alternativa concreta para o consumo desses “excluídos” - de fato, significa efetivamente uma forma de inclusão precária para setores da sociedade de baixo poder aquisitivo. (ROCHA JÚNIOR, 2006, p. 15).

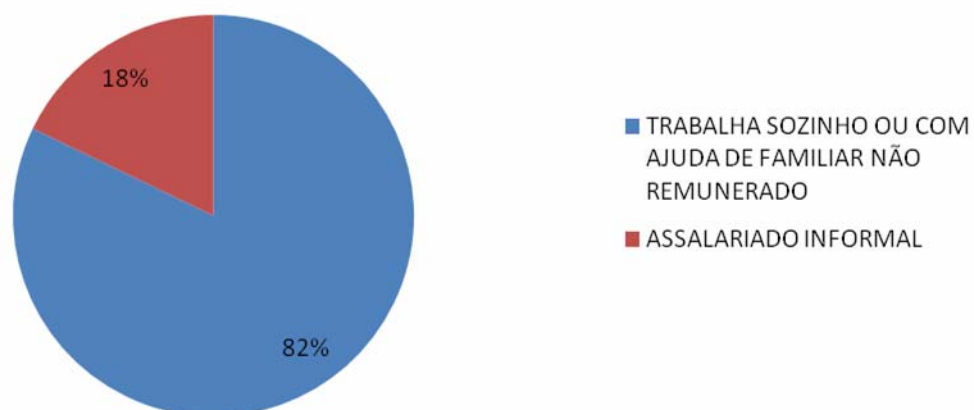
É possível que, devido a este fato, a população não seja levada a enxergar os trabalhadores ambulantes enquanto “marginais” ou enquanto ocupantes “indevidos” das ruas, mas sim como aqueles que de certa maneira lhes oferecem mercadorias das quais não teriam acesso se tivessem que recorrer ao comércio formal. Além disso, não são somente os indivíduos de baixa renda que consomem as mercadorias vendidas pelos ambulantes no Brasil, mas também indivíduos de maior poder aquisitivo conforme pesquisa realizada no Rio de Janeiro.

Em pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro ficou constatado que “integrantes de todas as faixas de renda lançam mão desta alternativa de consumo. Na classe A, 47% afirmaram comprar em camelôs; na B, 49%; na C, 66% e na D, 60%. (o globo *apud* ROCHA JÚNIOR, 2006, p. 42).

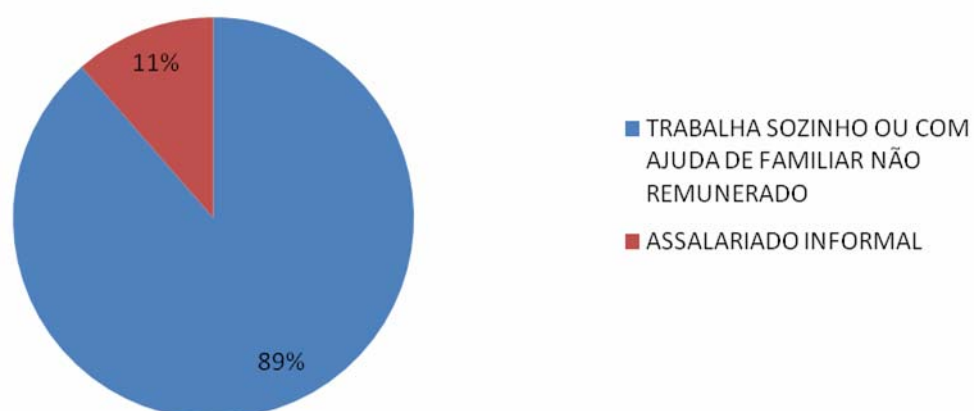
É claro que há outros motivos para a “aceitação” da atividade dos ambulantes por grande parte da população, mas é possível pensar que a questão da disponibilidade dos produtos a baixos preços é sem dúvida um fator decisivo neste “consentimento” em relação aos ambulantes. Voltemos aos dados da pesquisa.

A categoria dos trabalhadores “por conta própria” foi a maior numericamente nessa pesquisa, tanto no centro como na região dos cinco conjuntos, o que confirma a predominância da auto-exploração no comércio de rua. Contudo, a evidência do trabalho assalariado, ainda que em menor número, é um dado importantíssimo, pois revela a exploração do trabalho pelo capital e a vigência do assalariamento nestas atividades informais.

### DIVISÃO NUMÉRICA DOS AMBULANTES - CENTRO

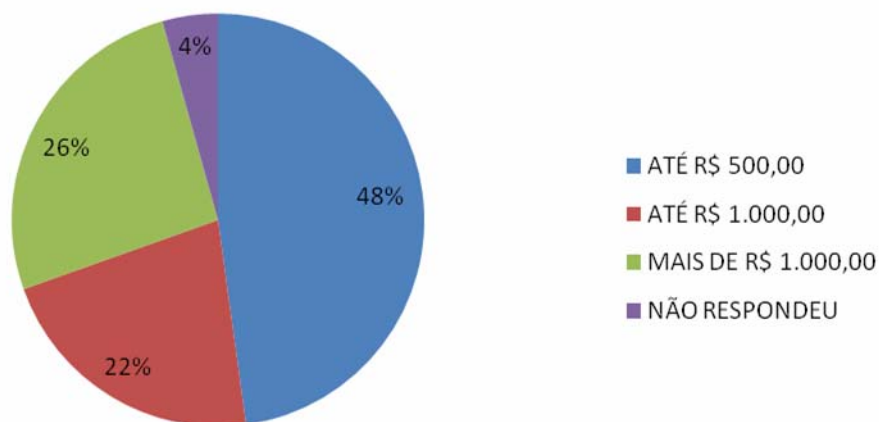


### DIVISÃO NUMÉRICA DOS AMBULANTES - CINCO CONJUNTOS

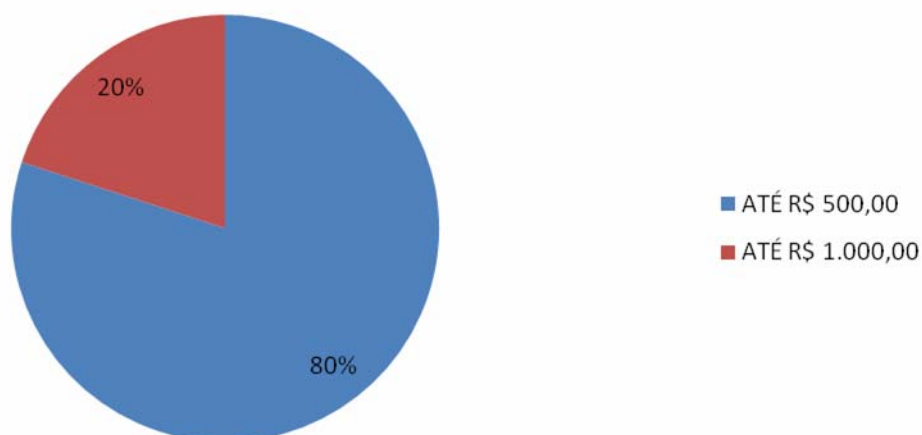


O grupo dos trabalhadores “por conta própria” foi o que maior remuneração consegue no fim do mês da atividade, enquanto o que aufera a menor renda é a dos assalariados informais.

### RENDA TRABALHADORES POR CONTA PRÓPRIA - CENTRO



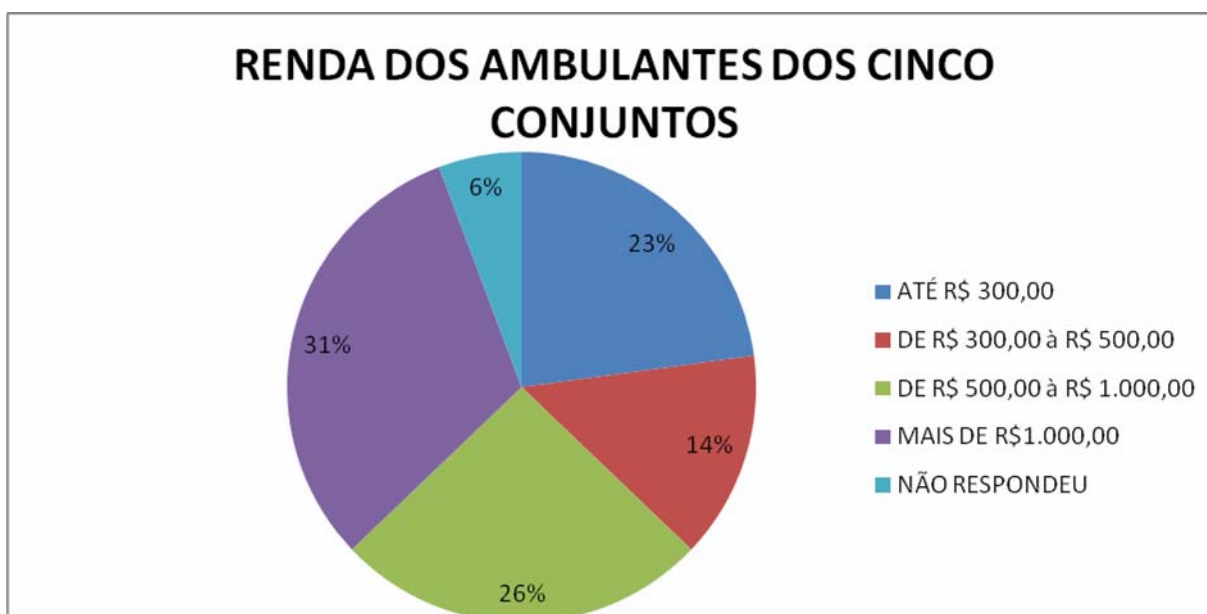
### RENDA ASSALARIADOS INFORMAIS - CENTRO



A categoria de maior precariedade, pelo menos em matéria de rendimentos, é a dos trabalhadores assalariados informais, pois como mostra o quadro, 4 (80%) dos 5 entrevistados recebe ao fim do mês no máximo R\$ 500,00. Além disso, foi a única categoria em que nenhum dos trabalhadores disse auferir mais de R\$ 1.000,00 por mês.

Já nos cinco conjuntos os dados são bem diferentes, pois como já foi dito, muitos dos indivíduos atuam como ambulantes apenas aos domingos, o que conseqüentemente faz com que seu rendimento na atividade informal seja inferior ao

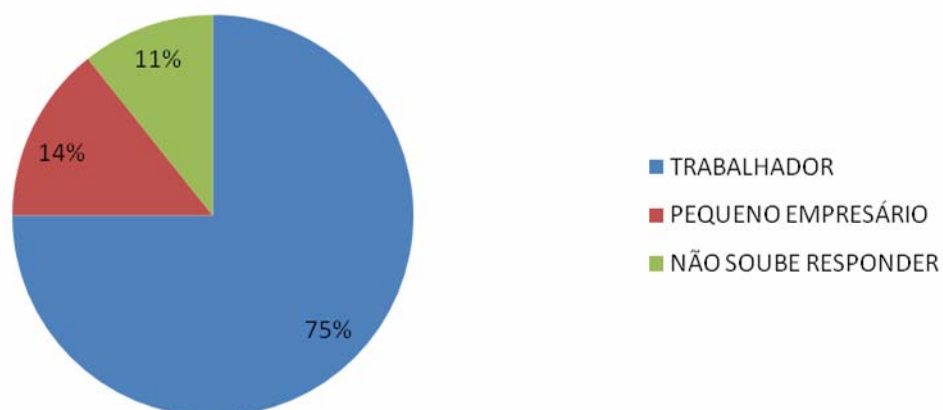
registrado com os ambulantes do centro, razão pela qual analisamos o gráfico não em razão da propriedade das mercadorias vendidas, pois o determinante neste caso é o montante de dias de trabalho. Dos que ganham até R\$ 300,00 por mês, 88% trabalham somente aos domingos.



Além disso, outro dado significativo é que a maioria dos entrevistados disse conseguir um rendimento superior a R\$ 1.000,00, sendo que todos que atingem esse valor revelaram serem proprietários de suas mercadorias.

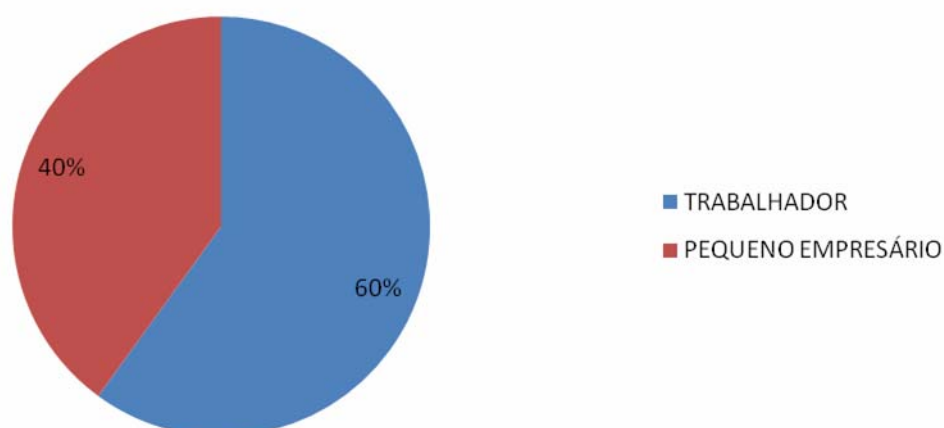
Uma última questão colocada aos ambulantes diz respeito à sua visão em relação à sua situação social. Confrontados com a questão de como se definem em relação às classes sociais, a maioria dos ambulantes do centro disse se identificar enquanto membro da classe trabalhadora.

### VOCÊ SE CONSIDERA UM TRABALHADOR OU UM PEQUENO EMPRESÁRIO? CENTRO



Nos cinco conjuntos também a maioria revelou se identificar enquanto trabalhador, contudo, o número de entrevistados que se consideram pequenos empresários foi bem mais significativo.

### VOCÊ SE CONSIDERA UM TRABALHADOR OU UM PEQUENO EMPRESÁRIO? CINCO CONJUNTOS



Os dados apontam que a situação de precariedade de grande parte dos entrevistados os leva a se enxergarem enquanto trabalhadores, e que a idéia do pequeno empresário empreendedor não atrai muitos ambulantes, que na prática percebem a dura realidade da atividade informal, em se tratando dos ambulantes que atuam nas ruas centrais de Londrina.

Quando se analisa os dados da região dos cinco conjuntos a situação muda, visto que o rendimento da maioria dos entrevistados já é mais elevado, o que coincide com o maior índice de indivíduos que se identificam enquanto pequenos empresários.

Contudo, pode-se alegar que esses comerciantes de rua não estão nesta atividade devido a algum espírito empreendedor, visto que a grande maioria foi levada a adotar esta atividade pela dificuldade de conseguir empregos ou devidos aos baixos salários pagos. Não perceber tais fatos é querer fechar os olhos para a realidade de desemprego e subemprego presentes hoje na sociedade brasileira.

Para Holzmann (2006, p. 84) o trabalhador por conta própria idealizado como pequeno empreendedor “constitui o personagem-símbolo do ideário neoliberal, o qual, na apologia das vantagens que usufrui, encobre a precariedade que, em geral, o caracteriza”.

A situação econômica caracterizada pelos baixos rendimentos do “ambulante” de Londrina não difere muito da dos trabalhadores por conta própria no Brasil. Holzmann analisando a pesquisa IBGE/PNAD constatou que 78,3% dos trabalhadores por conta própria não são contribuintes da previdência social, e o rendimento mensal dessa categoria é em média de R\$454,98, valor esse significamente inferior aos R\$628,18, rendimento médio do total do conjunto dos ocupados.

Percebe-se assim que a realidade econômica e social dos ambulantes das ruas de Londrina não contradiz a situação mais geral dos trabalhadores por conta própria do Brasil como um todo, pelo contrário, a confirma.

Se forem comparados os dados levantados sobre os ambulantes com pesquisas sobre ambulantes ou camelôs de outras cidades do Brasil, a situação também não é diferente.

Siede (1994) em estudo sobre os camelôs de Porto Alegre constatou um predomínio de pessoas do sexo masculino nesta atividade informal. Além disso,

a grande maioria possui baixa escolaridade, assim como os ambulantes de Londrina.

Além disso, Siede verificou como principais motivos para o ingresso na atividade de camelô a demissão ou o baixo salário do emprego anterior, razões apontadas por 35,7% dos entrevistados. Estes dados revelam que os baixos salários pagos nos antigos empregos dos entrevistados foram fundamentais para o ingresso na atividade informal, fato esse importante visto que não é só a dificuldade de conseguir emprego que conduz os indivíduos à atividade de ambulante ou camelô, mas também a expectativa de auferir maiores rendimentos, ainda que tal expectativa muitas vezes não seja satisfeita de fato.

Tomé (2003) em pesquisa com camelôs da cidade de Marília (SP) também constatou que esses indivíduos não planejaram essa atividade para suas vidas, mas sim se viram impelidos devido às circunstâncias economicamente desfavoráveis. Dialogando criticamente com a teoria da escolha racional e analisando a trajetória ocupacional dos camelôs a autora constatou que:

[...] os trabalhadores atualmente ocupados como camelôs [...] não planejaram exercer essa atividade, como meio de satisfação pessoal e profissional por estarem trabalhando como “autônomos”, e nem representam o resultado de uma incapacidade, ou inabilidade, incompetência, para a execução de atividades do mercado dito ‘formal’ (TOMÉ, 2003, p. 276).

Fica evidente assim a relação existente entre informalidade e desemprego e informalidade e baixos salários, ou seja, as pessoas em geral “optam” pela informalidade por não conseguirem um emprego registrado ou pelo fato de auferirem rendimentos muito baixos e por isso verem na informalidade uma opção de maiores ganhos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando o assunto é a informalidade ou o trabalho informal, a única certeza que se pode ter é que se está em território “movediço” ou “escorregadio”. Contudo, a dificuldade do tema não pode levar ao abandono de seu estudo, pelo contrário.

Procurou-se nesta dissertação oferecer uma visão crítica acerca do problema da informalidade, sendo que foram abordadas aqui apenas algumas modalidades existentes de trabalho informal, que muitas outras persistem e merecem também a atenção dos pesquisadores.

É fundamental que os estudos sobre a informalidade não se pautem numa visão apologética e positivista da sociedade, que pense o trabalho assalariado tradicional e regulamentado como o “normal” e o trabalho informal, atípico e desregulamentado enquanto o “patológico”.

Todas as modalidades de trabalho informal existentes devem ser entendidas antes de tudo como produtos do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Este desenvolvimento se dá fundamentalmente pela ampliação da acumulação de capital e da relação de exploração capital *versus* trabalho, com todas as leis sócio-econômicas aí implícitas.

Buscou-se aqui demonstrar que aqueles autores que tomam as modalidades de trabalho informais como autônomas ou pertencentes à um setor informal acabam perdendo de vista a totalidade das relações sociais assim como as funções desempenhadas pelas atividades informais.

Outra consideração importante a ser feita é que trabalho informal não significa necessariamente uma condição de precarização ou pobreza por parte dos agentes. Com a ampliação da chamada informalidade, há hoje trabalhadores “autônomos” com elevados rendimentos e status sociais comparáveis à dos membros da burguesia.

Contudo, esta não é a realidade do caso analisado. A maioria dos ambulantes de Londrina não está na informalidade por empreendedorismo ou coisa do tipo. Está sim nesta condição pela necessidade de sobrevivência, pela dificuldade de conseguir um emprego com registro em carteira. A atividade deles funciona como refúgio do desemprego. Além disso, a atividade informal funciona como

complemento de renda quando realizada como segunda atividade laboral, devido aos baixos salários pagos nos empregos formais. Assim, o trabalho informal é para esses sujeitos uma opção precária de ocupação, às vezes constante, às vezes esporádica, que ao menos lhes garante auferir algum rendimento para satisfação de suas necessidades básicas e de suas famílias.

Como a tendência do modo de produção capitalista é a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, é fato que cada vez mais pessoas tendem a buscar e a se submeter a essas atividades informais, como a dos ambulantes ou comerciantes de rua.

Também há uma tendência de que as pessoas ocupadas nestas atividades sejam cada vez mais aquelas “excluídas” do mercado de força de trabalho, quais sejam: fundamentalmente os jovens sem experiência de trabalho, as pessoas com mais de 40 anos e aqueles que não possuem “qualificação profissional”, mesmo que esta última muitas vezes não passe de um meio para justificar o desemprego de muitos, já que a tendência do capitalismo é justamente oposta, ou seja, a da desqualificação do trabalho por meio da simplificação do trabalho, possível graças ao avanço tecnológico.

Apesar de haver uma tendência à informalização do trabalho em escala global, isso não significa o desaparecimento ou perda de importância do trabalho na sociedade burguesa, como querem, por exemplo, autores como Gorz e Offe. Significa sim que o trabalho assalariado e formal passa a ser substituído por outras modalidades de exploração, tais como o trabalho de cooperativas, o trabalho “por conta própria” e o trabalho a domicílio, mas nestas atividades também se faz presente a acumulação de capital.

É preciso que se diga também que apesar de existirem análises que apontam para o desaparecimento ou perda de importância do trabalho no interior da sociedade burguesa, outras evidências, ao contrário, demonstram que ele se amplia e se expande por todo o planeta. Basta observar a extensão do assalariamento a setores como o campo e os serviços, que historicamente eram realizados ou de modo “autônomo” como o campo, ou de modo improdutivo, como os serviços, e que hoje são setores produtivos onde se dá a acumulação de capital, através da agroindústria e da indústria dos serviços, proletarizando grande parte dos trabalhadores dessas atividades.

Ou seja, as relações sociais que se estabelecem sob o modo de produção capitalista não são fixas ou rígidas, pelo contrário, são resultado do movimento de acumulação do capital, movimento este dialético, que ora incorpora, ora repele força de trabalho de seu processo. Assim, deve-se de desconfiar de afirmações que vêem a história como linear, ou que se pautam nas tendências para afirmar análises deterministas ou catastróficas. Contudo, uma coisa não pode ser omitida: seja atraindo, seja repelindo força de trabalho, dessa mercadoria o capital não pode jamais abrir mão, e isso por uma razão muito simples: a força de trabalho é a única mercadoria que produz valor. Sem ela não há capital e, por conseguinte não há capitalismo.

Além disso, não se pode esquecer que na análise do capitalismo o que está em pauta são determinadas relações sociais, relações essas não entre coisas, mas entre as classes sociais, e, quando se fala em classes sociais também se deve falar em luta de classes.

Desse modo, não é só a conjuntura econômica, o avanço tecnológico ou outras variáveis que determinarão o aumento ou a redução da informalidade, mas também o estágio da luta de classes, da resistência dos trabalhadores a todas essas transformações que tem conduzido a um aumento expressivo da precarização das condições de trabalho, não só no Brasil como também dos países de capitalismo avançado.

Ao se falar em lutas de classes é importante precisar a situação dos trabalhadores informais. Procurou-se nesta pesquisa demonstrar que não se pode determinar a priori a situação de classe apenas pelo atributo da informalidade. É preciso fundamentalmente analisar as relações de trabalho e os nexos com a produção capitalista para que se detecte a efetiva relação de classe desses sujeitos.

O que foi possível perceber no caso dos “ambulantes” é que sua situação de classe é em geral contraditória: são assalariados e capitalistas de si mesmos, como nos ensina Marx. Se autoassalariam e se autoexploram, por mais paradoxal que isso possa parecer. Contudo, tal paradoxo é real, produto do capital. Tais sujeitos não se estabelecem nem como capitalistas nem como assalariados no sentido estrito do termo. É como se estivessem com “um pé aqui e com outro acolá”.

Ora, já que sua situação de classe é contraditória, como se dá a identificação com as classes fundamentais, os capitalistas e os assalariados? Não há a priori identificação imediata. O que há é uma tendência: os “ambulantes” mais

bem sucedidos e que auferem maiores rendimentos tendem a se identificar como pequenos empresários – e conseqüentemente com a burguesia – e a exaltar o mito da “autonomia”. Em contrapartida, aqueles que auferem baixos rendimentos tendem a se ver como “trabalhadores”, se identificam com os assalariados e com sua posição de classe. Moram nos mesmos bairros, pegam os mesmos ônibus e têm em comum os mesmos hábitos de consumo.

Tanto os organismos da burguesia quanto dos assalariados já têm consciência da importância representativa destes informais. O Estado e a burguesia por meio de instituições como Sebrae apóiam os pequenos empreendimentos buscando a adesão político-ideológica desses “microempreendedores”.

Também os sindicatos dos assalariados (como é o caso da CUT) têm buscado uma aproximação junto aos trabalhadores informais, pois já se deram conta da importância tanto numérica quanto representativa dos mesmos.

Ocorre que não é nada simples buscar aliança ou mesmo uma organização dos informais. Em geral, eles tendem a se fechar na sua atividade mais imediata, buscando melhorias e reivindicações pontuais, como legalização da atividade e melhores locais de trabalho. Muitas vezes, inclusive, culpam os sindicatos por não ter conseguido garantir seus empregos anteriores. Geralmente, se organizam em associações, cooperativas ou Ongs. Podem até mesmo se identificar como trabalhadores, como foi constatado nessa pesquisa, mas isso não significa sua adesão à luta dos assalariados

Contudo, esta aliança dos informais com o conjunto dos assalariados se mostra de fundamental importância na luta contra o capital, visto que a grande maioria dos informais – assim como os assalariados – não é privilegiada pelo modo de produção capitalista, pelo contrário, sofre com suas mazelas e participam do modo de exploração global desse sistema. O capitalismo, num primeiro momento, não lhes interessa. Nada ganham com esse sistema.

É claro que não há fórmulas prontas para construção desta aliança entre os informais e o conjunto dos assalariados. O que deve ocorrer é uma mudança de comportamento dos organismos representativos da classe trabalhadora de modo a atrair os trabalhadores informais, demonstrando a identidade que possuem com o conjunto dos assalariados assim como sua importância na luta contra os abusos e os imperativos do capital. Se tal aliança se concretizará ou não,

só a História dirá, mas cada dia que passa se torna mais evidente a sua necessidade na luta pela superação do modo de produção capitalista.

## REFERÊNCIAS

ARÁUJO, Eli. Ambulantes invadem o centro de Londrina. **Folha de Londrina**, Londrina, 14 jun. 2007. Disponível em:  
[http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id\\_folha=2-1--15573-20070614](http://www.bonde.com.br/folha/folha.php?id_folha=2-1--15573-20070614).

BELOQUE, L. **A “cor” do trabalho informal**. 2007 Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BERTERO, J.F. Sobre o trabalho heterogêneo: notas acerca da tese de Offe. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 21/22, jul./dez. 2009 .

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. São Paulo: Zahar, 1981.

CACCIAMALI, M.C. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, n. 14, p. 153-175, jul. 2000.

CARDOSO, F.H.. **Comentários sobre os conceitos de marginalidade e superpopulação relativa**. São Paulo: CEBRAE, 1971.

CHESNAIS, F. A mundialização do exército industrial de reserva. **O Comuneiro**, n. 3, set. 2006. Disponível em:  
Endereço:[http://www.ocomuneiro.com/artigos\\_01\\_francois.htm](http://www.ocomuneiro.com/artigos_01_francois.htm).

COSTA, E.G. **Anel, cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1989.

DAVIS, M. Planeta de favelas. IN: SADER, E. (Org.) **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DRUCK, G; FILGUEIRAS, L; AMARAL, M. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 41, p. 211-229, maio/ago. 2004.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2009.

GIANNOTTI, J. A. Notas sobre a categoria “modo de produção” para uso e abuso dos sociólogos. IN: \_\_\_\_\_. **Filosofia miúda e de mais aventuras**. São Paulo, Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e reflexão**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GORZ, A. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

HOLZMANN, L. A dimensão do trabalho precário no Brasil no início do século XXI. IN: PICCININI, Valmiria et. al. **O mosaico do trabalho na sociedade contemporânea**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006.

JAKOBSEN, Kjeld. et al. (Org.). **Mapa do trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

KOWARICK, L. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LAUTIER, B. Os amores tumultuados entre o Estado e a economia informal. **Contemporaneidade e Educação**, São Paulo, v.2, n.1, p.28-92, 1997.

MALAGUTI, L.M. **Crítica à razão informal: a imaterialidade do salariado**. São Paulo: Boitempo, 2000.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. **Capítulo VI inédito de O capital**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. **Teorias da mais-valia..** São Paulo: Difel, 1987. t. I

NUN, J. Superpopulação relativa, exército industrial de reserva e massa marginal. IN: PEREIRA, L (Org.). **População marginais**. São Paulo: Livraria duas cidades, 1978.

OFFE, C. Trabalho como categoria sociológica fundamental? IN: \_\_\_\_\_. **Trabalho & Sociedade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v.1

OLIVEIRA, F. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. IN: \_\_\_\_\_. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

\_\_\_\_\_. **Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

PAMPLONA, J. B. **Erguendo-se pelos próprios cabelos**: auto-emprego e reestruturação produtiva. São Paulo: Germinal/FAPESP, 2001.

PRANDI, R. **O Trabalhador por conta própria sob o capital**. São Paulo: Símbolo, 1978.

ROCHA JUNIOR, F. **Elementos para a crítica da indústria da falsificação**. 2006. Tese (Doutorado em Serviço social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SIEDE, M. A. **O trabalho informal**: o estudo dos camelôs de Porto Alegre. 1994. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SOUZA, P.R. **Empregos, salários, pobreza**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Salários e empregos em economias atrasadas** São Paulo: UNICAMP, 1999.

TAVARES, M.A. **Os fios Invisíveis da produção capitalista**: Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

TOMÉ, G. Trabalhadores informais: o caso dos camelôs da cidade de Marília –.SP. IN: BATISTA, R. L; ARAÚJO, R. (Org.). **Desafios do trabalho**: capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis, 2003.

**ANEXO**

ANEXO A – Questionário de pesquisa de campo junto aos trabalhadores do comércio de rua de londrina

1) Sexo

masculino

feminino

2) Idade

(        )

3) Situação conjugal

solteiro (a)

casado (a)

Viúvo (a)

divorciado (a)

4) Escolaridade

sem escolaridade

não concluiu o 1º grau

concluiu o 1º grau

não concluiu o 2º grau

concluiu o 2º grau

superior incompleto

superior completo

7) Qual o tipo de mercadorias que vende?

---

9) Que horas inicia a jornada de trabalho?

(        )

10) Que horas termina a jornada de trabalho?

(        )

11) Qual a duração da jornada de trabalho na semana?

de segunda a sexta-feira

de segunda a sábado

de segunda a segunda ( todos os dias)

( ) Outro \_\_\_\_\_

12) Há quanto tempo trabalha na atividade?

\_\_\_\_\_

13) É proprietário das mercadorias que vende ou trabalha para outra pessoa?

- ( ) é proprietário
- ( ) não é proprietário

14) Se não é proprietário, como recebe o pagamento?

- ( ) por mercadoria vendida
- ( ) tem um ganho estabelecido, como um salário

15) Se não é proprietário, quando recebe o pagamento?

- ( ) após o dia de trabalho
- ( ) por semana
- ( ) por mês

16) Trabalha sozinho ou tem ajuda de outra pessoa?

- ( ) trabalha sozinho
- ( ) ajuda de outra pessoa não remunerada ou da família
- ( ) ajuda de pessoa remunerada

18) Qual a renda mensal?

\_\_\_\_\_

19) Porque decidiu trabalhar no comércio de rua?

- ( ) dificuldade de conseguir emprego
- ( ) para ganhar mais
- ( ) Para ter mais autonomia, liberdade
- ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

20) Possui outro emprego ou trabalho?

- ( ) sim
- ( ) não

21) Se possui outro trabalho, este também é sem registro?

( ) sim

( ) não

22) Antes de trabalhar no comércio de rua, já possuiu algum emprego com carteira registrada?

( ) sim

( ) não

23) Se atualmente você tivesse oportunidade de sair da informalidade por meio de um emprego com carteira assinada, você aceitaria?

( ) sim

( ) não

24) Se sim, por quais motivos?

( ) estabilidade do emprego

( ) ter uma aposentadoria

( ) condições melhores de trabalho

( ) salário fixo

25) Quais os principais problemas de se trabalhar na rua?

( ) falta de estrutura, (falta de banheiro, de lugar para almoçar)

( ) repressão da polícia e da fiscalização

( ) discriminação

( ) Outros \_\_\_\_\_

26) Quais as vantagens de se trabalhar na rua

( ) flexibilidade de horário

( ) autonomia

( ) O rendimento

( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

( ) Nenhuma

27) Em sua opinião, qual seria a principal dificuldade que você encontraria para conseguir um emprego com carteira registrada hoje?

( ) Idade

( ) Falta de estudo

( ) Falta de qualificação

( ) Outra. Qual? \_\_\_\_\_

31) Se você tivesse que se definir como um trabalhador ou como um pequeno empresário, como você se definiria?

( ) trabalhador (a)

( ) como um pequeno (a) empresário(a)?